



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO FINANCEIRO – 2010

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

(Ofício nº 15/2011 – CN – nº SECOI.TST.GP, nº 4 de 2011, na origem)

ANO LXVI – SUP. C Nº 50 – QUINTA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)		
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
		Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Ofício nº 15, de 2011-CN
(nº 004/2011.SECOI.TST.GP, na origem)

OF.SECOI.TST.GP.N.º 004

Brasília, 1º de março de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: **Prestação de Contas da Justiça do Trabalho – Exercício 2010**

Senhor Presidente,

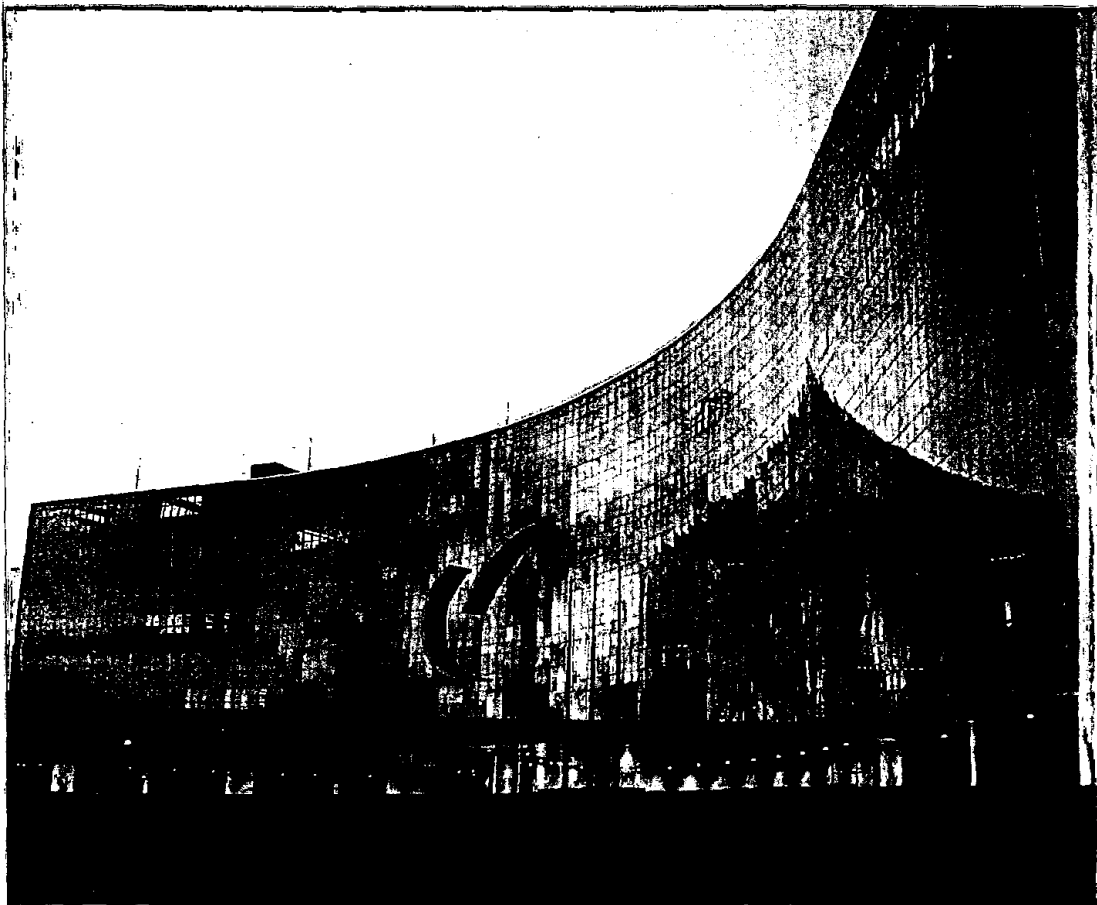
Em cumprimento ao teor do § 1º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, encaminho a Vossa Excelência a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho relativa ao exercício de 2010, contemplando:

- a) Relatório;
- b) Análise da Execução Orçamentária, Notas Explicativas e Balanços e Demonstrativos Contábeis;
- c) Demonstrativo dos Programas e Ações; e
- d) Execução dos Projetos do Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista.

Atenciosamente,


Ministro MILTON DE MOURA FRANÇA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Prestação de Contas da Justiça do Trabalho

Exercício 2010

(Lei Complementar nº 101/2000 – art. 56, §1º)

Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Relatório de Prestação de Contas

Justiça do Trabalho – Exercício 2010



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

VOLUME I

I – Introdução	3
II – Finalidades Essenciais	3
III - Estrutura Organizacional da Justiça do Trabalho	
A) Primeiro Grau – Varas do Trabalho	4
B) Segundo Grau – Tribunais Regionais do Trabalho	5
C) Tribunal Superior do Trabalho	6
IV - Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho	
A) Dotação Inicial e Dotação Disponibilizada	7
B) Dotação Executada	8
V – Programas	
A) Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista	10
B) Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais	41
C) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	44
VI – Indicadores de Gestão	
A) Indicadores Operacionais	46
B) Indicadores Orçamentário-Financeiros	66
VII – Das Atividades de Controle	68

VOLUME II

I – Análise da Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	72
II – Notas Explicativas	84
III – Anexos	97

VOLUME III

I – Programas e Ações da Justiça do Trabalho	115
--	-----

VOLUME IV

I – Execução dos Projetos do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista	173
--	-----



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - EXERCÍCIO DE 2010 -

I – INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto no § 1º do art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, e em cumprimento ao teor das orientações contidas na Instrução Normativa/TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, apresentamos a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, referente ao exercício financeiro de 2010.

II – FINALIDADES ESSENCIAIS

Consoante estabelece o art. 114 da Constituição Federal, compete à Justiça do Trabalho:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o"; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a" , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Compete, ainda, à Justiça do Trabalho decidir o dissídio coletivo de natureza econômica, ajuizado por quaisquer das partes, bem como aquele ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho, decorrente de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público.

III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A Justiça do Trabalho, com jurisdição em todo território nacional, é composta pelo Tribunal Superior do Trabalho e vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho.

Nos termos do § 2º do art. 111-A da Constituição Federal, funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

- a) a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;
- b) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que exerce a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema.

A) PRIMEIRO GRAU – VARAS DO TRABALHO

Após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004, com a criação das Varas do Trabalho, a jurisdição passou a ser exercida por um juiz singular, sendo esta atribuída aos juizes de direito, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho.

As Varas do Trabalho julgam apenas dissídios individuais e têm jurisdição local, abrangendo um ou mais municípios. Com o advento da Lei n.º 10.770, de 21/11/2003, a Justiça do Trabalho passou a contar com 1.378 Varas do Trabalho, distribuídas por todo o território nacional, conforme demonstrado no quadro a seguir, sendo que 1.377 já foram instaladas e estão em funcionamento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

REGIÃO JUDICIÁRIA	VARAS DO TRABALHO		
	INSTALADAS	NÃO INSTALADAS (criadas pela Lei n.º 10.770, de 21/11/2003)	TOTAIS
1ª - RJ	133	1	134
2ª - SP	163	-	163
3ª - MG	137	-	137
4ª - RS	115	-	115
5ª - BA	88	-	88
6ª - PE	61	-	61
7ª - CE	26	-	26
8ª - PA e AP	45	-	45
9ª - PR	86	-	86
10ª - DF e TO	32	-	32
11ª - AM e RR	32	-	32
12ª - SC	54	-	54
13ª - PB	27	-	27
14ª - RO e AC	32	-	32
15ª - Campinas/SP	153	-	153
16ª - MA	21	-	21
17ª - ES	24	-	24
18ª - GO	36	-	36
19ª - AL	19	-	19
20ª - SE	12	-	12
21ª - RN	18	-	18
22ª - PI	11	-	11
23ª - MT	26	-	26
24ª - MS	26	-	26
TOTAIS	1.377	1	1.378

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST
Nota: situação de dezembro/2010.

B) SEGUNDO GRAU – TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

Conforme demonstra o mapa a seguir, das vinte e sete unidades da federação, vinte e três são sede de Tribunal Regional do Trabalho, exceção feita apenas aos Estados do Amapá, Tocantins, Roraima e Acre, que se encontram sob a jurisdição da 8ª, 10ª, 11ª e 14ª Regiões Judiciárias, respectivamente. Além disso, o Estado de São Paulo conta com dois Tribunais Regionais do Trabalho, sendo um na Capital e outro na cidade de Campinas, o qual tem jurisdição sobre todo o restante do Estado de São Paulo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Os Tribunais Regionais do Trabalho são compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, em número variável, com mínimo de sete, na forma da lei, escolhidos entre Juízes do Trabalho, advogados, e membros do Ministério Público do Trabalho, observados a proporcionalidade estabelecida no inciso I do art. 115 da Constituição Federal, na redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, e o disposto no art. 94 da Carta Magna.

Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho processar, conciliar e julgar, na forma da lei, em grau ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores.

C) TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, tem sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compondo-se de vinte e sete ministros escolhidos na forma prevista no art. 111-A da Constituição Federal.

Nos termos do art. 114 da Carta Magna e do disposto no seu Regimento Interno, compete ao TST processar, conciliar e julgar, na forma da lei, em grau originário ou recursal ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais, os conflitos de direito sindical, bem assim outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho e os litígios relativos ao cumprimento de suas próprias decisões, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

IV – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A) DOTAÇÃO INICIAL E DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA

Visando garantir suas competências constitucionais e assegurar o pleno exercício do direito, por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, a Justiça do Trabalho foi contemplada, no exercício de 2010, com recursos consignados no Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010 (Lei Orçamentária Anual – LOA), envolvendo a dotação inicial de R\$ 11.872.611.818,00 (onze bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e onze mil e oitocentos e dezoito reais).

Posteriormente, houve um aporte, por meio de créditos adicionais aprovados, no valor total de R\$ 1.342.666.486,00 (um bilhão, trezentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais). Os destaques recebidos, por meio de descentralizações externas de crédito, alcançaram o montante de R\$ 564.208.714,91 (quinhentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e oito mil, setecentos e quatorze reais e noventa e um centavos).

Houve, ainda, redução orçamentária no valor total de R\$ 138.731,54 (cento e trinta e oito mil, setecentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), como resultado da concessão de créditos a outras Unidades Orçamentárias, bem assim de R\$ 1.099.771.507,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, setecentos e setenta e um mil e quinhentos e sete reais), decorrente da abertura de créditos adicionais tendo como origem a anulação total ou parcial de créditos já autorizados (compensação de créditos).

Tais alterações resultaram numa dotação disponibilizada da ordem de R\$ 12.679.576.780,37 (doze bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e sete centavos), conforme tabela a seguir:

EVENTO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA
• DOTAÇÃO INICIAL	11.872.611.818,00
• CRÉDITOS ADICIONAIS APROVADOS	1.342.666.486,00
• DESTAQUES RECEBIDOS ⁽¹⁾	564.208.714,91
• CRÉDITOS CONCEDIDOS ⁽²⁾	(138.731,54)
• REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ⁽³⁾	(1.099.771.507,00)
TOTAL DA DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	12.679.576.780,37

Fontes: SIAFI (transações CONOR e CONND); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Descentralizações externas de crédito recebidas (destaques) no valor total de R\$ 564.208.714,91, conforme demonstrado a seguir: (1.1) - No valor total de R\$ 564.118.450,00, destinado à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, desmembrados da seguinte forma: R\$ 475.701.437,00 - Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório) e R\$ 88.415.013,00 - Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV), em atendimento ao teor do art. 100 da Constituição Federal; (1.2) - No valor total de R\$ 92.284,91 para atender à execução de despesas a seguir: (1.2.1) - R\$ 15.600,00 - recebido pelo TST ref. à aquisição de vacina antigripal da UO 10.101 (STF), Programa 0585, Ação 6359 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF; (1.2.2) - R\$ 5.425,00 - recebido pelo TRT da 17ª Região/ES ref. ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Federal em curso promovido, efetuado pela UO 12.101 (Justiça Federal de 1º grau); (1.2.3) - R\$ 7.750,00 - recebido pelo TRT da 17ª Região/ES ref. ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Federal em curso promovido, efetuado pela UO 14.108 (TRE/ES); (1.2.4) - R\$ 27.341,03 - recebido pelo TST ref. à transferência de recursos relativos a diárias e passagens de palestrante que participou do Fórum Internacional de Direito Social, promovido pelo TST, efetuado pela UO 34.104 (Ministério Público do Trabalho - MPT); (1.2.5) - R\$ 36.148,88 - recebido pelo TRT da 4ª Região/RS, UO 15.105, ref. aos créditos relativos à requisição de servidor originário do Hospital Nossa Senhora da Conceição (UO 36.210); (2) - Redução decorrente de créditos concedidos: pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.454,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 592.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT da 4ª Região) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento ref. à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "pesquisa e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados; (3) - Redução decorrente da abertura de créditos adicionais tendo como origem a anulação total ou parcial de créditos já autorizados (compensação de créditos).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

B) DOTAÇÃO EXECUTADA

Do montante de recursos disponibilizados, envolvendo importância equivalente a R\$ 12.679.576.780,37 (doze bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e sete centavos), a execução da despesa nos Programas da Justiça do Trabalho aponta o valor de R\$ 12.577.789.400,74 (doze bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e setenta e quatro centavos), ou 99,20% do total da dotação consignada, conforme detalhamento a seguir:

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	(1)	(2)
• 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA (3.1)	9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	75,1
• 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (3.2)	564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	4,38
• 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	20,52
• 0565 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (3.3.1)	15.600,00	15.600,00	100,0	0,0
• 0569 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL (3.3.2)	5.425,00	5.425,00	100,0	0,0
• 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL (3.3.3)	7.750,00	7.750,00	100,0	0,0
• 0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA (3.3.4)	27.341,03	27.341,03	100,0	0,0
• 1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA (3.3.5)	36.148,88	36.148,88	100,0	0,0
TOTAIS	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CJSJ

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado da execução por Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Constam deste demonstrativo os recursos recebidos pela Justiça do Trabalho, por meio de descentralizações externas de crédito (destaques), conforme o segregado a seguir: (3.1) – Induzida as reduções decorrentes de créditos concedidos pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª da Região/RS) à UO 17.0178 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.248,99, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de controles" e devolução de créditos de passagem não utilizados; (3.2) – Dotação disponibilizada no valor total de R\$ 564.131.450,00, destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, desmembrados da seguinte forma: R\$ 475.701.437,00 – Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV), em atendimento ao teor do art. 100 da Constituição Federal; e R\$ 15.000,00 – Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, este último consignado no orçamento da UO 15.120 (TRT da 1ª Região/RJ); (3.3) – Valor total de R\$ 82.264,01 proveniente das outras descentralizações externas de crédito que tiveram despesas executadas conforme o descrito a seguir: (3.3.1) – R\$ 15.800,00 – recebidos pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, referentes à aquisição de vacina antigripal da UO 10.101 (Suprema Tribunal Federal – STF); (3.3.2) – R\$ 5.425,00 – recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sediado em Vitória/ES, referentes ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Federal em curso promovido, efetuado pela UO 12.101 (Justiça Federal de 1º grau); (3.3.3) – R\$ 7.750,00 – recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, sediado em Vitória/ES, referentes ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Eleitoral em curso promovido, efetuado pela UO 14.100 (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo – TRE/ES); (3.3.4) – R\$ 27.341,03 – recebidos pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, referentes à transferência de recursos relativos a diárias e passagens de palestrante que participou do Fórum Internacional de Direito Social, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, efetuado pela UO 34.104 (Ministério Público do Trabalho – MPT); (3.3.5) – R\$ 36.148,88 – recebidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado em Porto Alegre/RS, UO 15.105, referentes aos créditos relativos à requisição de servidor originário do Hospital Nossa Senhora da Conceição (UO 36.210); e (4) – Redução decorrente da abertura de créditos adicionais tendo como origem a anulação total ou parcial de créditos já autorizados (compensação de créditos).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA



- 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA (3.1)
- 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (3.2)
- 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
- 0565 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (3.3.1)
- 0569 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL (3.3.2)
- 0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL (3.3.3)
- 0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA (3.3.4)
- 1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA (3.3.5)

B.1) DOTAÇÃO E EXECUÇÃO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

Dos recursos disponibilizados à Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 12.679.576.780,37 (doze bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais e trinta e sete centavos), a realização de despesas denota a execução de importância equivalente a R\$ 12.577.789.400,74 (doze bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e setenta e quatro centavos), cujos recursos foram distribuídos pelos seguintes grupos de natureza de despesa:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR GRUPO DA DESPESA	DADOS FINANCEIROS			(3)
	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA (1)	DESPESA EXECUTADA		
		VALOR	(2)	
• PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (4)	11.343.737.676,88	11.269.350.523,02	99,34	89,6
• OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.108.323.795,49	1.099.113.095,63	99,16	8,74
• INVESTIMENTOS	227.310.308,00	209.225.782,09	92,04	1,66
• INVERSÕES FINANCEIRAS	205.000,00	100.000,00	48,78	0,0
TOTAIS	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Inclui as reduções decorrentes de créditos concedidos: pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Cf. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2009-0) e pela UO 15.105 (TRT da 4ª Região/RS) à UG 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.240,88, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;

(2) – Percentual apurado da execução em relação à Dotação Disponível;

(3) – Percentual apurado da execução por Grupo de Natureza da Despesa em relação ao total da Despesa Executada;

(4) – Inclui os recursos recebidos por meio da descentralização externa de crédito (destaques), que foram executados pelos Tribunais.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

V - PROGRAMAS

Dos programas destinados à Justiça do Trabalho, destaca-se o Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista, que objetiva garantir o pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto na Constituição Federal e nas diretrizes estabelecidas nas leis orçamentárias, na Lei Complementar n.º 101/2000 e na legislação complementar e que, no exercício de 2010, continha 10 Atividades previstas para execução.

A Justiça Trabalhista recebeu, ainda, recursos por meio de destaques, destinados à execução de despesas alusivas aos Programas 0565 – Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal, 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, 0570 - Gestão do Processo Eleitoral e 0581 – Defesa da Ordem Jurídica.

Além disso, a Justiça do Trabalho foi contemplada com recursos para a execução dos Programas 0901 - Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada.

A) PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

Para a Prestação Jurisdicional Trabalhista foi disponibilizada a dotação correspondente a R\$ 9.534.048.419,46 (nove bilhões, quinhentos e trinta e quatro milhões, quarenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e seis centavos), sendo executada a importância de R\$ 9.446.148.137,63 (nove bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, cento e quarenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e três centavos), ou 99,08% dos recursos disponibilizados nesse Programa.

A seguir, apresentam-se os quadros demonstrativos (I e II) relativos à realização de despesas do referido Programa, detalhados por Atividades, Operações Especiais e Projetos, ressaltando, contudo, que a execução das obras, está consignada no Volume IV, preparado pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com base nas informações extraídas do SIAFI/SIGPLAN e as recebidas dos Tribunais Regionais do Trabalho.

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – QUADRO I - RESUMO					
CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO	DESPESA EXECUTADA		(2)
		DISPONIBILIZADA	VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES (3)	8.093.602.865,46	8.084.517.647,41	99,89	85,59
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS (4)	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	12,89
-	PROJETOS	163.020.533,00	144.387.613,70	88,57	1,53
TOTALIS		9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada; (2) – Percentual apurado da execução por Grupo de Natureza da Despesa em relação ao total da Despesa Executada; (3) – Considerando as reduções decorrentes de créditos concedidos: pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT da 4.ª Região/RS) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.248,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados; (4) – Nas Operações Especiais estão incluídos: PSSS; Pagamento Aposentadorias e Pensões; Precatórios (Administração Direta e Indireta); RPV e destaques recebidos pelo TST, TRT da 4.ª Região/RS e 17ª Região/ES.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - QUADRO II

AÇÕES	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	(1)	(2)	(3)
ATIVIDADES	8.093.602.865,46	8.084.517.647,41	99,89	100,0	85,59
• APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	7.554.656.870,42	7.548.154.094,51	99,91	93,37	-
• ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	26.668.311,00	26.573.302,74	99,64	0,33	-
• AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	278.042.255,00	277.642.170,93	99,86	3,43	-
• ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	146.181.469,00	146.026.302,96	99,89	1,81	-
• ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	27.734.491,00	27.587.612,35	99,47	0,34	-
• CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (4)	17.199.274,04	16.320.327,51	94,89	0,2	-
• MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS)	34.905.000,00	34.356.038,88	98,43	0,42	-
• AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	6.064.095,00	6.020.795,94	99,29	0,07	-
• MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	1.241.100,00	949.885,19	76,54	0,01	-
• DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS À JUSTIÇA – TV JUSTIÇA	910.000,00	887.116,40	97,49	0,01	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	100,0	12,89
• CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	100,0	-
PROJETOS	163.020.533,00	144.387.613,70	88,57	100,0	1,53
• MODERNIZAÇÃO INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JT	14.384.448,00	13.273.163,39	92,27	9,19	-
• IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)	55.029.396,00	54.928.436,42	99,82	38,04	-
• DEMAIS PROJETOS (CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, AQUISIÇÃO ETC.)	93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76	-
TOTAIS - PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	100,0	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada; (2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada; (3) – Percentual apurado no grupo de ações em relação ao total da Despesa Frequentada no Programa; (4) – Considerada as reduções decorrentes de créditos concedidos: pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT da 4ª Região/RS) à UG 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1) Atividades

A.1.1) Ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Os recursos alocados para essa atividade foram utilizados com o objetivo de assegurar as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária, garantindo assim, o cumprimento das competências constitucionais da Justiça do Trabalho, que é solucionar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre os empregadores e os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Da dotação disponibilizada de R\$ 7.554.656.870,42 (sete bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), foram executados os montantes da ordem de R\$ 7.548.154.094,51 (sete bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, cento e cinquenta e quatro mil, noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos), ou 99,91% da dotação disponibilizada e 93,37% do total da despesa executada nas Atividades.

Assim, realizaram-se despesas de custeio e investimentos necessários ao funcionamento das instâncias trabalhistas de 1º, 2º e 3º graus e, ainda, foram consignados os montantes destinados ao pagamento da remuneração de magistrados e servidores ativos e dos encargos sociais, cuja composição por Grupo de Natureza de Despesa é assim demonstrada:

GND	GRUPO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	(1)	(2)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.921.161.265,00	6.920.822.974,67	100,0	91,69
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	555.052.623,42	549.888.396,25	99,05	7,29
4	INVESTIMENTOS	78.442.982,00	77.442.723,59	98,72	1,03
TOTAIS		7.554.656.870,42	7.548.154.094,51	99,91	100,0

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado na execução do GND em relação ao total da Despesa Executada.

A meta estabelecida para o exercício de 2010 era julgar 3.065.924 processos e a Justiça Trabalhista alcançou a marca de 2.936.556, ou seja, atingiu o índice de 95,78% da meta, conforme quadro a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
PROCESSOS JULGADOS	3.065.924	2.936.556	95,78	7.554.656.870,42	7.548.154.094,51	99,91	93,37

Fontes: SIAFV/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Observa-se que, nos últimos 3 anos, a Justiça do Trabalho alcançou a expressiva marca de 8.704.716 processos julgados, como o demonstrado no quadro a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	2.771.285
2009	2.996.875
2010	2.936.556
TOTAIS	8.704.716

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, exibe as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução levados a efeito por cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)	META FÍSICA		PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
		PREVISTA	EXECUTADA	
TST	15.101	290.000	211.379	72,89
TRT DA 1ª REGIÃO	15.102	272.000	284.332	104,53
TRT DA 2ª REGIÃO	15.103	426.743	445.330	104,36
TRT DA 3ª REGIÃO	15.104	330.000	298.240	90,38
TRT DA 4ª REGIÃO	15.105	225.000	202.918	90,19
TRT DA 5ª REGIÃO	15.106	147.000	142.124	96,68
TRT DA 6ª REGIÃO	15.107	100.423	106.627	106,18
TRT DA 7ª REGIÃO	15.108	54.000	50.673	93,84
TRT DA 8ª REGIÃO	15.109	90.340	88.440	97,9
TRT DA 9ª REGIÃO	15.110	153.384	157.273	102,54
TRT DA 10ª REGIÃO	15.111	59.250	66.298	111,9
TRT DA 11ª REGIÃO	15.112	59.377	53.049	89,34
TRT DA 12ª REGIÃO	15.113	100.143	90.499	90,37
TRT DA 13ª REGIÃO	15.114	28.000	34.650	123,75
TRT DA 14ª REGIÃO	15.115	27.000	30.466	112,84
TRT DA 15ª REGIÃO	15.116	350.000	317.431	90,69
TRT DA 16ª REGIÃO	15.117	34.001	38.350	112,79
TRT DA 17ª REGIÃO	15.118	44.000	46.945	106,69
TRT DA 18ª REGIÃO	15.119	82.539	87.317	105,79
TRT DA 19ª REGIÃO	15.120	29.205	32.351	110,77
TRT DA 20ª REGIÃO	15.121	22.300	21.601	96,87
TRT DA 21ª REGIÃO	15.122	40.000	37.035	92,59
TRT DA 22ª REGIÃO	15.123	22.607	24.805	109,72
TRT DA 23ª REGIÃO	15.124	41.412	36.227	87,48
TRT DA 24ª REGIÃO	15.125	37.200	32.196	86,55
TOTAIS	-	3.065.924	2.936.556	95,78

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Comentários:

A meta estabelecida para o Tribunal Superior do Trabalho no exercício de 2010 era apreciar e julgar 290.000 processos; no entanto foram analisados 211.379, atingindo 72,89% do proposto.

O fator determinante foi a obrigatoriedade de cumprimento das Metas 1 e 2, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que demandou a solução de processos com maior complexidade de temas, o que exigiu maior tempo na sua análise. Soma-se a isso, a decisão da Administração desta Corte de não utilizar verba orçamentária destinada à realização de serviço extraordinário para a apreciação desses processos.

Diversos TRT's relataram que, devido a não conclusão dos levantamentos relativos aos dados estatísticos, postados em 10/1/2011 (data-limite), os dados por eles informados estão bem próximos do programado ou daqueles previstos para o mês de dezembro/2010, e assim estão sujeitos à atualização.

A UO 15.114 ressaltou que a diferença entre o percentual de execução financeira (98,01%) e a execução física (123,75%) é resultante da implantação do processo eletrônico, que influenciou, consideravelmente, na celeridade do julgamento dos processos existentes.

Já a UO 15.124 informou que a meta física para o ano de 2010 foi definida seguindo a linha ascendente de tendência dos anos anteriores, que não se confirmou. A apreciação de causas no âmbito da 1ª Instância da unidade apresentou crescimento de 5% quando comparada com o ano de 2009. Em valores absolutos representou 1.343 processos julgados a mais. Na 2ª Instância, houve um decréscimo de 9% sobre os processos julgados sobre 2009. Foram envidados esforços para que o órgão atingisse a denominada "meta 1", estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, que consiste em julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque e a Justiça do Trabalho julgou 1% a mais do que a quantidade de processos distribuídos em conhecimento em 2010, ou seja, foram julgados 296 processos oriundos do estoque em 1ª Instância do ano anterior. Se for considerado o índice de afastamento de magistrados por motivo de licença para tratamento da própria saúde, estimada em 3,5%, a unidade utilizou o limite máximo da sua capacidade operacional e ainda assim cumpriu a meta de redução do estoque de processos em 1ª Instância.

Além disso, o número projetado para 2010 contava com a aprovação do Projeto de Lei n.º 5.549/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria 5 Varas do Trabalho no Estado de Mato Grosso/MT, nos municípios de Campo Novo do Parecis, Juara, Tangará da Serra (2ª Vara), Sinop (2ª Vara) e Várzea Grande.

As novas Varas do Trabalho deverão contribuir para o aumento da capacidade operacional, atualmente utilizada no seu limite máximo pelo Tribunal, além de atender à demanda reprimida existente nos referidos municípios e regiões.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.2) Ação 4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A ação cumpre a finalidade de assegurar a assistência jurídica integral gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados de terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Objetiva, ainda, propiciar o pagamento de perícias judiciais nos processos de demanda trabalhista em que a parte sucumbente seja o reclamante beneficiário da justiça gratuita, que não dispõe de condições financeiras para suportar o ônus pericial. Convém salientar que referida ação é executada, exclusivamente, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, logo, não há execução no âmbito do TST.

A dotação disponibilizada para a ação foi de R\$ 26.668.311,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e trezentos e onze reais) e a execução de despesas importou em R\$ 26.573.302,74 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e dois reais e setenta e quatro centavos), ou 99,64% da dotação disponibilizada e 0,33% do total da despesa executada nas Atividades.

A meta física prevista para o exercício de 2010 era alcançar 27.200 pessoas assistidas e a execução denota que a Justiça do Trabalho superou a meta ao atingir o contingente de 36.364 pessoas assistidas, ou seja, alcançou o percentual de 133,69%, conforme quadro a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
PESSOAS ASSISTIDAS	27.200	36.364	133,69	26.668.311,00	26.573.302,74	99,64	0,33

Fontes: SIAFV/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Nota-se que, nos últimos 3 anos, a Justiça do Trabalho proporcionou o benefício da justiça gratuita a 72.608 pessoas que não tinham condições financeiras de suportar o ônus pericial de suas ações judiciais, conforme quadro a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	14.840
2009	21.404
2010	36.364
TOTAIS	72.608

Fontes: SIAFV/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, revela as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução alcançados por cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	0	0	0,0
TRT DA 1ª REGIÃO	90	0	0,0
TRT DA 2ª REGIÃO	2.280	2.333	102,32
TRT DA 3ª REGIÃO	2.440	2.105	86,27
TRT DA 4ª REGIÃO	0	12.038	0,0
TRT DA 5ª REGIÃO	2.000	657	32,85
TRT DA 6ª REGIÃO	400	614	153,5
TRT DA 7ª REGIÃO	164	283	172,56
TRT DA 8ª REGIÃO	70	77	110,0
TRT DA 9ª REGIÃO	5.630	5.616	99,75
TRT DA 10ª REGIÃO	918	892	97,17
TRT DA 11ª REGIÃO	40	23	57,5
TRT DA 12ª REGIÃO	2.203	2.241	101,72
TRT DA 13ª REGIÃO	417	428	102,64
TRT DA 14ª REGIÃO	126	235	186,51
TRT DA 15ª REGIÃO	6.000	4.165	69,42
TRT DA 16ª REGIÃO	55	76	138,18
TRT DA 17ª REGIÃO	710	874	123,1
TRT DA 18ª REGIÃO	2.024	1.759	86,91
TRT DA 19ª REGIÃO	190	276	145,26
TRT DA 20ª REGIÃO	420	432	102,86
TRT DA 21ª REGIÃO	144	125	86,81
TRT DA 22ª REGIÃO	40	59	147,5
TRT DA 23ª REGIÃO	359	440	122,56
TRT DA 24ª REGIÃO	480	616	128,33
TOTAIS	27.200	36.364	133,69

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SQ/CSJT

Comentários:

Fato recorrente verificado junto a diversas unidades refere-se à insuficiência orçamentária existente considerando-se a quantidade de honorários das perícias realizadas. Tal situação agravou-se frente ao não atendimento por parte do Congresso Nacional de diversas solicitações de suplementação expedidas pelas unidades interessadas.

No entanto, apesar da significativa restrição orçamentária verificou-se que, em diversas unidades houve execução física superior à prevista, o que revela o esforço realizado para que tais perícias, necessárias à solução das lides sejam efetivadas.

A UO 15.106 destacou que a meta física do ano atingiu 22,73% em razão do aumento do volume de pagamentos de perícias definitivas. Observa-se, ainda, que, das 25 UO's que compõem a Justiça do Trabalho, 15 apresentaram resultados de metas físicas superiores a 100%.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A UO 15.113 informou que na elaboração da proposta orçamentária anual realiza-se a distribuição equânime em duodécimos do valor limite disponibilizado desta ação, tendo em vista a impossibilidade da previsão do número de requisições que serão recebidas mensalmente.

Os pagamentos foram realizados nos termos da Portaria GP n.º 9, de 11/1/2010, da Presidência do TRT, que fixou o limite de R\$ 600,00, por requisição, na ordem cronológica da apresentação das mesmas, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

A UO 15.115 relatou que a divergência existente entre dados físicos e financeiros está ocorrendo em face de que os valores pagos relativos aos honorários periciais são inferiores aos valores definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ou seja, são pagos valores conforme a perícia na ordem de R\$ 622,50, R\$ 747,00 e de R\$ 830,00.

A UO 15.118 comunicou que a meta física inicialmente prevista para a unidade foi de 710 pessoas assistidas. O índice de 123,10% de execução física é decorrente do grande número de processos de honorários periciais prévios que ingressaram no decorrer de 2010.

Portanto, houve um acréscimo de 164 pessoas beneficiadas em relação à meta física prevista na Proposta Orçamentária de 2009. A execução financeira atingida no exercício de 2010 foi de 99,93% na presente Ação. Registra-se ainda que o valor máximo dos honorários periciais pago foi de R\$ 800,00, com base no Provimento TRT.17.ª SECOR. n.º 3/2007.

A unidade efetuou, no exercício de 2010, o recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre os pagamentos dos respectivos honorários com os recursos orçamentários vinculados à ação, conforme Instrução Normativa n.º 3, da Secretaria da Receita Previdenciária/2005, publicada no DOU de 15/7/2005.

A.1.3) Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

A atividade tem por objetivo a concessão de auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia e em caráter indenizatório, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, em cumprimento ao teor do art. 22 da Lei n.º 8.460, de 17/9/92, com a redação dada pela Lei n.º 9.527, de 10/12/97.

A dotação disponibilizada importou no montante de R\$ 278.042.255,00 (duzentos e setenta e oito milhões, quarenta e dois mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) e a execução importou no total de R\$ 277.642.170,93 (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e setenta reais e noventa e três centavos), ou seja, 99,86% da dotação disponibilizada e 3,43% do total executado nas Atividades.

A meta física estabelecida para 2010 era de 38.207 servidores beneficiados e a Justiça do Trabalho superou a meta ao atingir o número de 39.283 servidores beneficiados, o que corresponde a 102,82%, como descreve o quadro a seguir:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
SERVIDORES BENEFICIADOS	38.207	39.283	102,82	278.042.255,00	277.642.170,93	99,86	3,43

Fontes: SIAFUS/GPLAN; ASPO-SG/CSJT

Nelas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Constata-se que, nos últimos 3 anos, a Justiça do Trabalho proporcionou o benefício a 111.783 servidores, como o discriminado no quadro a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	35.501
2009	36.999
2010	39.283
TOTAIS	111.783

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, revela as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução alcançados por cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	2.533	2.262	89,3
TRT DA 1ª REGIÃO	3.735	3.747	100,32
TRT DA 2ª REGIÃO	4.508	4.517	100,2
TRT DA 3ª REGIÃO	2.940	3.215	109,35
TRT DA 4ª REGIÃO	3.333	3.262	97,87
TRT DA 5ª REGIÃO	2.235	2.393	107,07
TRT DA 6ª REGIÃO	1.691	1.705	100,83
TRT DA 7ª REGIÃO	746	850	113,94
TRT DA 8ª REGIÃO	1.066	1.008	94,56
TRT DA 9ª REGIÃO	1.915	2.227	116,29
TRT DA 10ª REGIÃO	1.156	1.154	99,83
TRT DA 11ª REGIÃO	1.088	1.077	98,99
TRT DA 12ª REGIÃO	1.496	1.503	100,47
TRT DA 13ª REGIÃO	1.027	1.014	98,73
TRT DA 14ª REGIÃO	766	743	97,0
TRT DA 15ª REGIÃO	2.775	2.978	107,32
TRT DA 16ª REGIÃO	533	637	119,51
TRT DA 17ª REGIÃO	720	740	102,78
TRT DA 18ª REGIÃO	865	1.088	125,78



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 19ª REGIÃO	530	555	104,72
TRT DA 20ª REGIÃO	360	373	103,61
TRT DA 21ª REGIÃO	677	651	96,16
TRT DA 22ª REGIÃO	395	375	94,94
TRT DA 23ª REGIÃO	541	610	112,75
TRT DA 24ª REGIÃO	576	599	103,99
TOTAIS	38.207	39.283	102,82

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Comentários

Diversos Regionais relataram ter superado a meta física prevista em função de novos ingressos referentes a servidores empossados durante o exercício de 2010, utilizando-se de recursos descentralizados por meio de créditos suplementares.

A UO 15.101 reportou que o crédito suplementar aberto em seu favor, por meio de Decreto do Executivo, de 20/7/2010, publicado no DOU de 21/7/2010, no valor de R\$ 10.461.158,00 foi remanejado às demais unidades da Justiça do Trabalho por meio de crédito suplementar. A UO 15.118 informou que os índices de 98,40% de execução física e de 100% de execução financeira decorrem da previsão da meta física corrigida de 625 para 752 servidores beneficiados, em função do acréscimo previsto de 127 novos beneficiários, quando das liberações dos créditos suplementares de R\$ 313.290,00 (Decreto n.º 2075, de 21/7/2010), R\$ 56.473,00 (Ato Conjunto n.º 12/2010 - TST.CSJT, de 13/8/2010), R\$ 261.000,00 (Decreto n.º 47, de 25/11/2010) e R\$ 20.000,00 (Ato Conjunto n.º 22/2010 - TST.CSJT.GP, de 13/12/2010) para suprir as despesas com as novas nomeações de servidores no exercício de 2010, objeto da criação de cargos de provimento efetivo constante das Leis Ordinárias n.ºs 11.778/2008, 11.779/2008 e 11.986/2009. A meta física realizada em dezembro/2010 foi de 740 servidores beneficiados.

A.1.4) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A ação objetiva proporcionar aos magistrados, aos servidores e respectivos dependentes e aos pensionistas, condições para a manutenção da saúde física e mental, por meio de assistência social, hospitalar, laboratorial, perícias, odontológica e psicológica, assegurada na disposição contida no art. 230 da Lei n.º 8.112/90, com a redação dada pela Lei n.º 9.527, de 10/12/97.

A dotação destinada a esta ação foi de R\$ 146.181.469,00 (cento e quarenta e seis milhões, cento e oitenta e um mil e quatrocentos e sessenta e nove reais) e a execução alcançou a cifra de R\$ 146.026.302,96 (cento e quarenta e seis milhões, vinte e seis mil, trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) ou 99,89% da dotação disponibilizada ou 1,81% do total da execução nas Atividades.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A meta programada era alcançar 120.797 pessoas beneficiadas e a Justiça do Trabalho, ao final do exercício de 2010, atingiu o equivalente a 116.593 pessoas beneficiadas, o que corresponde a 96,52% do estabelecido, conforme configuração dos quadros a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
PESSOAS BENEFICIADAS	120.797	116.593	96,52	146.181.469,00	146.026.302,96	99,89	1,81

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Verifica-se que, nos últimos 3 anos, foram contempladas com o benefício, no âmbito da Justiça do Trabalho, 332.666 pessoas, como demonstra o quadro a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	104.148
2009	111.925
2010	116.593
TOTAIS	332.666

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, aponta as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução que cada órgão integrante da Justiça do Trabalho alcançou.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	9.120	5.482	60,11
TRT DA 1ª REGIÃO	8.100	8.282	102,25
TRT DA 2ª REGIÃO	14.812	15.069	101,74
TRT DA 3ª REGIÃO	6.800	6.575	96,69
TRT DA 4ª REGIÃO	8.006	8.080	100,92
TRT DA 5ª REGIÃO	6.746	6.644	98,49
TRT DA 6ª REGIÃO	6.475	6.615	102,16
TRT DA 7ª REGIÃO	2.410	2.519	104,52
TRT DA 8ª REGIÃO	4.387	4.262	97,15
TRT DA 9ª REGIÃO	6.015	6.624	110,12
TRT DA 10ª REGIÃO	4.592	3.698	80,53
TRT DA 11ª REGIÃO	2.034	1.964	96,56
TRT DA 12ª REGIÃO	5.135	5.070	98,73
TRT DA 13ª REGIÃO	2.863	2.779	97,07
TRT DA 14ª REGIÃO	2.497	3.061	122,59
TRT DA 15ª REGIÃO	13.000	12.275	94,42
TRT DA 16ª REGIÃO	1.234	1.422	115,24



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 17ª REGIÃO	2.481	2.518	101,49
TRT DA 18ª REGIÃO	3.350	3.105	92,69
TRT DA 19ª REGIÃO	2.092	2.156	103,06
TRT DA 20ª REGIÃO	1.370	1.395	101,82
TRT DA 21ª REGIÃO	2.476	2.476	100,0
TRT DA 22ª REGIÃO	990	969	97,88
TRT DA 23ª REGIÃO	1.912	1704	89,12
TRT DA 24ª REGIÃO	1.900	1.849	97,32
TOTAIS	120.797	116.593	96,52

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Comentários

Diversas unidades relataram sobre a necessidade de suplementação orçamentária devido, principalmente, a dois fatores: contratação de novos servidores e repactuação contratual do plano de saúde existente.

A UO 15.111 informou que a discrepância entre o percentual de 84,67% referente à despesa realizada e o percentual 59,89% da meta física realizada, se deve basicamente à ausência de assistência médica aos servidores e magistrados por meio de recursos vinculados à ação em questão. Ressaltou, ainda, que a meta física relativa à LOA + Crédito não corresponde à realidade, tendo em vista que não houve, neste exercício, pedido de crédito suplementar que solicitasse a alteração da meta física. Portanto a meta física prevista continuou sendo 4.592 beneficiários ao ano.

A UO 15.117 registrou que os índices de 90,84% de execução física e de 99,71% de execução financeira decorrem da previsão inicial da meta física corrigida de 2.475 para 2.772 pessoas beneficiadas, em função do acréscimo previsto de 297 novos beneficiários, quando das solicitações dos créditos suplementares de R\$ 134.165,00 (Decreto n.º 2075, de 21/7/2010), R\$ 265.000,00 (Decreto n.º 47, de 25/11/2010), R\$ 33.000,00 (Portaria n.º 192, de 29/11/2010) e R\$ 24.000,00 (Ato Conjunto n.º 22/2010 - TST.CSJT.GP, de 13/12/2010) perfazendo o valor total de R\$ 456.165,00, para suprir as despesas com as novas nomeações de servidores no exercício de 2010, objeto da criação de cargos de provimento efetivo constante das Leis Ordinárias n.ºs 11.778/08, 11.779/08 e 11.986/09. A meta física realizada em dezembro/2010 atingiu 2.518 pessoas beneficiadas.

A UO 15.125 ressaltou que o reajuste ocorrido no contrato firmado com a UNIMED, no percentual de 38,5%, a contar de janeiro/2010, não foi considerado à época da elaboração da proposta orçamentária para o corrente exercício, o que gerou um desequilíbrio financeiro na ação, que foi sanado por meio do crédito suplementar ao Orçamento de 2010, liberado em novembro/dezembro de 2010.

Observou-se, ainda, que, embora constasse a meta física (LOA + Créd.) como de 2.484 pessoas beneficiadas, não houve, na prática, a elevação da meta física, mas tão somente o aumento do nível da despesa, decorrente do reajuste das mensalidades do plano de saúde. O percentual de execução correto seria o de noventa e sete inteiros e trinta e um centésimos por cento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.5) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores e Empregados

A atividade objetiva oferecer aos servidores, sob a forma de pecúnia, condições adequadas de atendimento em creches e pré-escolas de seus dependentes legais que tenham idade compreendida na faixa de 0 (zero) a 6 (seis) anos, conforme estabelece o art. 3º do Decreto n.º 977, de 10/11/93.

A dotação disponibilizada foi da ordem de R\$ 27.734.491,00 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa e um reais) e a execução de despesas alcançou o montante de R\$ 27.587.612,35 (vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e doze reais e trinta e cinco centavos), ou seja, 99,47% do total disponibilizado e 0,34% do total da execução nas Atividades.

A meta prevista para ser alcançada, em 2010, era de 7.077 crianças na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos atendidas e a Justiça do Trabalho superou a meta ao atender a 7.265 crianças, o que corresponde a 102,66%, conforme o configurado no quadro a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	7.077	7.265	102,66	27.734.491,00	27.587.612,35	99,47	0,34

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Observa-se que, nos últimos 3 anos, no âmbito da Justiça do Trabalho, foram 20.478 crianças atendidas, compreendidas na faixa etária de 0 a 6 anos, conforme o demonstrado a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	6.509
2009	6.704
2010	7.265
TOTAIS	20.478

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, denota as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução levados a efeito por cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	402	403	100,25
TRT DA 1ª REGIÃO	560	560	100,0
TRT DA 2ª REGIÃO	608	672	110,53
TRT DA 3ª REGIÃO	514	579	112,65



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 4ª REGIÃO	525	551	104,95
TRT DA 5ª REGIÃO	625	482	77,12
TRT DA 6ª REGIÃO	359	343	95,54
TRT DA 7ª REGIÃO	71	136	191,55
TRT DA 8ª REGIÃO	180	181	100,56
TRT DA 9ª REGIÃO	416	460	110,58
TRT DA 10ª REGIÃO	267	260	97,38
TRT DA 11ª REGIÃO	205	220	107,32
TRT DA 12ª REGIÃO	243	237	97,53
TRT DA 13ª REGIÃO	180	157	87,22
TRT DA 14ª REGIÃO	165	158	95,76
TRT DA 15ª REGIÃO	600	607	101,17
TRT DA 16ª REGIÃO	102	133	130,39
TRT DA 17ª REGIÃO	180	160	88,89
TRT DA 18ª REGIÃO	135	228	168,89
TRT DA 19ª REGIÃO	125	124	99,2
TRT DA 20ª REGIÃO	94	97	103,19
TRT DA 21ª REGIÃO	145	129	88,97
TRT DA 22ª REGIÃO	123	119	96,75
TRT DA 23ª REGIÃO	115	120	104,35
TRT DA 24ª REGIÃO	138	149	107,97
TOTAIS	7.077	7.265	102,66

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Comentários

A UO 15.106 informou que atingiu 75,55% da meta física prevista em razão do fato de que muitos dos novos servidores empossados não possuem filhos ou não terem solicitado o benefício, frustrando assim as expectativas previstas.

A UO 15.109 destacou que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do Ato n.º 150/2009, de 21/9/2009, estabeleceu novos critérios para a concessão do benefício aos dependentes dos servidores e determinou a inclusão dos magistrados no rol de beneficiários, havendo um aumento considerável nas execuções física e financeira deste regional, que passou de R\$ 22.975,22 mensais em 2009 para R\$ 60.000,00 mensais em 2010, em média. Foi solicitado crédito suplementar em março/2010 no valor de R\$ 300.000,00.

A UO 15.115 registrou que a divergência existente nesta ação entre o físico e o realizado mês a mês deu-se em face da previsão de contratação de novos servidores por meio de concurso público registrado na proposta orçamentária no SIOP, o que ainda não ocorreu. A unidade salientou que o concurso encontra-se em tramitação.

A UO 15.118 informou que quando da elaboração da Proposta Orçamentária para 2010 (agosto/2009) a meta física prevista na ação foi de 180 crianças, em função das novas nomeações de servidores no exercício de 2010, objeto da criação de cargos de provimento efetivo constante das Leis Ordinárias n.ºs 11.778/2008, 11.779/2008 e 11.986/2009.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Portanto, no mês de dezembro/2010 atingiu a meta física de 160 crianças beneficiárias, correspondendo ao percentual de execução física realizada de 88,89%, enquanto a execução financeira ficou em 99,53%. Houve um crédito suplementar, por meio da Portaria SOF n.º 192, de 29/11/2010, cancelando R\$ 33.000,00 da respectiva ação para reforço de igual valor na ação de Assistência Médica e Odontológica.

A.1.6) Ação 4091 - Capacitação de Recursos Humanos

A ação tem por objetivo promover, de forma integrada, a capacitação continuada dos servidores integrantes da Justiça do Trabalho, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo a fortalecer ou instalar as competências necessárias ao cumprimento de suas atribuições constitucionais e a atender aos anseios da sociedade com presteza, primando pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

A dotação disponibilizada alcançou o total de R\$ 17.199.274,04 (dezessete milhões, cento e noventa e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e quatro centavos) e a execução de despesas foi de R\$ 16.320.327,51 (dezesseis milhões, trezentos e vinte mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) ou 94,89% do total disponibilizado e 0,2% do total executado nas Atividades.

A meta programada para 2010 era de 37.602 servidores capacitados e a Justiça do Trabalho superou a meta ao alcançar 46.643, com resultado de 124,04%, conforme o demonstrado a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
SERVIDOR CAPACITADO	37.602	46.643	124,04	17.199.274,04	16.320.327,51	94,73	0,2

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Nota-se que, nos últimos 3 anos, no âmbito da Justiça do Trabalho, foram 142.547 servidores capacitados, conforme quadro a seguir:

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	49.528
2009	46.376
2010	46.643
TOTAIS	142.547

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

O quadro, a seguir, exhibe as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais de execução de cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	2.306	4.894	212,23
TRT DA 1ª REGIÃO	2.200	2.532	115,09
TRT DA 2ª REGIÃO	1.406	2.573	183,0
TRT DA 3ª REGIÃO	1.400	1.024	73,14
TRT DA 4ª REGIÃO	6.000	7.505	125,08
TRT DA 5ª REGIÃO	2.000	2.336	116,8
TRT DA 6ª REGIÃO	1.400	2.018	144,14
TRT DA 7ª REGIÃO	375	771	205,6
TRT DA 8ª REGIÃO	1.144	1.641	143,44
TRT DA 9ª REGIÃO	3.000	5.704	190,13
TRT DA 10ª REGIÃO	1.650	1.409	85,39
TRT DA 11ª REGIÃO	1.108	828	74,73
TRT DA 12ª REGIÃO	4.000	2.446	61,15
TRT DA 13ª REGIÃO	309	290	93,85
TRT DA 14ª REGIÃO	594	1.140	191,92
TRT DA 15ª REGIÃO	2.000	2.398	119,9
TRT DA 16ª REGIÃO	1.000	1073	107,3
TRT DA 17ª REGIÃO	660	1326	200,91
TRT DA 18ª REGIÃO	2145	1.388	64,71
TRT DA 19ª REGIÃO	300	326	108,67
TRT DA 20ª REGIÃO	700	520	74,29
TRT DA 21ª REGIÃO	350	371	106,0
TRT DA 22ª REGIÃO	300	434	144,67
TRT DA 23ª REGIÃO	865	1.086	125,55
TRT DA 24ª REGIÃO	390	610	156,41
TOTAIS	37.602	46.643	124,04

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Comentários

Observou-se que, de modo geral, houve otimização na utilização dos recursos financeiros, proporcionando maior realização das metas físicas em relação às metas financeiras. Cabe ressaltar que no mês de dezembro usualmente há um decréscimo no quantitativo de participantes em cursos devidos, em grande parte, ao recesso do judiciário, bem como, pelo início das férias de servidores e magistrados.

A UO 15.104 informou que o percentual de execução física foi inferior ao previsto em razão do fato de que a dotação disponibilizada ter sido insuficiente para atender à demanda projetada. O percentual de execução financeira ainda não totalizou 100% em função de despesas que se encontram em andamento e que foram inscritas em Restos a Pagar.

A UO 15.118 informou que está revisando as metas a serem fixadas para cada servidor. Salienta que a execução financeira na referida ação, em termos percentuais, foi de 79,89%. Quanto à meta física realizada de 1.326 servidores/magistrados, pode-se concluir o atingimento de 200,91% da execução física, ou seja, 666 treinandos/capacitados a mais em relação à meta prevista (660) e que os percentuais



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

de execução física (200,91%) e financeira (79,89%) foram atingidos no decorrer do exercício de 2010 são decorrentes da opção da Administração na contratação de profissionais para realizar cursos nas dependências do Regional, visando capacitar maior número de servidores, diminuindo essencialmente as despesas em relação aos treinamentos individualizados. Houve um crédito suplementar, através do Ato Conjunto n.º 18/2010 - TST.CSJT.GP, de 29/11/2010, cancelando R\$ 20.000,00 da respectiva Ação para reforço de igual valor na Ação 4256 - Apreciação de Causas na JT.

Portanto, em 2010, foram realizadas 1.326 capacitações/treinamentos correspondendo a um dispêndio total de R\$ 223.700,00 e tendo um custo unitário médio por capacitação de R\$ 168,70.

A.1.7) Ação 2C73 - Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)

O Projeto do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho (E-Jus) cumpre, entre outras finalidades, o papel de modernizar a Justiça do Trabalho, por meio da implementação de sistemas informatizados, reaparelhamento e padronização do parque de equipamentos e soluções de infra-estrutura, com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação e julgamento dos processos trabalhistas, como também, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, viabilizando, entre outras iniciativas, o "processo virtual" que permitirá nova dinâmica aos ritos processuais, ampliando a transparência e democratizando o acesso às informações das ações trabalhistas.

No exercício de 2010, esta ação contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 34.905.000,00 (trinta e quatro milhões e novecentos e cinco mil reais) e a sua execução alcançou o montante de R\$ 34.356.038,88 (trinta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trinta e oito reais e oitenta e oito centavos), ou seja, 98,43% da dotação disponibilizada para a ação e 0,42% do total executado nas Atividades, conforme o demonstrado no quadro a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
SISTEMA MANTIDO	1	1	100,0	34.905.000,00	34.356.038,88	98,43	0,42

Fortes: SIAFV/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

As demandas relativas a esta ação/atividade no âmbito dos órgãos integrantes da Justiça do Trabalho foram atendidas por meio de descentralizações de crédito/provisões concedidas aos TRT's, cujo quadro, a seguir, exhibe ainda os percentuais de execução financeira.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ÓRGÃO EXECUTOR	PROVISÃO CONCEDIDA AOS TRTs	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TRT DA 1ª REGIÃO	104.796,00	104.796,00	100,0
TRT DA 2ª REGIÃO	121.896,00	121.896,00	100,0
TRT DA 3ª REGIÃO	95.196,00	95.196,00	100,0
TRT DA 4ª REGIÃO	107.556,00	107.556,00	100,0
TRT DA 5ª REGIÃO	122.520,00	122.519,40	100,0
TRT DA 6ª REGIÃO	89.016,00	89.015,84	100,0
TRT DA 7ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 8ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 9ª REGIÃO	91.272,00	91.271,04	100,0
TRT DA 10ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 11ª REGIÃO	0,00	0,00	0,0
TRT DA 12ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 13ª REGIÃO	89.016,00	84.063,92	94,44
TRT DA 14ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 15ª REGIÃO	95.196,00	95.196,00	100,0
TRT DA 16ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 17ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 18ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 19ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 20ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 21ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 22ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 23ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TRT DA 24ª REGIÃO	89.016,00	89.016,00	100,0
TOTAIS	2.162.688,00	2.157.734,20	99,77

Fontes: SIAFV/SIGPLAN, COFIN/TST, ASPO-SG/CSJT e Tribunais Regionais do Trabalho

As principais atividades realizadas no âmbito da Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho encontram-se sintetizadas da forma descrita a seguir:

A.1.7.1) Infraestrutura Computacional

Atividades: primordialmente, aquisições relativas a contratos de serviços continuados: suporte e manutenção de licenças da plataforma de Banco de Dados *Oracle*, prestação de serviços de suporte técnico para as licenças do software *Citrix* utilizadas para o Gabinete Virtual, renovação dos contratos de manutenção dos equipamentos de armazenamento de dados.

A.1.7.2) Rede Corporativa da Justiça do Trabalho

Atividades: celebração de aditivo contratual para expansão da Rede Corporativa de Longa Distância da Justiça do Trabalho, em virtude da necessidade de adequação da velocidade dos circuitos contratados ao cumprimento da Meta 9 do conjunto de Metas Prioritárias de 2010, estabelecidas pelo



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Nacional de Justiça, e atendendo ao pedido formulado por alguns Tribunais Regionais do Trabalho, visando o aumento da velocidade dos circuitos contratados, cujo dimensionamento, iniciado em 2005, mostrou-se insuficiente para atender à demanda.

A.1.7.3) Segurança da Informação

Atividades: renovação das licenças de uso e de atualização da base de conhecimento do software *Risk Manager*, renovação das licenças, manutenção e suporte técnico da solução de prevenção de intrusão (IPS), serviços de manutenção e suporte técnico para as soluções de *Firewall* e Antivírus utilizadas pelos Tribunais do Trabalho.

A.1.7.4) Governança de TIC

Atividades: renovação de licenças corporativas, de uso e atualizações da base de conhecimento do software *Risk Manager*.

A.1.8) Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

A atividade visa assegurar a efetivação do pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A dotação disponibilizada para a atividade contemplava o total de R\$ 6.064.095,00 (seis milhões, sessenta e quatro mil e noventa e cinco reais) e a execução foi de R\$ 6.020.795,94 (seis milhões, vinte mil e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), o correspondente a 99,29% da dotação disponibilizada e 0,07% do total executado nas Atividades.

A meta estabelecida era atingir 3.914 servidores beneficiados e foram contemplados 3.694 servidores, com resultado de 94,37% da meta prevista inicialmente, conforme quadro a seguir.

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
SERVIDORES BENEFICIADOS	3.914	3.694	94,37	6.064.095,00	6.020.795,94	99,29	0,07

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Nota-se que, nos últimos 3 anos, no âmbito da Justiça do Trabalho, foram 10.457 servidores contemplados com o benefício, conforme discrimina o quadro a seguir:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

EXERCÍCIO	META FÍSICA REALIZADA
2008	3.451
2009	3.312
2010	3.694
TOTAIS	10.457

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Deve-se ressaltar que os efeitos produzidos não têm sido mais expressivos porque, na maior parte das situações, o valor do desconto previsto em lei alusivo à participação do servidor tem-se mostrado superior ao efetivamente gasto pelos beneficiários.

O quadro, a seguir, exibe as metas físicas previstas e realizadas e ainda, os percentuais relativos à execução por cada órgão integrante da Justiça do Trabalho.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO
TST	300	289	96,33
TRT DA 1ª REGIÃO	514	521	101,36
TRT DA 2ª REGIÃO	1.338	1.535	114,72
TRT DA 3ª REGIÃO	30	28	93,33
TRT DA 4ª REGIÃO	354	287	81,07
TRT DA 5ª REGIÃO	489	475	97,14
TRT DA 6ª REGIÃO	147	148	100,68
TRT DA 7ª REGIÃO	23	16	69,57
TRT DA 8ª REGIÃO	37	36	97,3
TRT DA 9ª REGIÃO	69	47	68,12
TRT DA 10ª REGIÃO	58	35	60,34
TRT DA 11ª REGIÃO	37	34,5	93,24
TRT DA 12ª REGIÃO	14	8	57,14
TRT DA 13ª REGIÃO	6	3	50,0
TRT DA 14ª REGIÃO	0	0	0,0
TRT DA 15ª REGIÃO	350	114	32,57
TRT DA 16ª REGIÃO	4	3	75,0
TRT DA 17ª REGIÃO	20	20	100,0
TRT DA 18ª REGIÃO	11	8	72,73
TRT DA 19ª REGIÃO	80	71	88,75
TRT DA 20ª REGIÃO	2	0	0,0
TRT DA 21ª REGIÃO	12	9	75,0
TRT DA 22ª REGIÃO	6	3	50,0
TRT DA 23ª REGIÃO	7	1	14,29
TRT DA 24ª REGIÃO	6	2	33,33
TOTAIS	3.914	3.694	94,37

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Comentários

Alguns Tribunais Regionais do Trabalho relataram adequações orçamentárias nos valores físicos e financeiros devido a não efetivação do quantitativo de beneficiários previstos, bem como também a não previsão de beneficiários originários de contratação de novos servidores, e também devido às realocações de usuários para locais de trabalho próximos da sua moradia.

A UO 15.101 informou que, em decorrência de não ocorrer o acréscimo previsto de beneficiários, e o conseqüente aumento da despesa, a meta física realizada mostra-se inferior à prevista na LOA, assim como a execução financeira. Em razão do cancelamento parcial do orçamento por meio de crédito suplementar foram alterados os campos "Previsão corrigida" Físico/Financeiro.

A UO 15.104 reportou que o percentual de execução financeira ficou em 58,96% devido a não nomeação de todos os novos servidores em 2010. Do total de 200 foram nomeados apenas 50. Os demais foram nomeados em dezembro. Dessa forma, parte do saldo orçamentário, no valor de R\$ 12.000,00 foi remanejada, por meio de crédito suplementar, para suprir gastos da ação de Assistência Médica e Odontológica.

A UO 15.116 ressaltou que a ação que ampara a concessão do Benefício denominado Auxílio-Transporte teve sua meta física dimensionada além da real necessidade, em virtude de que em anos pretéritos houve uma adesão considerável que não permaneceu nos anos subseqüentes especialmente após a integral implantação do Plano de Cargos e Salários, Lei n.º 11.416/2006 e, conseqüentemente, acarretou uma repercussão desfavorável na execução orçamentária e financeira.

A UO 15.121 informou que os créditos deste programa não foram utilizados, haja vista que os valores dos vencimentos decorrentes da Lei n.º 11.416/2006 fez com que o valor do auxílio fosse suplantado pelo valor da participação dos aludidos servidores, no referido benefício.

A.1.9) Ação 8134 - Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho

Os recursos consignados nesta Ação têm por finalidade suportar as demandas da Justiça Itinerante, no que se refere às despesas de custeio e de manutenção de Varas do Trabalho Itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do art. 115 da Constituição Federal, tais como: aquisição e manutenção de veículos, combustíveis, diárias, ajuda de custo, materiais de consumo e de expediente, passagens, gastos com locomoção e outras despesas administrativas afins.

A dotação disponibilizada para a ação alcançou o montante de R\$ 1.241.100,00 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil e cem reais) e a execução foi de R\$ 949.885,19 (novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), o correspondente a 76,54% da dotação disponibilizada e 0,01% do total executado nas Atividades, conforme quadro abaixo:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
VARAS ITINERANTES MANTIDAS	147	145	98,64	1.241.100,00	949.885,19	76,54	0,01

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Referidas ações foram previstas e executadas no âmbito de nove (9) Tribunais Regionais do Trabalho, quais sejam, 3ª, 5ª, 11ª, 14ª, 16ª, 18ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões, conforme o discriminado no quadro a seguir:

TRT	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)	(3)
		PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA			
						VALOR	(1)		
3ª REGIÃO	VARAS ITINERANTES MANTIDAS	0	3	0,0	80.000,00	80.000,00	100,0	8,42	-
5ª REGIÃO		10	3	30,0	100.000,00	21.204,64	21,2	2,23	
11ª REGIÃO		12	12	100,0	585.000,00	457.457,81	78,20	48,16	
14ª REGIÃO		64	64	100,0	179.100,00	179.100,00	100,0	18,85	
16ª REGIÃO		15	19	126,67	40.000,00	40.000,00	100,0	4,21	
18ª REGIÃO		6	4	66,67	89.000,00	24.236,00	27,23	2,55	
22ª REGIÃO		11	11	100,0	30.000,00	9.886,74	32,96	1,04	
23ª REGIÃO		21	21	100,0	100.000,00	100.000,00	100,0	10,53	
24ª REGIÃO		8	8	100,0	38.000,00	38.000,00	100,0	4,0	
TOTAIS		147	145	98,64	1.241.100,00	949.885,19	76,54	100,0	0,01

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada;

(3) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

Comentários

Alguns Regionais relataram a necessidade de suplementação orçamentária frente à crescente demanda da Sociedade por este tipo de Justiça, refletida, em parte, pela grande realização nas metas físicas da ação.

A UO 15.123 reportou que a baixa execução financeira deve-se ao fato de haverem realizado itinerâncias a baixo custo, tendo como exemplo a preferência de divulgação por meio de emissoras locais, exposição de cartazes em locais públicos de grande circulação, tais como templos religiosos, etc.

A UO 15.124 informou que o somatório do percentual de execução física não corresponde à realidade, haja vista tratar-se de meta não cumulativa. A unidade tem 20 Varas Itinerantes atualmente instaladas e são essas as Varas mantidas mensalmente. Para regularizar a discrepância entre a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

execução e a totalização do SIGPLAN a unidade efetuou cálculos levando em conta a proporcionalidade em consideração à execução financeira e o total de itinerantes que serão mantidas no exercício.

A UO 15.125 relata que a inexistência de meta física no mês de dezembro, tanto prevista como realizada, deve-se ao fato da meta ser cumulativa, e uma vez que o total é de 8 varas mantidas durante o exercício, houve a distribuição da meta nos meses de forma proporcional.

A.1.10) Ação 2058 - Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça – TV Justiça

A atividade visa atender às despesas com a divulgação à sociedade brasileira dos atos da Justiça do Trabalho e dos serviços essenciais à Justiça em âmbito nacional por meio da TV Justiça. Citada ação tem sido viabilizada por meio de continuidade da parceria firmada entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal, que tem proporcionado simultaneidade na divulgação, disponibilização e veiculação conjunta das informações trabalhistas com o STF na TV Justiça.

A dotação disponibilizada para a ação alcançou o montante de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais) e a execução de despesas alcançou o montante de R\$ 887.116,40 (oitocentos e oitenta e sete mil, cento e dezesseis reais e quarenta centavos), o que corresponde a 97,49% do total da dotação disponibilizada e 0,01% do total executado nas Atividades.

A meta física prevista para ação em 2010 era alcançar 50 horas/ano de programa veiculado e a Justiça do Trabalho superou a meta ao atingir 52 horas/ano de programa veiculado, o que corresponde a 104,0%, conforme o demonstrado nos quadros a seguir:

UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
HORAS DE PROGRAMA VEICULADO	50	52	104,0	910.000,00	887.116,40	97,49	0,01

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES (EM REAIS)
DOTAÇÃO INICIAL	700.000,00
(+) SUPLEMENTAÇÃO/CANCELAMENTO	210.000,00
(-) ORÇAMENTO CONTINGENCIADO	0,00
(=) ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO	910.000,00
- DESPESA REALIZADA	887.116,40
- PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO	97,49%

Fontes: SIAF/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.2) Operações Especiais

A.2.1) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

A Ação tem por finalidade efetivar o pagamento da contribuição patronal da União para o custeio do regime de previdência do servidor público federal, na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.

A dotação disponibilizada foi da ordem de R\$ 1.277.425.021,00 (um bilhão, duzentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e vinte e um reais) e aponta execução do montante de R\$ 1.217.242.876,52 (um bilhão, duzentos e dezessete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), o correspondente a 95,29% da dotação disponibilizada para a Ação e 12,89% do valor total executado no Programa, conforme quadros a seguir:

CÓD.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	12,89

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

ÓRGÃO EXECUTOR	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TST	63.223.761,00	56.344.118,68	89,12
TRT DA 1ª REGIÃO	118.080.082,00	114.204.254,35	96,72
TRT DA 2ª REGIÃO	138.480.044,00	134.074.995,78	96,82
TRT DA 3ª REGIÃO	119.617.448,00	119.617.448,00	100,0
TRT DA 4ª REGIÃO	104.678.623,00	95.853.050,61	91,57
TRT DA 5ª REGIÃO	72.408.510,00	72.408.510,00	100,0
TRT DA 6ª REGIÃO	56.559.822,00	52.384.712,56	92,62
TRT DA 7ª REGIÃO	25.561.207,00	25.071.027,42	98,08
TRT DA 8ª REGIÃO	37.967.671,00	34.034.692,34	89,64
TRT DA 9ª REGIÃO	69.292.091,00	65.660.077,24	94,76
TRT DA 10ª REGIÃO	43.573.795,00	40.287.341,22	92,46
TRT DA 11ª REGIÃO	34.448.310,00	31.982.051,94	92,84
TRT DA 12ª REGIÃO	55.410.337,00	51.219.716,70	92,44
TRT DA 13ª REGIÃO	36.387.985,00	33.498.209,22	92,06
TRT DA 14ª REGIÃO	27.883.922,00	24.185.349,04	86,74
TRT DA 15ª REGIÃO	114.176.503,00	114.176.503,00	100,0
TRT DA 16ª REGIÃO	15.570.773,00	14.996.843,84	96,31



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 17ª REGIÃO	21.402.867,00	20.620.964,40	96,35
TRT DA 18ª REGIÃO	25.805.444,00	25.354.866,98	98,25
TRT DA 19ª REGIÃO	15.727.822,00	14.338.224,97	91,16
TRT DA 20ª REGIÃO	14.837.109,00	12.859.452,56	86,67
TRT DA 21ª REGIÃO	18.198.997,00	18.198.997,00	100,0
TRT DA 22ª REGIÃO	11.565.952,00	10.717.480,64	92,66
TRT DA 23ª REGIÃO	19.078.653,00	18.026.447,86	94,48
TRT DA 24ª REGIÃO	17.487.293,00	17.127.540,17	97,94
TOTAIS	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

A.3) Projetos do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

A Justiça do Trabalho, para realizar os Projetos do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, ao longo do exercício de 2010, foi contemplada com dotação disponibilizada da ordem de R\$ 163.020.533,00 (cento e sessenta e três milhões, vinte mil e quinhentos e trinta e três reais) e a execução de despesas alcançou o montante de R\$ 144.387.613,70 (cento e quarenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e treze reais e setenta centavos), o que corresponde a 88,57% da dotação disponibilizada para os Projetos e 1,53% do total executado no Programa, conforme síntese da execução a seguir:

CÓD. AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)	(3)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)		
1P66	MODERNIZAÇÃO INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	INST. MODERNIZADAS	5	1,227	24,54	14.384.448,00	13.273.163,39	92,27	9,19	-
5093	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS)	SISTEMA IMPLANTADO	11,35	3,592	31,65	55.029.396,00	54.928.436,42	99,82	38,04	-
SUBTOTAL						69.413.844,00	68.201.599,81	98,25	47,24	-
DIVER-SAS	DEMAIS PROJETOS (CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, AQUISIÇÃO ETC.)	-	-	-	-	93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76	-
TOTAIS						163.020.533,00	144.387.613,70	88,57	100,0	1,53
PROJETOS DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA										

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada no Programa.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O comentário que se seguirá contempla os dois principais projetos, sob a perspectiva da relevância monetária. Deve-se ressaltar que as informações relativas à construção, implantação e aquisição de bens imóveis da Justiça do Trabalho estão consignadas no Volume IV que foi preparado pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com base nas informações extraídas do SIAFI/SIGPLAN e as enviadas pelos TRTs.

A.3.1) Ação 1P66 - Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

O Projeto de Modernização tem por escopo propiciar as condições para se efetuarem reformas, ampliações, adaptações e modernizações das instalações prediais das 1.377 Varas do Trabalho e das sedes dos 24 TRT's, a fim de proporcionar o funcionamento da Justiça do Trabalho em edificações e instalações com a devida padronização, sinalização, acesso à informação, conforto e celeridade, compatíveis às necessidades dos cidadãos jurisdicionados em todo o território nacional.

A dotação autorizada para essa finalidade, no orçamento de 2010, alcançou recursos orçamentários da ordem de R\$ 14.384.448,00 (quatorze milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e oito reais), que foram repassados para a sua realização no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio de provisões concedidas.

A execução de despesas atingiu o montante de R\$ 13.273.163,39 (treze milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e sessenta e três reais e trinta e nove centavos), ou 92,27% do total disponibilizado e 9,19% do total destinado aos projetos, como o demonstrado nos quadros a seguir:

CÓD.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	14.384.448,00	13.273.163,39	92,27	9,19

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES (EM REAIS)
(+) Dotação Inicial	20.330.000,00
(-) Dotação utilizada para suplementação em outras ações	(5.945.552,00)
(=) Saldo disponível para o projeto	14.384.448,00
(-) Valores descentralizados aos TRTs	(12.792.663,70)
(=) Saldo não utilizado	1.591.784,30
Participação percentual do Saldo não utilizado sobre o saldo disponível	11,07%

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

Nota:

(1) - Restaram contingenciados ao final do exercício recursos que somaram R\$ 1.000.293,58.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O quadro, a seguir, apresenta segregado, por Tribunal Trabalhista, as necessidades atendidas por meio de descentralizações/provisões concedidas aos TRTs em 2010, em que se destacaram as despesas relativas a reformas e ampliações e aquisições de mobiliário, repetindo, assim, a tendência verificada no exercício anterior.

TRIBUNAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	PROVISÃO CONCEDIDA A TRTs (R\$)	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO	VALORES PAGOS EM 2008 (R\$)	INSCRIÇÃO EM RAP (R\$)	META FÍSICA EXECUTADA
TST	14.384.448,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,227
TRT DA 1ª REGIÃO	0,00	325.466,66	0,00	0,00	0,00	421.035,91	-
TRT DA 2ª REGIÃO	0,00	302.642,35	164.873,00	54,48	164.873,00	137.769,35	-
TRT DA 3ª REGIÃO	0,00	1.597.048,40	849.193,02	53,17	842.211,77	2.342.307,51	-
TRT DA 4ª REGIÃO	0,00	1.513.950,70	1.053.748,73	69,60	1.053.748,73	460.201,87	-
TRT DA 5ª REGIÃO	0,00	836.152,49	543.426,52	64,99	543.426,52	292.725,97	-
TRT DA 6ª REGIÃO	0,00	784.077,11	408.441,86	52,09	408.441,86	375.635,25	-
TRT DA 7ª REGIÃO	0,00	142.328,94	168.102,56	118,11	168.102,56	62.674,38	-
TRT DA 8ª REGIÃO	0,00	321.111,31	284.572,04	88,62	284.572,04	433.040,27	-
TRT DA 9ª REGIÃO	0,00	622.919,89	198.401,39	31,85	198.401,39	431.047,63	-
TRT DA 10ª REGIÃO	0,00	138.740,00	0,00	0,00	0,00	138.740,00	-
TRT DA 11ª REGIÃO	0,00	397.722,60	124.629,68	31,34	124.629,68	273.092,92	-
TRT DA 12ª REGIÃO	0,00	369.355,07	91.251,82	24,71	91.251,82	274.755,10	-
TRT DA 13ª REGIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TRT DA 14ª REGIÃO	0,00	336.923,37	122.670,50	36,41	122.670,50	214.634,26	-
TRT DA 15ª REGIÃO	0,00	3.198.200,00	0,00	0,00	0,00	3.198.200,00	-
TRT DA 16ª REGIÃO	0,00	291.298,53	93.482,99	32,09	93.482,99	197.780,57	-
TRT DA 17ª REGIÃO	0,00	371.796,60	327.598,00	88,11	327.598,00	44.198,60	-
TRT DA 18ª REGIÃO	0,00	455.022,74	184.622,14	40,57	184.622,14	270.400,60	-
TRT DA 19ª REGIÃO	0,00	233.675,04	92.104,04	39,42	92.104,04	142.350,84	-
TRT DA 20ª REGIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TRT DA 21ª REGIÃO	0,00	90.986,00	60.072,00	66,02	60.072,00	34.099,82	-
TRT DA 22ª REGIÃO	0,00	44.448,00	0,00	0,00	0,00	44.448,00	-
TRT DA 23ª REGIÃO	0,00	380.640,00	281.640,00	73,99	281.640,00	99.000,00	-
TRT DA 24ª REGIÃO	0,00	38.157,90	23.517,50	61,63	23.517,50	14.640,40	-
TOTAIS	14.384.448,00	12.792.663,70	5.072.347,79	39,65	5.065.366,54	9.902.779,25	1,227

Fontes: SIAF/SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT e Tribunais Regionais do Trabalho

**A.3.2) Ação 5093 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na
Justiça do Trabalho (E-Jus)**

O Projeto alusivo ao Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho – SIGI (E-Jus) cumpre, entre outras finalidades, o papel de modernizar a Justiça do Trabalho, por meio da implementação de sistemas informatizados, reaparelhamento e padronização do parque de equipamentos e soluções de infra-estrutura, com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

julgamento dos processos trabalhistas, como também, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, viabilizando, entre outras iniciativas, o "processo virtual" que permitirá nova dinâmica aos ritos processuais, ampliando a transparência e democratizando o acesso às informações das ações trabalhistas.

O SIGI foi resultado de esforço conjunto dos Tribunais Regionais, capitaneado pelo Tribunal Superior do Trabalho a partir do ano de 2002, que conscientizou o Governo Federal quanto à necessidade de aprimorar a informatização da Justiça do Trabalho, tendo por consequência a melhoria da prestação jurisdicional.

No exercício de 2010 a ação/projeto foi contemplada com recursos orçamentários envolvendo a dotação autorizada de R\$ 55.029.396,00 (cinquenta e cinco milhões, vinte e nove mil e trezentos e noventa e seis reais) e a execução de despesas apontou realização de importância equivalente a R\$ 54.928.436,42 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), o que representa 99,82% do total ou 38,04% do total da execução no Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista, conforme quadro a seguir:

CÓD.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
5093	IMPLANTAÇÃO DO SIGI (E-JUS)	55.029.396,00	54.928.436,42	99,82	38,04

Fontes: SIAFIS/SGPLAN, ASPO/ASTIC-SG/CSJT e Tribunais Regionais do Trabalho

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada nas Atividades.

A execução da Ação contou com a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho, que receberam recursos, por meio de descentralizações orçamentárias/provisões, como forma de promover a a realização das ações correspondentes ao projeto no âmbito de cada Tribunal.

O quadro, a seguir, exhibe o volume de recursos descentralizados para cada Tribunal Regional do Trabalho.

ÓRGÃO EXECUTOR	PROVISÃO CONCEDIDA AOS TRTs	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TRT DA 1ª REGIÃO	1.358.775,00	1.358.775,00	100,0
TRT DA 2ª REGIÃO	1.398.375,00	1.398.375,00	100,0
TRT DA 3ª REGIÃO	2.306.871,00	2.306.871,00	100,0
TRT DA 4ª REGIÃO	1.297.092,00	1.297.092,00	100,0
TRT DA 5ª REGIÃO	1.166.235,00	1.166.235,00	100,0
TRT DA 6ª REGIÃO	1.100.776,14	1.100.689,50	99,99
TRT DA 7ª REGIÃO	600.477,00	600.477,00	100,0
TRT DA 8ª REGIÃO	567.501,00	567.501,00	100,0
TRT DA 9ª REGIÃO	598.950,00	598.950,00	100,0
TRT DA 10ª REGIÃO	553.404,00	553.404,00	100,0



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 11ª REGIÃO	2.553.794,00	2.553.794,00	100,0
TRT DA 12ª REGIÃO	1.225.750,00	1.225.750,00	100,0
TRT DA 13ª REGIÃO	725.730,00	725.730,00	100,0
TRT DA 14ª REGIÃO	412.390,00	412.390,00	100,0
TRT DA 15ª REGIÃO	1.798.950,00	1.798.950,00	100,0
TRT DA 16ª REGIÃO	292.275,00	292.275,00	100,0
TRT DA 17ª REGIÃO	751.139,33	751.139,33	100,0
TRT DA 18ª REGIÃO	1.835.535,00	1.835.535,00	100,0
TRT DA 19ª REGIÃO	265.050,00	265.050,00	100,0
TRT DA 20ª REGIÃO	279.825,00	279.825,00	100,0
TRT DA 21ª REGIÃO	401.764,00	401.764,00	100,0
TRT DA 22ª REGIÃO	305.751,00	305.751,00	100,0
TRT DA 23ª REGIÃO	685.980,00	685.844,00	99,98
TRT DA 24ª REGIÃO	1.339.585,00	1.339.585,00	100,0
TOTAIS	23.821.974,47	23.821.751,83	100,0

Fontes: SIAFI/SIGPLAN, COFIN/TST, ASPO-SG/CSJT e Tribunais Regionais do Trabalho

Essa ação resultou em Projeto de Lei, que disponibilizou cerca de R\$ 480.000.000,00 para investimento no período de 2002 - 2011. Em seus quatro primeiros anos, a coordenação do projeto coube às Comissões de Informática do TST, constituída por Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e magistrados do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT's - COLEPRECOR, cuja implementação coube ao Grupo de Planejamento da Informatização da JT, composto pelos Diretores de Informática do Tribunal Superior do Trabalho e dos TRTs da 2ª, 4ª, 5ª, 8ª e 10ª Regiões, sediados em São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Belém/PA e Brasília/DF, respectivamente.

De 2005 a 2006, após a criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, foi constituída, pela Resolução CSJT n.º 013/2005, a Consultoria-Geral de Informática, órgão do CSJT responsável pelo planejamento e execução das políticas de informática da Justiça do Trabalho, entre elas o SIGI. A CGI foi composta inicialmente pelos Diretores de Informática do TRT da 4ª Região/RS (coordenador), Tribunal Superior do Trabalho e TRT's da 2ª, 12ª e 18ª Regiões, sediados em São Paulo, Florianópolis/SC e Goiânia/GO.

A principal atribuição da CGI consistia em gerenciar, por meio de decisões compartilhadas, o trabalho colaborativo dos 24 Tribunais do Trabalho que, através de Grupos de Trabalho (GTs) especializados, desenvolveram ações e projetos de âmbito nacional, sendo importante ressaltar que as atividades realizadas por esses grupos ocorreram paralelamente às suas atribuições normais e rotineiras nos Tribunais de origem, o que evidencia um grande esforço dos participantes dos Grupos de Trabalho em concretizar as ações do Projeto SIGI/JT.

Em 2007, com a mudança da administração do TST e conseqüentemente do CSJT, a CGI teve sua composição mudada, passando a coordenação para o TRT da 20ª Região/RN e tendo como membros o TST e os TRTs da 2ª, 4ª e 12ª Regiões, sediados em São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC, respectivamente. Ocorreu, também, a criação da Comissão de Avaliação dos Projetos



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

de Informatização da Justiça do Trabalho - CAPI/JT que foi instituída pelo Ex.^{ma} Sr. Ministro-Presidente do TST/CSJT, em maio de 2007.

A CAPI/JT foi criada com as seguintes atribuições: supervisionar a execução dos projetos; supervisionar e acompanhar a execução das deliberações da Consultoria-Geral de Informática no âmbito dos projetos; emitir parecer ao CSJT em todas as iniciativas, tais como: aquisição de equipamentos e sistemas (*hardware* e *software*); contratação de serviços, inclusive de consultoria; planejamento estratégico e execução orçamentária; formação dos grupos de trabalho de desenvolvimento dos projetos estratégicos; definição de soluções nacionais adotadas para integração dos sistemas de dados, seus padrões e plataformas tecnológicas; uniformização de procedimentos em face do projeto de representação digital dos processos judicial e administrativo; divulgação de todas as informações relativas às atividades e deliberações adotadas no âmbito da Consultoria-Geral de Informática.

Ainda em 2007, ocorreu a extinção da CGI, quando a ASTIC assumiu as atribuições da Consultoria-Geral de Informática. Em 2008, a ASTIC obteve as seguintes normatizações: criação do modelo de gestão de Projetos Corporativos da Tecnologia da Informação e das Comunicações na Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, por meio da Resolução n.º 48/2008; instituição do Sistema Único de Administração Processual da Justiça do Trabalho, por meio do Ato Conjunto CSJT.TST.GP.SE n.º 9/2008, de 29 de abril de 2008; estabelecimento da diretriz sobre a política de adoção e migração para o uso de programas com código aberto no âmbito da Justiça do Trabalho por meio do Ato Conjunto CSJT.TST.GP.SE n.º 10/2008, de 9 de abril de 2008; e estabelecimento das diretrizes para a aquisição ou desenvolvimento de programas de informática e para a compra de equipamentos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio do Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SE n.º 22/2008, de 4 de agosto de 2008.

No decorrer do exercício de 2009, diversas inovações e transformações foram introduzidas na condução do Projeto SIGI/JT. Dentre elas, pode-se destacar a mudança da administração do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e conseqüentemente da direção da Assessoria de Tecnologia da Informação e das Comunicações, fato que agregou novas perspectivas ao projeto, como no caso do Novo Modelo de Gestão de TI.

Assim, por meio do Ato CSJT.GP.SE n.º 133/2009, de dia 20 de agosto de 2009, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituiu o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações do CSJT (Portfólio de TIC-JT). Entre as principais inovações trazidas em relação ao modelo anterior, de 2008, está a aderência plena às recomendações do Tribunal de Contas da União em aspectos relacionados à implantação das melhores práticas de governança de Tecnologia da Informação, como planejamento estratégico, planejamento estratégico de TI e comitê gestor de TI.

O novo modelo enfatiza a necessidade de se trabalhar com base em planejamento estratégico de tecnologia da informação, visto que, em face da elevada quantidade de demandas – sobretudo diante da acelerada informatização dos procedimentos na Justiça do Trabalho e da perspectiva de implantação do processo virtual - torna-se imprescindível orientar e estabelecer prioridades para os projetos e investimentos de TI. Seguindo essa linha, as decisões sobre a aplicação de recursos devem ser tomadas



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

em nível estratégico, por meio de comitê gestor representativo dos vários órgãos e entidades da Justiça do Trabalho. Por isso, o ato define as atribuições e a composição do Comitê Gestor de TI da JT, também conforme as orientações do TCU.

A gestão de portfólio engloba não somente a gerência de novos projetos, mas também o gerenciamento e a melhoria contínua da infra-estrutura instalada e dos sistemas e serviços já implantados, evitando que se tornem obsoletos e inadequados ao longo do tempo.

Permite planejar melhor a estratégia de tecnologia da informação da Justiça do Trabalho, pois ele favorece a colaboração e o intercâmbio de experiências entre os diretores de informática dos Tribunais. O ato que instituiu o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações do CSJT (Portfólio de TIC-JT) foi assinado pelo presidente do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho. O modelo de gestão anterior estava previsto na Resolução n.º 48/2008.

Dando continuidade à implantação do Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações do CSJT (Portfólio de TIC-JT) e em conformidade com a orientação do Conselho Nacional de Justiça para implantação de processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação a ASTIC conduziu, com a participação de todos os Tribunais do Trabalho, a elaboração da proposta de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho – PETI-JT, que após a apreciação e aprovação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, veio a ser instituída por meio da Resolução CSJT n.º 069/2010.

Os principais projetos realizados no âmbito da Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus) encontram-se alinhados com o PETI-JT recentemente aprovado e são abaixo sintetizados:

A.3.2.1) Infraestrutura Computacional

Projetos: os principais projetos atinentes à infra-estrutura computacional destinaram-se à renovação parcial do parque de microcomputadores da Justiça do Trabalho, aquisição de soluções de armazenamento (*storage*) para implantação nos Tribunais, aquisição de solução de videoconferência para utilização no projeto de Processo Judicial Eletrônico – Pje, atualização de licenças e suporte às ferramentas *Oracle* que compõem o Portal da Justiça do Trabalho, aquisição licenças da plataforma de Banco de Dados *Oracle*, aquisição de subscrições da plataforma de desenvolvimento Java (*JBoss*) e expansão do número de licenças do software *Citrix* para o Gabinete Virtual.

A.3.2.2) Segurança da Informação

Projetos: aquisição de Antivírus para o TST e Tribunais Regionais do Trabalho, Filtros de conteúdo *Web*, *Antispam*, Salas-Cofre, Protocolizadoras Digitais de Documentos Eletrônicos, realização de treinamentos *Red Hat* e *JBoss* foram os principais projetos no ano de 2009.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.3.2.3) Governança de TIC

Projetos: contratação de empresa especializada para capacitação em gestão de processos segundo a metodologia *Business Process Management* - BPM e consultoria na implantação de escritório de processos; aquisição de licenças de software para utilização pelo Escritório de Projetos Nacionais da Justiça do Trabalho.

A.3.2.4) Sistema de Processo Judicial Eletrônico de 1º e 2º Graus

O primeiro projeto do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho, denominado Sistema Unificado de Administração de Processos – SUAP teve de ser encerrado em 2010, por não ter alcançado os seus objetivos. Em substituição, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT assinou acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça para colaborar na construção do sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe para o Poder Judiciário.

O denominado projeto PJe é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e executado em regime de cooperação técnica com representantes da Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar.

Objetivo a criação de sistema eletrônico de controle de processos judiciais, abrangendo inicialmente processos exclusivamente eletrônicos, desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente, a ser utilizado pelos vários ramos do Poder Judiciário, possibilitando a padronização da comunicação entre os órgãos e, ainda, o intercâmbio de informações para identificação de situações jurisdicionalmente relevantes tais como, prevenção e certidões nacionais.

Na Justiça do Trabalho foi implantada no último dia 10/2/2011, no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, sediado em Cuiabá/MT, uma versão de testes para homologação das funcionalidades e fluxos pertinentes ao processo de execução trabalhista.

B) PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Oportuno registrar que, não obstante consignada na dotação executada pela Justiça do Trabalho, tais despesas dizem respeito ao cumprimento de sentença judiciais nas quais a União foi condenada a proceder ao pagamento de execuções trabalhistas.

O montante de recursos alocados por meio de destaques recebidos para o Programa foi da ordem de R\$ 564.131.450,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões, cento e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais) e a Justiça do Trabalho executou o valor de R\$ 550.521.464,48 (quinhentos e cinquenta milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), ou seja, o equivalente a 97,59% da dotação disponibilizada e 4,38% do total executado pela Justiça Trabalhista, conforme se verifica nos quadros a seguir:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESTAQUES RECEBIDOS	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)	475.701.437,00	469.026.815,30	98,6	85,2
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS (RPV)	88.415.013,00	81.494.649,18	92,17	14,8
0716	CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS	15.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS		564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	100,0

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Na dotação alusiva a Precatórios (0005) estão incluídos R\$ 203.253.319,16 - oriundos de Órgãos da Administração Indireta do Governo Federal (destaques).

B.1) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Precatórios

A dotação autorizada para a ação foi de R\$ 475.701.437,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, setecentos e um mil e quatrocentos e trinta e sete reais) e a despesa executada foi de R\$ 469.026.815,30 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, vinte e seis mil, oitocentos e quinze reais e trinta centavos), atingindo 98,6% do total da dotação disponibilizada.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESTAQUES RECEBIDOS	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)	475.701.437,00	469.026.815,30	98,6	85,2
TOTAIS		475.701.437,00	469.026.815,30	98,6	85,2

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS)			
ÓRGÃO EXECUTOR DA META	DESTAQUES RECEBIDOS	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TST	-	-	0,0
TRT DA 1ª REGIÃO	99.504.700,00	99.164.554,16	99,66
TRT DA 2ª REGIÃO	6.370.927,00	6.328.198,30	99,33
TRT DA 3ª REGIÃO	6.819.202,00	5.596.612,07	82,07
TRT DA 4ª REGIÃO	22.550.039,00	21.666.586,76	96,08
TRT DA 5ª REGIÃO	13.575.982,00	13.575.982,00	100,0
TRT DA 6ª REGIÃO	2.935.635,00	2.848.398,67	97,03
TRT DA 7ª REGIÃO	34.063.465,00	34.063.464,25	100,0
TRT DA 8ª REGIÃO	18.926.455,00	18.926.455,00	100,0
TRT DA 9ª REGIÃO	12.006.947,00	11.805.215,34	98,32
TRT DA 10ª REGIÃO	6.641.046,00	6.639.191,49	99,97
TRT DA 11ª REGIÃO	3.213.318,00	3.185.372,96	99,13



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 12ª REGIÃO	4.346.001,00	4.164.642,50	95,83
TRT DA 13ª REGIÃO	22.556.826,00	22.553.703,54	99,99
TRT DA 14ª REGIÃO	137.115.727,00	136.451.667,47	99,52
TRT DA 15ª REGIÃO	16.674.521,00	15.465.327,28	92,75
TRT DA 16ª REGIÃO	18.815.274,00	18.449.372,48	98,06
TRT DA 17ª REGIÃO	5.938.931,00	5.938.931,00	100,0
TRT DA 18ª REGIÃO	785.064,00	784.721,51	99,96
TRT DA 19ª REGIÃO	1.542.050,00	1.497.171,53	97,09
TRT DA 20ª REGIÃO	1.762.545,00	1.762.544,92	100,0
TRT DA 21ª REGIÃO	37.183.272,00	35.921.793,91	96,61
TRT DA 22ª REGIÃO	1.404.939,00	1.320.250,83	93,97
TRT DA 23ª REGIÃO	193.242,00	141.329,33	73,14
TRT DA 24ª REGIÃO	775.329,00	775.328,00	100,0
TOTAIS	475.701.437,00	469.026.815,30	98,6

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

**B.2) Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – RPV**

A dotação autorizada para a ação foi de R\$ 88.415.013,00 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e quinze mil e treze reais) e a despesa realizada alcançou a cifra de R\$ 81.494.649,18 (oitenta e um milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), atingindo 92,17% do total da dotação disponibilizada.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESTAQUES RECEBIDOS	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS (RPV)	88.415.013,00	81.494.649,18	92,17	14,8
TOTAIS		88.415.013,00	81.494.649,18	92,17	-

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR
DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS - RPV**

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	DESTAQUES RECEBIDOS	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TST	0,00	0,00	0,0
TRT DA 1ª REGIÃO	9.706.474,00	9.706.474,00	100,0
TRT DA 2ª REGIÃO	2.749.033,00	2.422.381,05	88,12
TRT DA 3ª REGIÃO	7.966.735,00	7.920.999,00	99,43
TRT DA 4ª REGIÃO	5.580.690,00	5.509.489,81	98,72
TRT DA 5ª REGIÃO	1.336.490,00	1.325.910,33	99,21
TRT DA 6ª REGIÃO	14.329.029,00	11.862.556,76	82,79
TRT DA 7ª REGIÃO	1.250.000,00	666.289,51	53,3
TRT DA 8ª REGIÃO	1.800.000,00	1.571.148,55	87,29



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TRT DA 9ª REGIÃO	9.211.264,00	9.211.248,81	100,0
TRT DA 10ª REGIÃO	2.800.000,00	2.800.000,00	100,0
TRT DA 11ª REGIÃO	903.762,00	745.779,36	82,52
TRT DA 12ª REGIÃO	2.076.115,00	2.059.095,84	99,18
TRT DA 13ª REGIÃO	604.119,00	189.097,28	31,3
TRT DA 14ª REGIÃO	3.500.000,00	1.832.239,19	52,35
TRT DA 15ª REGIÃO	3.317.615,00	3.317.615,00	100,0
TRT DA 16ª REGIÃO	1.382.031,00	1.322.935,94	95,72
TRT DA 17ª REGIÃO	14.515.825,00	14.224.499,93	97,99
TRT DA 18ª REGIÃO	224.573,00	224.572,98	100,0
TRT DA 19ª REGIÃO	300.000,00	216.208,11	72,07
TRT DA 20ª REGIÃO	3.165.870,00	3.047.774,28	96,27
TRT DA 21ª REGIÃO	889.472,00	795.493,65	89,43
TRT DA 22ª REGIÃO	145.916,00	45.915,67	31,47
TRT DA 23ª REGIÃO	500.000,00	323.214,91	64,64
TRT DA 24ª REGIÃO	160.000,00	153.709,22	96,07
TOTAIS	88.415.013,00	81.494.649,18	92,17

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

B.3) Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais – Precatórios

A ação foi contemplada com dotação autorizada de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e não houve a execução de despesas no exercício de 2010.

CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS (PRECATÓRIOS VINCENDOS)			
ÓRGÃO EXECUTOR DA META	DESTAQUES RECEBIDOS	DESPESA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO
TRT DA 1ª REGIÃO	15.000,00	0,0	0,0
TOTAIS	15.000,00	0,0	0,0

Fontes: SIAFI; ASPO-SG/CSJT

C) PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

C.1) Ação 0396 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa cumpre a finalidade de assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

A dotação autorizada para o Programa envolveu recursos da ordem de R\$ 2.581.304.646,00 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e um milhões, trezentos e quatro mil e seiscentos e quarenta e seis reais), tendo sido executado o montante de R\$ 2.581.027.533,72 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e um milhões, vinte e sete mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos), ou seja, 99,99% da dotação disponibilizada e 20,52% do total executado pela Justiça Trabalhista.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A meta estabelecida para o Programa no exercício de 2010 era de 13.304 pessoas beneficiadas e a Justiça do Trabalho alcançou 14.153, o que corresponde a 106,38%, conforme o discriminado no quadro a seguir:

AÇÃO	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
	PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
					VALOR	(1)	
0396	13.304	14.153	106,38	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	-

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada.

ÓRGÃO EXECUTOR DA META	META PREVISTA	META EXECUTADA (1)	% DE EXECUÇÃO
TST	583	693	118,87
TRT DA 1ª REGIÃO	1.762	2.121	120,37
TRT DA 2ª REGIÃO	2.038	2.077	101,91
TRT DA 3ª REGIÃO	1.372	1.530	111,52
TRT DA 4ª REGIÃO	1.609	1.602	99,56
TRT DA 5ª REGIÃO	1.012	1.035	102,27
TRT DA 6ª REGIÃO	702	731	104,13
TRT DA 7ª REGIÃO	316	326	103,16
TRT DA 8ª REGIÃO	503	517	102,78
TRT DA 9ª REGIÃO	478	499	104,39
TRT DA 10ª REGIÃO	370	405	109,46
TRT DA 11ª REGIÃO	316	333	105,38
TRT DA 12ª REGIÃO	458	461	100,66
TRT DA 13ª REGIÃO	194	198	102,06
TRT DA 14ª REGIÃO	174	191	109,77
TRT DA 15ª REGIÃO	748	791	105,75
TRT DA 16ª REGIÃO	61	59	96,72
TRT DA 17ª REGIÃO	94	100	106,38
TRT DA 18ª REGIÃO	115	123	106,96
TRT DA 19ª REGIÃO	69	64	92,75
TRT DA 20ª REGIÃO	56	58	103,57
TRT DA 21ª REGIÃO	140	90	64,29
TRT DA 22ª REGIÃO	17	22	129,41
TRT DA 23ª REGIÃO	58	69	118,97
TRT DA 24ª REGIÃO	59	58	98,31
TOTAIS	13.304	14.153	106,38

Fontes: SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Nota:

(1) - As metas realizadas foram informadas pelos Tribunais no QDDP/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

VI – INDICADORES DE GESTÃO

Neste tópico apresentam-se alguns indicadores adotados para avaliar a gestão da Justiça do Trabalho no exercício de 2010, distribuídos em dois grupos: indicadores operacionais e indicadores orçamentário-financeiros.

Os primeiros referem-se à movimentação processual e às receitas geradas pela Justiça Trabalhista no desempenho de suas atribuições constitucionais, enquanto que os últimos abrangem a composição das despesas anualmente executadas pela Justiça do Trabalho.

A - Indicadores Operacionais;

A.1 – Referentes à movimentação processual;

A.2 – Relativos às receitas geradas pela Justiça do Trabalho;

A.3 – Força de Trabalho; e

B - Indicadores Orçamentário-Financeiros.

A) INDICADORES OPERACIONAIS

O Plano Plurianual concebido para o quadriênio 2008/2011, objeto da Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, estabeleceu para o Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, os indicadores a seguir mencionados:

- a) Índice de recorribilidade;
- b) Número de processos por magistrados;
- c) Taxa de solução de processos; e
- d) Tempo médio de solução de processos.

A Coordenadoria de Estatística do TST alerta que está enfrentando dificuldades para finalizar o processo de apuração e consolidação dos índices envolvendo a mensuração com os dados originários dos Tribunais Regionais do Trabalho relativamente ao exercício de 2010.

Esclarece que os dados a seguir apresentados ainda estão em fase de apuração e mensuração, e devem ser analisados com as seguintes notas:

- 1) Os indicadores consolidados da Justiça do Trabalho referem-se ao período de apuração compreendido entre janeiro e outubro/2010;
- 2) Os dados relativos às Varas do Trabalho da 1ª Região/RJ são referentes ao período de apuração situado entre janeiro e setembro/2010;
- 3) Os dados do TRT da 7ª Região/CE referem-se ao período de janeiro a agosto/2010;
- 4) Os dados do TRT da 13ª Região/PB referem-se ao período de janeiro a setembro/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1) MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A.1.1) Índice de Recorribilidade: este indicador representa a relação percentual entre a soma da quantidade de Recursos Extraordinários, Recursos de Revista, Recursos Ordinários do Procedimento Sumaríssimo, Recursos Ordinários, Agravos de Petição e a soma da quantidade de Acórdãos e Sentenças.

A.1.1.1) Apurado na Justiça do Trabalho: são indicadores delimitados para cumprimento no período de 2008 a 2011, estabelecidos para o Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, na ocasião de elaboração do PPA 2008/2011, conforme o descrito a seguir:

Periodicidade	Anual
Índice de referência	50,72%
Data do índice de referência	30/4/2007
Unidade de medida	Porcentagem
Base geográfica	Nacional
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a soma dos Recursos Extraordinários, Recursos de Revista, Recursos Ordinário do Procedimento Sumaríssimo, Recursos Ordinários, Agravos de Petição e a soma de Acórdãos e Sentenças.

EXERCÍCIO	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE APURADO	PERCENTUAL
2007	50,72%	53,44%	+ 5,36%
2008	51,88%	55,64%	+ 7,25%
2009	53,06%	53,59%	+ 1,0%
2010	54,26%	58,6% (1)	+ 8,0%
2011	55,5%	-	-

Fontes: Coordenadoria de Estatística do TST e SIGPLAN

Nota:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação;

(1.1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de Janeiro a outubro de 2010, pois grande parte das informações relativas aos meses de novembro e dezembro ainda não foram encaminhadas pelos TRTs;

(1.2) - Na 1ª Instância, os dados da 1ª Região (Rio de Janeiro) referem-se ao período de Janeiro a setembro;

(1.3) - Na 2ª Instância, os dados da 7ª Região (Ceará) referem-se ao período de Janeiro a agosto e os da 13ª Região (Paraná), ao período de Janeiro a setembro;

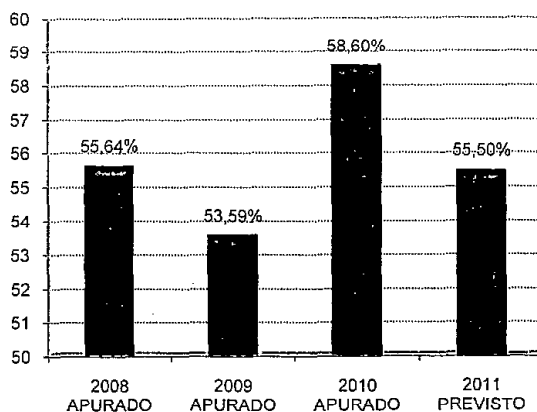
(1.4) - A projeção histórica do índice denota proximidade e/ou atingimento da meta prevista para 2010.

O gráfico, a seguir, demonstra o resultado da comparação entre os índices preestabelecidos para o período de 2008 a 2010, como também o previsto para ser alcançado em 2011, consoante metas inicialmente estabelecidas no PPA 2008/2011.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE
Unidade de Medida: Porcentagem de Recursos



Fonte: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

A.1.1.2) Apurado no Tribunal Superior do Trabalho

ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE		EXERCÍCIO		
		2008	2009	2010 (1)
RECORRIBILIDADE INTERNA	AG e A (2)	8,3%	11,89%	28,1%
	ED (2)	8,81%	9,55%	14,1%
	E (3)	5,23%	5,76%	7,1%
	TOTAL	13,71%	15,62%	20,0%
RECORRIBILIDADE EXTERNA		9,12%	10,72%	14,2%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2010;

(2) - A recorribilidade interna corresponde ao percentual de decisões monocráticas agravadas por Agravo Regimental (AG) e Agravo do art. 557 do CPC (a) e ao percentual de interposição de Embargos de Declaração e Embargos de Divergência nos Acórdãos publicados;

(3) - A recorribilidade externa corresponde ao percentual de Acórdãos que tiveram interposição de Recurso Extraordinário.

A.1.1.3) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE		EXERCÍCIO		
		2008	2009	2010 (1)
RECORRIBILIDADE INTERNA	AG e A (2)	23,3%	21,5%	21,2%
	ED (3)	22,4%	22,1%	23,5%
RECORRIBILIDADE EXTERNA		39,6%	38,6%	44,4%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;

(2) - A recorribilidade interna corresponde ao percentual de decisões monocráticas agravadas por Agravo Regimental (AG) e Agravo do art. 557 do CPC (a) e ao percentual de interposição de Embargos de Declaração nos Acórdãos publicados;

(3) - A recorribilidade externa corresponde ao percentual de Acórdãos que tiveram interposição de Recurso de Revista ou Recurso Ordinário.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.1.4) Apurado nas Varas do Trabalho

ÍNDICE DE RECORRIBILIDADE	EXERCÍCIO		
	2008	2009	2010 (1)
RECORRIBILIDADE INTERNA (2)	29,6%	29,3%	31,2%
RECORRIBILIDADE EXTERNA (3)	73,3%	69,1%	73,5%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010, exceto em relação ao TRT da 1ª Região/RJ, que abrangem o período de janeiro a setembro de 2010;

(2) - A recorribilidade interna corresponde ao quociente entre o quantitativo de embargos de declaração interpostos e o quantitativo de sentenças, excluídas as ações encerradas por acordo, desistência ou arquivamento;

(3) - A recorribilidade externa corresponde aos quocientes entre os quantitativos de recursos ordinários e agravos de petição interpostos e o quantitativo de sentenças em ações de conhecimento e sentenças em decisões em embargos à execução, excluídas as ações encerradas por acordo, desistência ou arquivamento;

A.1.2) Índice de Processos por Magistrado: o presente índice é apurado pela divisão do estoque de processos a solucionar, incluídos os processos de execução, pela quantidade de magistrados da Justiça do Trabalho.

A.1.2.1) Apurado na Justiça do Trabalho: são indicadores estabelecidos para cumprimento no período de 2008 a 2011, fixados para o Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, na ocasião de elaboração do PPA 2008/2011, conforme o demonstrado a seguir:

Periodicidade	Anual
Índice de referência	2.290
Data do índice de referência	30/04/2007
Unidade de medida	Unidade
Base geográfica	Nacional
Fórmula de cálculo	Estoque de processos a solucionar (incluindo execução) dividido pela quantidade de Magistrados da Justiça do Trabalho.

EXERCÍCIO	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE APURADO	PERCENTUAL
2007	2.290	2.240	- 2,18%
2008	2.297	2.226	- 3,09%
2009	2304	2293	- 0,48%
2010	2311	2060 (1)	- 10,86%
2011	2.318	-	-

Fontes: Coordenadoria de Estatística do TST e SIGPLAN

Nota:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação;

(1.1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010, pois grande parte das informações relativas aos meses de novembro e dezembro ainda não foram encaminhadas pelos TRTs;

(1.2) - Na 1ª Instância, os dados da 1ª Região (Rio de Janeiro) referem-se ao período de janeiro a setembro;

(1.3) - Na 2ª Instância, os dados da 7ª Região (Ceará) referem-se ao período de janeiro a agosto e os da 13ª Região (Paraíba), ao período de janeiro a setembro;

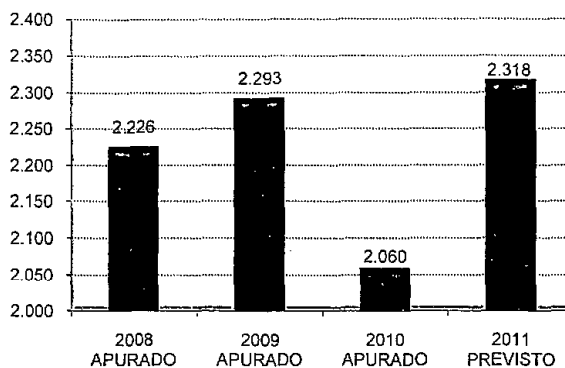
(1.4) - A projeção histórica do índice denota proximidade e/ou atingimento da meta prevista para 2010.

O gráfico, a seguir, demonstra o resultado da comparação entre os índices estabelecidos para o período de 2008 a 2010, como também o previsto para 2011, consoante metas inicialmente estabelecidas no PPA 2008/2011.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ÍNDICE DE PROCESSOS POR MAGISTRADO
Unidade de Medida: Quantitativo de Processos



Fonte: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

Conclusão: apesar de resultados parciais (até outubro/2010), a redução do número de processos por magistrado no exercício justifica-se pela ausência dos dados alusivos a 1ª e 2ª Instâncias, referentes aos meses de novembro e dezembro que, ao serem computados, poderão alterar substancialmente o resultado final.

A.1.2.2) Apurado no Tribunal Superior do Trabalho

NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	16.020	15.252	13.297	- 4,8	- 12,82

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O Índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2010;

(2) - Esse indicador foi calculado dividindo a soma do resíduo em dezembro do ano anterior com os processos recebidos no ano pelo quantitativo de cargos providos de Ministros no TST;

(3) - As definições de resíduo e processos recebidos estão nas notas do indicador alusivo aos quantitativos de processos do TST.

A.1.2.3) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	1.955,5	1.981,5	1.692,0	+ 1,3	- 14,61

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O Índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;

(2) - Esse indicador foi calculado dividindo a soma do resíduo em dezembro do ano anterior com os processos recebidos no ano pelo quantitativo de cargos providos de magistrados nos TRTs;

(3) - As definições de resíduo e processos recebidos estão nas notas do indicador alusivo a quantitativos de processos do TRT.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.2.4) Apurado nas Varas do Trabalho

NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	2.036,9	2.608,3	1.973,0	+ 28,05	- 24,36

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010, exceto em relação ao TRT da 1ª Região/RJ, que abrangem o período de janeiro a - setembro de 2010;

(2) - Esse indicador foi calculado dividindo a soma do resíduo nas fases de conhecimento e execução, em dezembro do ano anterior, com a soma dos processos recebidos, execuções iniciadas, processos recebidos de outros órgãos para execução, processos desarmados para continuação da execução e títulos executivos extrajudiciais recebidos no ano pelo quantitativo de cargos providos de magistrados nas VTs;

(3) - As definições de resíduo, processos recebidos estão nas notas do indicador alusivo a quantitativos de processos das VTs.

A.1.3) Taxa de Solução de Processos: este indicador representa a relação percentual entre o número de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo e a soma de casos novos e o estoque de feitos.

A.1.3.1) Apurado na Justiça do Trabalho: são indicadores delimitados para o período de 2008 a 2011, para o Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, na ocasião de elaboração do PPA 2008/2011, conforme o exposto a seguir:

Periodicidade	Anual
Índice de referência	47,35%
Data do índice de referência	30/4/2007
Unidade de medida	Porcentagem
Base geográfica	Nacional
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o número de sentenças, acórdãos, decisões e despachos que põem fim ao processo e a soma de casos novos e o estoque de feitos.

EXERCÍCIO	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE APURADO	PERCENTUAL
2007	47,35%	53,50%	+ 12,99%
2008	48,14%	55,72%	+ 15,75%
2009	48,91%	54,74%	+ 11,92%
2010	49,68%	50,28% (1)	+ 1,21%
2011	50,43%	-	-

Fontes: Coordenadoria de Estatística do TST e SIGPLAN

Nota:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação;

(1.1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010, pois grande parte das informações relativas aos meses de novembro e dezembro ainda não foram encaminhadas pelos TRTs;

(1.2) - Na 1ª Instância, os dados da 1ª Região (Rio de Janeiro) referem-se ao período de janeiro a setembro;

(1.3) - Na 2ª Instância, os dados da 7ª Região (Centro) referem-se ao período de janeiro a agosto e os da 13ª Região (Paraná), ao período de janeiro a setembro;

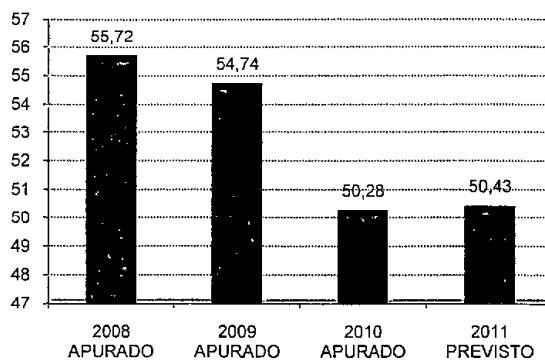
(1.4) - A projeção histórica do índice denota proximidade e/ou atingimento da meta prevista para 2010.

O gráfico, a seguir, demonstra o resultado da comparação entre os índices do período de 2008 a 2010, como também o programado para ser alcançado em 2011, consoante metas inicialmente estabelecidas no PPA 2008/2011.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS
Unidade de Medida: Taxa de Solução de Processos



Fonte: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

Conclusão: apesar de resultados parciais (apurados até outubro/2010), o Índice revela o esforço realizado pela Justiça do Trabalho para superar as metas anuais delineadas na elaboração do PPA 2008/2011. O fato denota, ainda, o crescente aumento do número de processos julgados em relação aos casos novos e ao estoque de feitos.

A.1.3.2) Apurado no Tribunal Superior do Trabalho

TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	51,7%	64,5%	54,4%	+ 24,76	- 15,7

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

- (1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2010;
- (2) - Esse indicador foi calculado multiplicando por 100 o quociente entre os processos julgados e a soma do resíduo em dezembro do ano anterior com os processos recebidos no ano.
- (3) - As definições de resíduo, processos recebidos e processos julgados estão nas notas do indicador alusivo a quantitativos de processos do TST.

A.1.3.3) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	74,5%	75,1%	73,0%	+ 0,81	- 2,8

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

- (1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;
- (2) - Esse indicador foi calculado multiplicando por 100 o quociente entre os processos julgados e a soma do resíduo em dezembro do ano anterior com os processos recebidos no ano.
- (3) - As definições de resíduo, processos recebidos e processos julgados estão nas notas do indicador alusivo a quantitativos de processos do TRT.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.3.4) Apurado nas Varas do Trabalho

TAXA DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2) e (3)	53,0%	50,9%	64,8%	- 3,96	- 8,04

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 poderão ser alterados posto que se encontram em fase de apuração/consolidação. O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;

(2) - Esse indicador foi calculado multiplicando por 100 o quociente entre os processos julgados e a soma do resíduo em dezembro do ano anterior com os processos recebidos no ano;

(3) - As definições de resíduo, processos recebidos e processos julgados estão nas notas do indicador alusivo a quantitativos de processos das VT's;

(4) - O indicador refere-se às fase de conhecimento e execução.

A.1.4) Tempo Médio de Solução de Processos: o indicador é obtido pelo somatório dos prazos médios para realização da primeira audiência, da audiência de prosseguimento, da prolação de sentença e da execução.

A.1.4.1) Apurado na Justiça do Trabalho: são indicadores estabelecidos para o período de 2008 a 2011, para o Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, na ocasião de elaboração do PPA 2008/2011, conforme o descrito a seguir:

Periodicidade	Anual
Índice de referência	586
Data do índice de referência	30/4/2007
Unidade de medida	Dias
Base geográfica	Nacional
Fórmula de cálculo	Somatório do prazo médio para realização da 1ª audiência, do prazo médio para realização da audiência de prosseguimento, do prazo médio para realização da prolação de sentença e do prazo médio para realização da execução.

EXERCÍCIO	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE APURADO	PERCENTUAL
2007	586	663	+ 13,14%
2008	590	685	+ 16,10%
2009	593	735	+ 23,95%
2010	597	728 (1)	+ 21,94%
2011	600	-	-

Fontes: Coordenadoria de Estatística do TST e SIGPLAN

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação;

(1.1) - O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010, pois grande parte das informações relativas aos meses de novembro e dezembro ainda não foram encaminhadas pelos TRTs;

(1.2) - Na 1ª Instância, os dados da 1ª Região (Rio de Janeiro) referem-se ao período de janeiro a setembro;

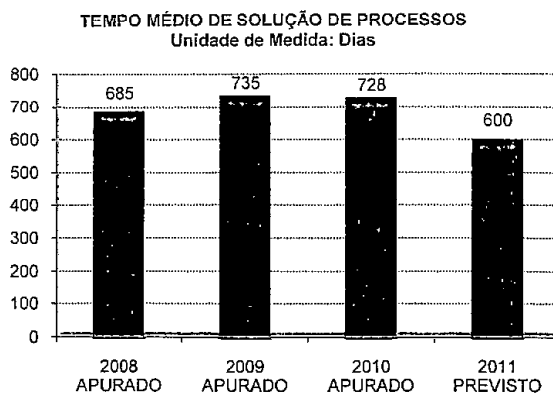
(1.3) - Na 2ª Instância, os dados da 7ª Região (Ceará) referem-se ao período de janeiro a agosto e os da 13ª Região (Paraíba), ao período de janeiro a setembro;

(1.4) - A projeção histórica do índice denota proximidade e/ou atingimento da meta prevista para 2010.

O gráfico, a seguir, demonstra o resultado da comparação entre os índices do período de 2008 a 2010, como também o previsto para ser alcançado em 2011, consoante metas inicialmente estabelecidas no PPA 2008/2011.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Fontes: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

Conclusão: apesar dos resultados parciais (apurados até outubro/2010), o Índice reflete aumento no tempo médio de solução de processos, justificado pela ausência de dados alusivos à 1ª e 2ª Instância, referentes aos meses de novembro e dezembro que, ao serem computados, poderão alterar significativamente o resultado final.

A.1.4.2) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2)	122	119	118	- 2,46	- 0,84

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;

(2) - Na apuração desse indicador foram consideradas as datas de autuação e de julgamento das classes processuais: AI, AP, AR, DC, MS E RO.

A.1.4.3) Apurado nas Varas do Trabalho

TEMPO MÉDIO DE SOLUÇÃO DE PROCESSOS	ANO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
INDICADOR (2)	625	657	728	+ 5,12	+ 10,81

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 poderão ser alterados posto que se encontram em fase de apuração/consolidação. O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;

(2) - Na apuração desse indicador adotou-se a metodologia descrita a seguir:

(2.1) - Em cada rito e em cada região judiciária é calculada a média entre os prazos médios dos meses em quatro estágios: até a realização da 1ª audiência, entre a primeira audiência e a audiência de prosseguimento, entre a audiência de prosseguimento e prolação de sentença e entre a prolação de sentença e a realização da execução;

(2.2) - Em rito e em cada região judiciária são somadas as médias dos quatro estágios;

(2.3) - Em cada rito é calculada uma média entre os valores encontrados para cada região judiciária;

(2.4) - É calculada uma média entre os valores encontrados para cada rito;

(2.5) - Não incluídos os prazos da 1ª Região/RJ em todo o período.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.1.5) Quantitativo de Processos

A.1.5.1) Apurado na Justiça do Trabalho: o indicador visa apurar o quantitativo e a situação dos processos existentes na Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus e no Tribunal Superior do Trabalho. A movimentação processual da Justiça do Trabalho pode ser dividida em três situações: processos recebidos, processos julgados e resíduo. Os processos recebidos correspondem às ações originárias, aos recursos advindos dos TRTs e aos recursos a cargo do TST; às ações originárias, aos recursos advindos das Varas do Trabalho e aos recursos a cargo dos TRTs; e às ações originárias, no caso de Varas do Trabalho. Os processos julgados correspondem aos acórdãos e decisões monocráticas, no caso do TST e dos TRTs, e às sentenças, no caso das Varas do Trabalho e o resíduo corresponde ao saldo pendente de solução ao final do período, conforme quadro a seguir:

PROCESSOS	EXERCÍCIOS			VARIAÇÃO 2010/2009
	2008	2009	2010 (1)	
RECEBIDOS (1)	2.754.476	2.987.607	2.450.352	- 17,98
JULGADOS (2)	2.730.431	2.914.548	2.427.855	- 16,70
RESÍDUO (3)	1.451.949	1.453.709	1.244.850	- 14,37
TOTAIS	6.938.864	7.357.873	6.123.057	- 16,78

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - Os dados relativos a 2010 poderão ser alterados posto que se encontram em fase de apuração/consolidação. O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010; Processos recebidos - quantitativo de ações originárias, recursos vindos dos TRTs e recursos internos;

(2) - Processos julgados - quantitativo de processos julgados em sessão ou por decisão monocrática;

(3) - Resíduo - quantitativo de processos pendentes de julgamento em dezembro.

A.1.5.2) Apurado no Tribunal Superior do Trabalho

A tabela e o gráfico, a seguir, demonstram a movimentação processual no Tribunal Superior do Trabalho nos exercícios de 2008 a 2010.

PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
RECEBIDOS (1)	183.235	205.711	204.182	12,27%	- 0,74%
JULGADOS (2)	223.430	265.802	211.979	18,96%	- 20,25%
RESÍDUO (3)	206.089	172.732	168.841	- 16,19%	- 2,25%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

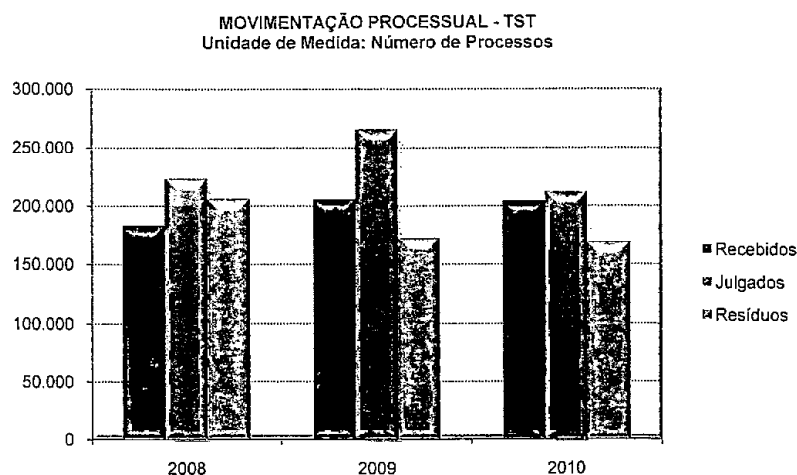
(1) - Os dados relativos a 2010 poderão ser alterados posto que se encontram em fase de apuração/consolidação. O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a dezembro de 2010; Processos recebidos - quantitativo de ações originárias, recursos vindos dos TRTs e recursos internos;

(2) - Processos julgados - quantitativo de processos julgados em sessão ou por decisão monocrática;

(3) - Resíduo - quantitativo de processos pendentes de julgamento em dezembro.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Fontes: Coordenadoria de Estatística e SINPLAN

Conclusão: constata-se que, na comparação entre os exercícios de 2010/2009, houve queda de 0,74% no número de processos recebidos, como também de 20,25% no de processos julgados, bem assim 2,25% no resíduo de processos.

A.1.5.3) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

A tabela e o gráfico, a seguir, exibem o resultado da movimentação processual observada nos Tribunais Regionais do Trabalho ao longo dos exercícios de 2008 a 2010.

A Coordenadoria de Estatística do TST informa enfrentar dificuldades na obtenção de informações que devem ser prestadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Desse modo, os dados a seguir apresentados devem ser analisados com as seguintes notas da Coordenadoria de Estatística do TST:

- 1) Os dados da 13ª Região/PB, são referentes ao período de apuração compreendido entre janeiro e setembro/2010;
- 2) Os dados da 7ª Região/CE são referentes ao período de janeiro a agosto/2010;
- 3) Dados em fase de consolidação passíveis de alteração.

PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
RECEBIDOS (2)	652.999	660.090	574.417	1,09%	- 12,98%
JULGADOS (3)	652.979	662.180	579.453	1,41%	- 12,49%
RESÍDUO (4)	221.698	219.133	217.621	- 1,16%	- 0,69%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

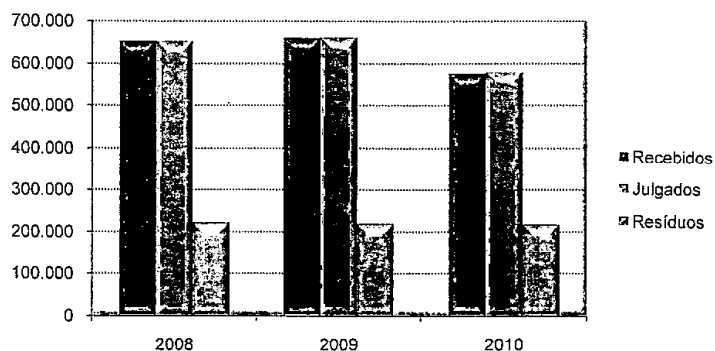


Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Notas:

- (1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010;
(2) Processos recebidos - quantitativo de ações originárias, recursos vindos dos TRTs e recursos internos;
(3) - Processos julgados - quantitativo de processos julgados em sessão ou por decisão monocrática;
(4) - Resíduo - quantitativo de processos pendentes de julgamento em dezembro.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL – TRT's
Unidade de Medida: Número de Processos



Fonte: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

Conclusão: nota-se que, na comparação entre os exercícios de 2010/2009, ocorreu queda de 12,98% no número de processos recebidos, de 12,49% no quantitativo de processos julgados e de 0,69% no resíduo de processos.

A.1.5.4) Apurado nas Varas do Trabalho

A tabela a seguir, demonstra a movimentação processual nas Varas do Trabalho nos exercícios de 2008 a 2010.

A Coordenadoria de Estatística do TST informa enfrentar dificuldades na obtenção de informações que devem ser prestadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Desse modo, os dados a seguir apresentados devem ser analisados com as seguintes notas da Coordenadoria de Estatística do TST:

- 1) Os dados da 1ª Região/RJ são referentes ao período de apuração compreendido entre janeiro e setembro/2010;
- 2) Dados em fase de consolidação passíveis de alteração.

PROCESSOS	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
RECEBIDOS (2)	1.918.242	2.121.806	1.671.753	+ 10,6%	- 21,20%
JULGADOS (3)	1.854.022	1.986.566	1.636.423	+ 7,10%	- 17,60%
RESÍDUO (4) e (5)	1.024.162	1.061.844	858.388	+ 3,70%	- 19,20%

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

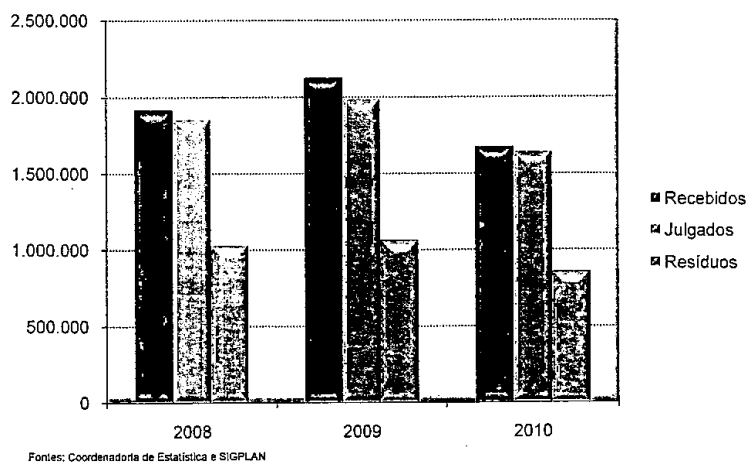


Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Notas:

- (1) - Os dados relativos a 2010 são parciais e por isto poderão ser alterados, pois se encontram em fase de apuração/consolidação; O índice foi calculado com dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2010; exceto em relação ao TRT da 1ª Região/RJ, que compreendem o período de janeiro a setembro;
- (2) - Nos processos recebidos estão incluídos os casos novos de conhecimento e os recebidos com sentença anulada/reformada;
- (3) - Nos processos julgados estão incluídos os quantitativos de decisões que põem fim ao processo;
- (4) - Resíduo - é o quantitativo de processos pendentes de julgamento em dezembro.
- (5) - Em relação ao TRT da 1ª Região/RJ convém observar que foi utilizado o resíduo de setembro para compor o resíduo do exercício de 2010.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL – VARAS DO TRABALHO
FASE DE CONHECIMENTO
Unidade de Medida: Número de Processos



Conclusão: percebe-se que, na comparação entre os exercícios de 2010/2009, ocorreu queda de 21,20% no número de processos recebidos, como também de 17,60% no quantitativo de processos julgados e de 19,20% no resíduo de processos.

A.2) RECEITAS GERADAS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO

Apresentam-se a seguir outros indicadores operacionais utilizados para avaliar a gestão da Justiça do Trabalho no exercício de 2010.

A.2.1) ARRECADAÇÃO TOTAL

A.2.1.1) Apurado na Justiça do Trabalho: o presente indicador visa demonstrar o comportamento da Arrecadação Total na Justiça do Trabalho observado ao longo dos exercícios de 2008 a 2010, envolvendo as Custas Judiciais, os Emolumentos, a Contribuição para o Regime da Previdência Social e o Imposto de Renda, conforme o demonstrado a seguir:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

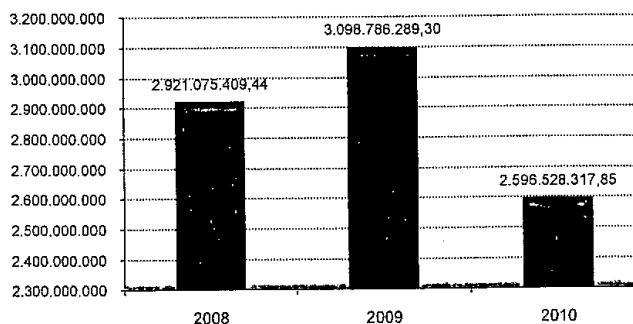
ARRECADAÇÃO TOTAL	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO NO VALOR DO PERÍODO	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
CUSTAS	202.541.959,14	214.227.974,89	225.496.945,63	+ 5,77	+ 5,26
EMOLUMENTOS	9.778.122,40	10.220.414,21	9.276.037,04	+ 4,52	- 9,24
INSS	1.475.724.767,30	1.641.070.574,09	1.384.281.247,00	+11,20	- 15,65
IMPOSTO DE RENDA	1.233.030.560,60	1.233.267.326,11	977.474.088,18	+ 0,02	- 20,74
TOTAL	2.921.075.409,44	3.098.786.289,30	2.596.528.317,85	+ 6,08	- 16,21

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Nota:

(1) – O índice apurado em relação ao TST abrange período até dezembro/2010, enquanto que em relação aos TRT's e Varas do Trabalho são parciais (até outubro/2010), poderão ser alterados, pois se encontram na fase de apuração/consolidação.

ARRECADAÇÃO TOTAL
Unidade de Medida: R\$



Fonte: Coordenadoria de Estatística e SIGPLAN

A.2.1.2) Apurado no Tribunal Superior do Trabalho

ARRECADAÇÃO TOTAL	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO NO VALOR DO PERÍODO	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
CUSTAS	420,00	0,00	0,00	-	-
EMOLUMENTOS	17.599,25	11.864,90	8.367,22	- 32,58	- 29,48
INSS	0,00	0,00	0,00	-	-
IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL	18.019,25	11.864,90	8.367,22	- 34,15	- 29,48

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Nota:

(1) – O índice apurado em relação ao TST abrange período até dezembro/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.2.1.3) Apurado nos Tribunais Regionais do Trabalho

ARRECADAÇÃO TOTAL	EXERCÍCIO			VARIAÇÃO NO VALOR DO PERÍODO	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
CUSTAS	10.777.824,75	13.605.658,39	8.617.323,79	+ 26,24	- 36,66
EMOLUMENTOS	174.050,97	311.547,54	77.944,15	+ 79,00	- 74,98
INSS	0,00	0,00	0,00	-	-
IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL	10.951.875,72	13.917.205,93	8.695.267,94	+ 27,08	- 37,52

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - O Índice apurado em relação aos TRT's e Varas do Trabalho são parciais (até outubro/2010), poderão ser alterados, pois se encontram na fase de apuração/consolidação.

(1.1) - Os dados de 2010 relativos ao TRT da 7ª e 13ª Regiões são referentes ao período de janeiro a setembro.

A.2.1.4) Apurado nas Varas do Trabalho

ARRECADAÇÃO	ANO			VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	2008	2009	2010 (1)	2009/2008	2010/2009
CUSTAS	191.763.714,39	200.470.897,02	216.879.621,84	+ 4,54	+ 8,19
EMOLUMENTOS	9.586.472,18	10.048.421,25	9.189.725,67	+ 4,82	- 8,55
INSS	1.475.724.767,30	1.641.070.574,09	1.384.281.247,00	+ 11,20	- 15,65
IMPOSTO DE RENDA	1.233.030.560,60	1.233.267.326,11	977.474.088,18	+ 0,02	- 20,74
TOTAL	2.910.105.514,47	3.084.857.218,47	2.587.824.682,69	+ 6,00	- 16,11

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Notas:

(1) - O Índice apurado em relação aos TRT's e Varas do Trabalho são parciais (até outubro/2010), poderão ser alterados, pois se encontram na fase de apuração/consolidação;

(1.1) - Foram arrecadados R\$ 17.520.805,30 a título de Multas Processuais aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização do Trabalho, não incluídos no total arrecadado;

(1.2) - Os dados de 2010 relativos ao TRT da 1ª Região/RJ são referentes ao período de janeiro a setembro.

A.3) Força de Trabalho na Justiça do Trabalho

Em relação aos cargos de Magistrado da Justiça Trabalhista, levantamento realizado em 30/6/2010, indicava a existência de 3.601 cargos, sendo, 27 no Tribunal Superior do Trabalho, 533 nos Tribunais Regionais do Trabalho e 3.041 nas Varas Trabalhistas.

Deve-se ressaltar que, do total mencionado, 387 ou 10,75% dos cargos de Magistrado da JT encontravam-se vagos, consoante o demonstrado no quadro abaixo:

ÓRGÃOS	QUANTITATIVO DE CARGOS DE MAGISTRADO - JT			PERCENTUAL DE CARGOS VAGOS
	PROVIDOS	VAGOS	TOTAIS	
TST (item A.3.1)	26	1	27	3,7
TRT's (item A.3.1.1)	486	47	533	8,82
VT's (item A.3.1.2)	2702	339	3041	11,15
TOTAIS	3214	387	3601	10,75

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Nota:

A Coordenadoria de Estatística do TST esclarece que a atualização dos quantitativos de cargos de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho tem sido realizada semestralmente. Deste modo, as informações referentes ao mês de dezembro/2010 ainda não puderam ser encaminhadas na totalidade pelos Tribunais Regionais do Trabalho, razão pela qual os dados, a seguir, são referentes ao período de apuração compreendido entre janeiro e junho/2010, último levantamento consolidado.

Com relação ao quantitativo de servidores, citado levantamento apontava a existência de um total de 39.705 integrantes em atividade na JT, sendo, 36.524 ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras judiciárias do Quadro de Pessoal de cada órgão/JT, 2.938 requisitados e 243 ocupantes de cargos em comissão.

Constatou-se, naquela oportunidade que, do total de 38.405 cargos de provimento efetivo das carreiras judiciárias do Quadro de Pessoal de cada órgão/JT, 1.881 ou 4,9% encontravam-se vagos, conforme demonstram Tabelas 1 e 2, e item A.3.2, a seguir:

Tabela 1: Quadro Sintético - Servidores integrantes das carreiras judiciárias da Justiça do Trabalho – QP

CARREIRA	QUANTITATIVO DE CARGOS DE SERVIDORES - JT			PERCENTUAL DE CARGOS VAGOS
	PROVIDOS	VAGOS	TOTAIS	
ANALISTA JUDICIÁRIO	12.687	1.137	13.824	8,22
TÉCNICO JUDICIÁRIO	23.143	634	23.777	2,67
AUXILIAR JUDICIÁRIO	694	110	804	13,68
TOTAIS - QP	36.524	1.881	38.405	4,9

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Tabela 2: Quadro Resumo - integrantes das carreiras judiciárias da JT, requisitados e comissionados

SITUAÇÃO FUNCIONAL - SERVIDORES	TOTAIS	%
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - QP	36.524	-
SERVIDORES REQUISITADOS	2.938	7,06
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO	243	0,58
TOTAIS GERAIS	39.705	-

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

A.3.1) Magistrados do Tribunal Superior do Trabalho

Em 30 de junho de 2010, no âmbito do TST, apenas 1 cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho encontrava-se vago, conforme quadro a seguir:

QUANTITATIVO DE CARGOS DE MAGISTRADO - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (POSIÇÃO DE 30/6/2010)			
PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGO
26	1	27	3,7

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST
Nota: dados consolidados em 30/6/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.3.1.1) Magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho

No âmbito dos TRT's, observa-se que, do total de 533 cargos de Magistrado, 47 ou 8,82% encontravam-se vagos e os mais afetados foram o TRT da 7ª Região, sediado em Fortaleza/CE, com 7 vagas ou 50,0%, da 11ª Região, sediado em Manaus/AM, com 6 vagas ou 42,86% e da 14ª Região, sediado em Porto Velho/RO, com 2 vagas ou 25,0%, conforme quadro a seguir:

QUANTITATIVO DE CARGOS DE MAGISTRADO - TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO (POSIÇÃO DE 30/6/2010)				
TRT	PROVIDOS	VAGOS	TOTAIS	% DE VAGOS
1ª REGIÃO	47	7	54	12,96
2ª REGIÃO	84	10	94	10,64
3ª REGIÃO	35	1	36	2,78
4ª REGIÃO	36	0	36	0,0
5ª REGIÃO	28	1	29	3,45
6ª REGIÃO	18	0	18	0,0
7ª REGIÃO	7	7	14	50,0
8ª REGIÃO	22	1	23	4,35
9ª REGIÃO	28	0	28	0,0
10ª REGIÃO	16	1	17	5,88
11ª REGIÃO	8	6	14	42,86
12ª REGIÃO	17	1	18	5,56
13ª REGIÃO	7	1	8	12,5
14ª REGIÃO	6	2	8	25,0
15ª REGIÃO	50	5	55	9,09
16ª REGIÃO	8	0	8	0,0
17ª REGIÃO	11	1	12	8,33
18ª REGIÃO	11	2	13	15,38
19ª REGIÃO	8	0	8	0,0
20ª REGIÃO	8	0	8	0,0
21ª REGIÃO	7	1	8	12,5
22ª REGIÃO	8	0	8	0,0
23ª REGIÃO	8	0	8	0,0
24ª REGIÃO	8	0	8	0,0
Total	486	47	533	8,82

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST
Nota: dados consolidados em 30/6/2010.

A.3.1.2) Magistrados das Varas do Trabalho

Nas Varas Trabalhistas, há 1.378 cargos de juiz titular e 1.663 de juiz substituto, perfazendo o total de 3.041 cargos de Magistrado, sendo que destes, 339 ou 11,15% encontravam-se vagos, sendo as mais afetadas as vinculadas aos TRT's da 2ª Região, sediado em São Paulo/SP, com 142 vagas ou 30,41%, da 15ª Região, sediado em Campinas/SP, com 80 vagas ou 21,56%, da 14ª Região, sediado



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

em Porto Velho/RO, com 11 vagas ou 17,46%, da 1ª Região, sediado no Rio de Janeiro, com 41 vagas ou 14,91% e da 11ª Região, sediado Manaus/AM, com 9 vagas ou 14,06%, conforme quadro a seguir:

CARGOS DE MAGISTRADO - VARAS DO TRABALHO (POSIÇÃO DE 30/6/2010)												
ÓRGÃO	JUÍZES TITULARES				JUÍZES SUBSTITUTOS				TOTAIS DE CARGOS DE JUIZ			
	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS
1ª REGIÃO	126	8	134	5,97	108	33	141	23,40	234	41	275	14,91
2ª REGIÃO	138	25	163	15,34	187	117	304	38,49	325	142	467	30,41
3ª REGIÃO	135	2	137	1,46	126	11	137	8,03	261	13	274	4,74
4ª REGIÃO	112	3	115	2,61	115	0	115	0,00	227	3	230	1,3
5ª REGIÃO	88	0	88	0,00	97	0	97	0,00	185	0	185	0,0
6ª REGIÃO	59	2	61	3,28	63	5	68	7,35	122	7	129	5,43
7ª REGIÃO	24	2	26	7,69	24	2	26	7,69	48	4	52	7,69
8ª REGIÃO	42	3	45	6,67	42	3	45	6,67	84	6	90	6,67
9ª REGIÃO	86	0	86	0,00	85	1	86	1,16	171	1	172	0,58
10ª REGIÃO	32	0	32	0,00	51	2	53	3,77	83	2	85	2,35
11ª REGIÃO	32	0	32	0,00	23	9	32	28,13	55	9	64	14,06
12ª REGIÃO	54	0	54	0,00	53	1	54	1,85	107	1	108	0,93
13ª REGIÃO	27	0	27	0,00	33	0	33	0,00	60	0	60	0,0
14ª REGIÃO	26	6	32	18,75	26	5	31	16,13	52	11	63	17,46
15ª REGIÃO	136	17	153	11,11	155	63	218	28,90	291	80	371	21,56
16ª REGIÃO	20	1	21	4,76	23	2	25	8,00	43	3	46	6,52
17ª REGIÃO	23	1	24	4,17	28	4	32	12,50	51	5	56	8,93
18ª REGIÃO	36	0	36	0,00	34	2	36	5,56	70	2	72	2,78
19ª REGIÃO	18	1	19	5,26	19	1	20	5,00	37	2	39	5,13
20ª REGIÃO	12	0	12	0,00	10	1	11	9,09	22	1	23	4,35
21ª REGIÃO	18	0	18	0,00	18	2	20	10,00	36	2	38	5,26
22ª REGIÃO	11	0	11	0,00	15	0	15	0,00	26	0	26	0,0
23ª REGIÃO	26	0	26	0,00	32	2	34	5,88	58	2	60	3,33
24ª REGIÃO	26	0	26	0,00	28	2	30	6,67	54	2	56	3,57
TOTAIS	1.307	71	1.378	5,15	1.395	268	1.663	16,12	2.702	339	3.041	11,15

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST

Nota: dados consolidados em 30/6/2010, ou seja, encontram-se na fase de consolidação e passíveis de alteração.

A.3.2) Servidores na Justiça do Trabalho

Na Justiça do Trabalho há um total de 39.705 servidores em atividade, sendo 36.524 ocupantes de cargo de provimento efetivo dos Quadros de Pessoal, 2.938 ou 7,4% requisitados de outros órgãos da Administração e 243 ou 0,61% ocupantes de cargos em comissão.

Dos 38.405 cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal dos órgãos da JT destinados a integrantes das carreiras judiciárias de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciário, 1.881 cargos ou 4,9% encontravam-se vagos, sendo os mais atingidos os TRT's da 7ª Região, sediado em Fortaleza/CE, com



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

164 vagas ou 19,07%, da 18ª Região, sediado em Goiânia/GO, com 116 vagas ou 12,93%, da 13ª Região, sediado em João Pessoa/PB, com 140 vagas ou 12,51% e da 17ª Região, sediado em Vitória/ES, com 71 vagas ou 10,19%, conforme quadro a seguir:

Tabela 1: Quadro de servidores integrantes das carreiras judiciárias da Justiça do Trabalho – Quadro de Pessoal

QUANTITATIVO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - SERVIDORES												
ÓRGÃO	ANALISTA JUDICIÁRIO				TÉCNICO JUDICIÁRIO				AUXILIAR JUDICIÁRIO			
	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	% VAGOS
TST	727	8	735	1,09	1.311	36	1347	2,67	21	1	22	4,55
1ª REGIÃO	1152	61	1213	5,03	2530	59	2589	2,28	0	0	0	0,0
2ª REGIÃO	1804	345	2149	16,05	2571	43	2614	1,64	0	40	40	100,0
3ª REGIÃO	1088	31	1119	2,77	1723	20	1743	1,15	36	1	37	2,7
4ª REGIÃO	1184	58	1242	4,67	1992	10	2002	0,50	96	4	100	4,0
5ª REGIÃO	726	109	835	13,05	1382	0	1382	0,00	20	0	20	0,0
6ª REGIÃO	425	0	425	0,00	1056	7	1063	0,66	82	7	89	7,87
7ª REGIÃO	231	81	312	25,96	457	81	538	15,06	8	2	10	20,0
8ª REGIÃO	278	11	289	3,81	676	10	686	1,46	54	2	56	3,57
9ª REGIÃO	675	147	822	17,88	1280	63	1343	4,69	93	1	94	1,06
10ª REGIÃO	476	2	478	0,42	626	7	633	1,11	4	1	5	20,0
11ª REGIÃO	318	10	328	3,05	681	23	704	3,27	32	6	38	15,79
12ª REGIÃO	521	5	526	0,95	971	3	974	0,31	16	1	17	5,88
13ª REGIÃO	245	26	271	9,59	725	81	806	10,05	9	33	42	78,57
14ª REGIÃO	201	9	210	4,29	486	13	499	2,61	73	4	77	5,19
15ª REGIÃO	1046	73	1119	6,52	1829	86	1915	4,49	5	1	6	16,67
16ª REGIÃO	186	20	206	9,71	306	22	328	6,71	1	0	1	0,0
17ª REGIÃO	244	49	293	16,72	383	22	385	5,71	19	0	19	0,0
18ª REGIÃO	289	83	372	22,31	462	31	493	6,29	30	2	32	6,25
19ª REGIÃO	132	0	132	0,00	266	0	266	0,00	22	3	25	12,0
20ª REGIÃO	117	1	118	0,85	235	1	236	0,42	18	0	18	0,0
21ª REGIÃO	177	5	182	2,75	364	3	367	0,82	1	0	1	0,0
22ª REGIÃO	108	3	111	2,70	209	8	217	3,69	1	0	1	0,0
23ª REGIÃO	180	0	180	0,00	340	1	341	0,29	29	1	30	3,33
24ª REGIÃO	157	0	157	0,00	302	4	306	1,31	24	0	24	0,0
TOTAIS	12.687	1.137	13.824	8,22	23.143	634	23.777	2,67	694	110	804	13,68

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST
Nota: dados consolidados em 30/6/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 2: Quadro de servidores em atividade na Justiça do Trabalho – Quadro de Pessoal (computados os quantitativos de servidores integrantes das carreiras judiciárias, requisitados e comissionados)

FORÇA DE TRABALHO – SERVIDORES (POSIÇÃO DE 30/6/2010)									
ÓRGÃO	QUADRO DE PESSOAL	CARGOS VAGOS	TOTAIS	% VAGOS	REQUISITADOS	% REQUISITADOS	CARGOS EM COMISSÃO	% CARGOS EM COMISSÃO	TOTAL
TST	2059	45	2104	2,14	267	11,11	33	1,37	2404
1ª REGIÃO	3682	120	3802	3,16	71	1,82	26	0,67	3899
2ª REGIÃO	4375	428	4803	8,91	24	0,50	18	0,37	4845
3ª REGIÃO	2847	52	2899	1,79	355	10,84	20	0,61	3274
4ª REGIÃO	3272	72	3344	2,15	4	0,12	3	0,09	3351
5ª REGIÃO	2128	109	2237	4,87	189	7,73	18	0,74	2444
6ª REGIÃO	1563	14	1577	0,89	208	11,61	6	0,34	1791
7ª REGIÃO	696	164	860	19,07	116	11,68	17	1,71	993
8ª REGIÃO	1008	23	1031	2,23	11	1,04	11	1,04	1053
9ª REGIÃO	2048	211	2259	9,34	16	0,70	9	0,39	2284
10ª REGIÃO	1106	10	1116	0,90	247	18,07	4	0,29	1367
11ª REGIÃO	1031	39	1070	3,64	50	4,44	7	0,62	1127
12ª REGIÃO	1508	9	1517	0,59	17	1,11	2	0,13	1536
13ª REGIÃO	979	140	1119	12,51	50	4,25	8	0,68	1177
14ª REGIÃO	760	26	786	3,31	7	0,88	1	0,13	794
15ª REGIÃO	2880	160	3040	5,26	431	12,37	12	0,34	3483
16ª REGIÃO	493	42	535	7,85	67	10,88	14	2,27	616
17ª REGIÃO	626	71	697	10,19	89	11,28	3	0,38	789
18ª REGIÃO	781	116	897	12,93	243	21,30	1	0,09	1141
19ª REGIÃO	420	3	423	0,71	101	19,24	1	0,19	525
20ª REGIÃO	370	2	372	0,54	19	4,81	4	1,01	395
21ª REGIÃO	542	8	550	1,45	98	14,87	11	1,67	659
22ª REGIÃO	318	11	329	3,34	63	15,75	8	2,00	400
23ª REGIÃO	549	2	551	0,36	100	15,29	3	0,46	654
24ª REGIÃO	483	4	487	0,82	95	16,24	3	0,51	585
TOTAL	36524	1881	38405	4,90	2938	7,06	243	0,58	41586

Fonte: Coordenadoria de Estatística do TST
Nota: dados consolidados em 30/6/2010.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

B) INDICADORES ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIROS

B.1) Execução da Despesa por Modalidade de Licitação

O indicador tem como objetivo demonstrar a execução da despesa da Justiça do Trabalho por modalidade de licitação, excluindo-se as situações às quais a Lei n.º 8.666/93 não se aplica.

O quadro abaixo demonstra que ao longo dos últimos três exercícios tem ocorrido queda nas contratações diretas em relação aos procedimentos licitatórios. Denota, ainda, que dentre os procedimentos licitatórios levados a efeito na JT, o Pregão tem sido a modalidade mais utilizada, e que, no exercício de 2010, respondeu por 81,44%.

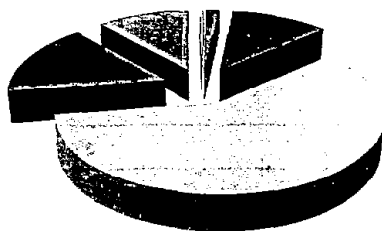
MODALIDADES LICITATÓRIAS	VALOR EXECUTADO EM 2008	(1)	VALOR EXECUTADO EM 2009	(1)	VALOR EXECUTADO EM 2010	(1)	(2)
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	-	-	-	-	-	-	-
CONCURSO	162.350,03	0,03	0,0	0,0	38.200,00	0,01	0,0
CONVITE	4.367.747,64	0,9	2.086.911,33	0,41	1.843.158,24	0,32	0,23
TOMADA DE PREÇOS	22.002.481,66	4,53	17.743.370,55	3,47	12.661.663,55	2,18	1,59
CONCORRENCIA	73.167.407,81	15,05	105.327.074,08	20,62	93.262.337,74	16,06	11,7
PREGAO	386.495.310,74	79,49	385.506.019,14	75,5	472.912.320,56	81,44	59,32
TOTAIS 1	486.195.297,88	71,37	510.763.375,10	67,71	580.717.680,09	72,84	-
CONTRATAÇÃO DIRETA	-	-	-	-	-	-	-
DISPENSA DE LICITACAO	109.640.950,05	22,55	144.119.040,86	28,22	127.340.377,82	21,93	15,97
LICITACAO INEXIGIVEL	83.963.152,06	17,27	98.120.532,07	19,21	87.712.496,92	15,1	11,0
SUPRIMENTOS DE FUNDOS	1.471.299,99	0,3	1.296.036,89	0,25	1.431.795,51	0,25	0,18
TOTAIS 2	195.075.402,10	28,63	243.535.609,82	32,29	216.484.670,25	27,16	27,16
TOTAIS (1 + 2)	681.270.699,98	100,0	754.298.984,92	100,0	797.202.350,34	100,0	-

Fontes: SIAFI Gerencial e DICONTE/SEAC/IGDGSET/TST

Notas:

(1) - No total 1 representa o percentual apurado entre a realização de despesas na modalidade em relação ao valor total da execução dos procedimentos licitatórios e no total 2 em relação às contratações diretas;

(2) - Percentual apurado em cada modalidade na relação com o total das despesas executadas, somados os procedimentos licitatórios e as contratações diretas.



- CONCURSO
- CONVITE
- TOMADA DE PREÇOS
- CONCORRENCIA
- PREGAO
- DISPENSA DE LICITACAO
- LICITACAO INEXIGIVEL
- SUPRIMENTOS DE FUNDOS



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

B.2) Composição da Despesa com Pessoal, Custeio e Investimentos

A despesa executada referente a Pessoal, Custeio, Investimentos e Inversões Financeiras na Justiça do Trabalho correspondeu a R\$ 12.577.789.400,74 (doze bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e setenta e quatro centavos) no exercício de 2010. Desse valor, 89,6% refere-se ao grupo Pessoal e Encargos Sociais, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	DOTAÇÃO		% ²	% ³
	DISPONIBILIZADA (R\$) ¹	EXECUTADA		
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	20,52
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	15.600,00	15.600,00	100,0	0,0
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.425,00	5.425,00	100,0	0,0
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	7.750,00	7.750,00	100,0	0,0
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	75,1
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	27.341,03	27.341,03	100,0	0,0
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	4,38
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	36.148,88	36.148,88	100,0	0,0
TOTAIS	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,58	100,0

Fontes: SIAFI Gerencial, DICON/SEAO/IGDGSET/TST

Notas:

(1) - Incluídos os Destques Recebidos, excluídos os Destques Concedidos;

(2) - Porcentagem da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(3) - Porcentagem da Execução em relação ao Total Executado.

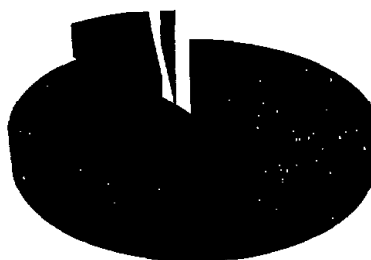
GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO (R\$)	PERCENTUAL
1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.269.350.523,02	89,6
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.099.113.095,63	8,74
4 - INVESTIMENTOS	209.225.782,09	1,66
5 – INVERSÕES FINANCEIRAS	100.000,00	0,0
TOTAIS	12.577.789.400,74	100,0

Fontes: SIAFI Gerencial, DICON/SEAO/IGDGSET/TST



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

EXECUÇÃO DA DESPESA POR GND
Unidade de Medida: R\$



■ 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ■ 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
■ 4 – INVESTIMENTOS ■ 5 – INVERSÕES FINANCEIRAS

VII – DAS ATIVIDADES DE CONTROLE

A.1) Correição

No exercício de 2010, foram realizadas pelo Ex.^{ma} Sr. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, as atividades de correição em treze (13) Tribunais Regionais do Trabalho, conforme o discriminado no quadro a seguir:

ORDEM	TRIBUNAL	CIDADE-SEDE	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
1ª	TRT DA 13ª REGIÃO	JOÃO PESSOA/PB	8 a 11/2/2010
2ª	TRT DA 17ª REGIÃO	VITÓRIA/ES	1º a 5/3/2010
3ª	TRT DA 7ª REGIÃO	FORTALEZA/CE	12 a 16/4/2010
4ª	TRT DA 19ª REGIÃO	MACEIÓ/AL	3 a 6/5/2010
5ª	TRT DA 21ª REGIÃO	NATAL/RN	24 a 27/5/2010
6ª	TRT DA 18ª REGIÃO	GOIÂNIA/GO	14 a 18/6/2010
7ª	TRT DA 24ª REGIÃO	CAMPO GRANDE/MS	16 a 19/8/2010
8ª	TRT DA 6ª REGIÃO	RECIFE/PE	20 a 24/9/2010
9ª	TRT DA 21ª REGIÃO	NATAL/RN	12 a 13/10/2010
10ª	TRT DA 8ª REGIÃO	BELÉM/PA	4 a 8/10/2010
11ª	TRT DA 1ª REGIÃO	RIO DE JANEIRO/RJ	18 a 22/10/2010
12ª	TRT DA 2ª REGIÃO	SÃO PAULO/SP	8 a 10/11/2010
13ª	TRT DA 15ª REGIÃO	CAMPINAS/SP	22 a 26/11/2010

Fonte: Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral/TST



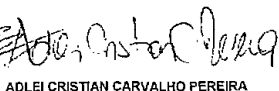
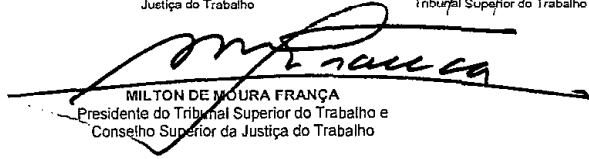
Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A.2) Solicitações, Notas e Relatórios de Auditoria

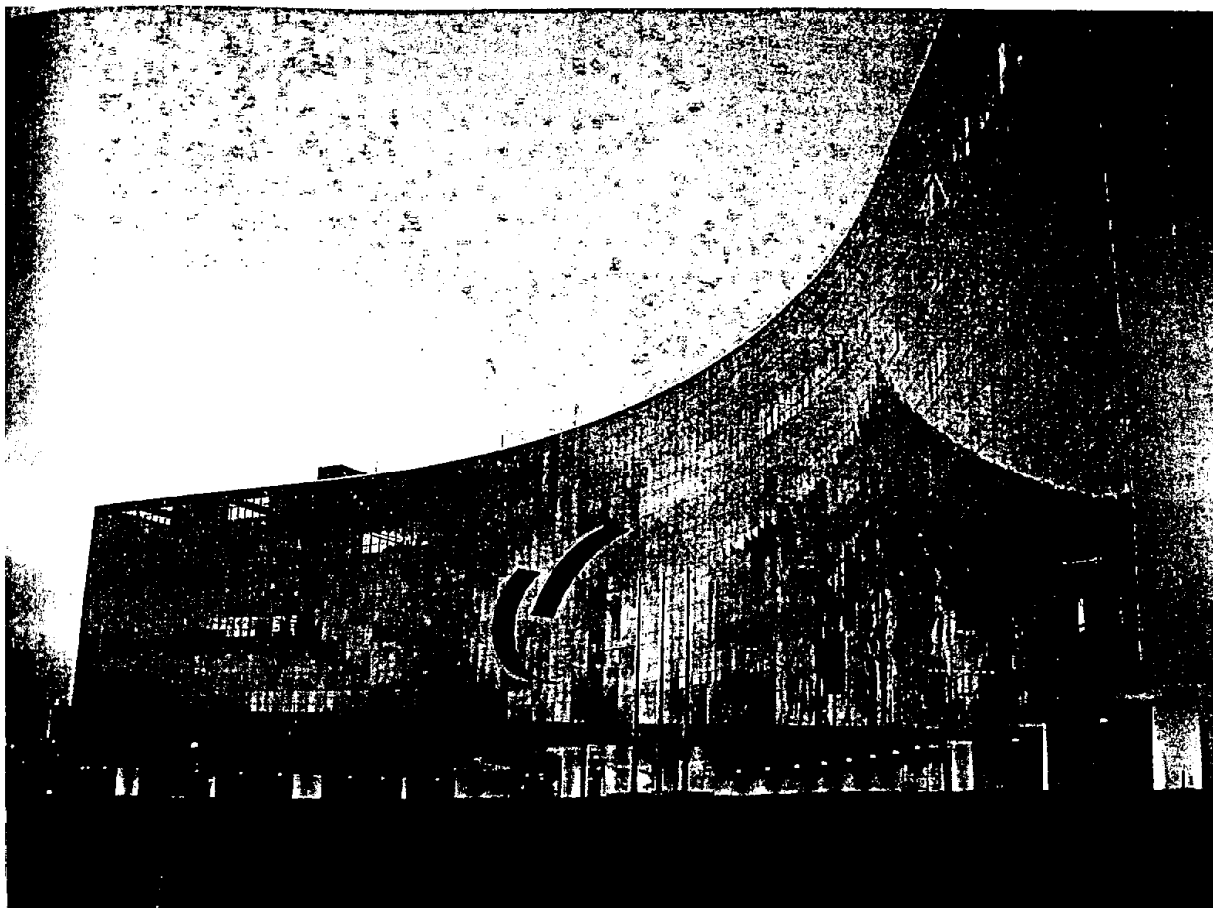
No âmbito da Secretaria de Controle da Justiça do Trabalho foi desenvolvido um sistema informatizado, o Sistema de Monitoramento e Auditoria – SMA, que possibilita a detecção de exceções nas áreas de Pessoal, Licitações, Material e Patrimônio, bem como nas diversas transações registradas por meio do SIAFI.

No exercício de 2010, foram emitidas diversas Solicitações de Auditoria objetivando esclarecimentos acerca das exceções detectadas por meio do referido sistema de monitoramento.

Nesse contexto, as impropriedades requereram a emissão de Notas de Auditoria e Relatório de Auditoria, os quais, além da apresentação das constatações e suas implicações, consignaram recomendações para correção dos procedimentos e aprimoramento dos controles internos, tanto no âmbito do TST como dos Tribunais Regionais.

 GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal	 ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	 HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA Secretário de Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho
 MILTON DE MOURA FRANÇA Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho		

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Relatório de Prestação de Contas

Justiça do Trabalho – Exercício 2010

*Volume II – Análise da Execução Orçamentária, Notas Explicativas e
Balanços e Demonstrativos Contábeis*



I - ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Da análise da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, afetos a esta Justiça Trabalhista, órgão 15000, referente ao ano de 2010, são apresentados os seguintes comentários sobre os principais aspectos observados na composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, da Demonstração das Variações Patrimoniais e da Demonstração das Disponibilidades Financeiras.

A) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

No exercício de 2010, foi disponibilizada à Justiça do Trabalho dotação orçamentária no valor de R\$ 12.679.578 mil, incluindo a descentralização externa de créditos (destaque), tendo sido da executada da seguinte forma:

Tabela 1						Em R\$ milhares		
GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	% DE PARTICIPAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA	% DE DESPESA LIQUIDADADA	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROCESSADOS	% DE INSCR. EM RP NÃO PROCESS.	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.607.575	10.779.927	85,02	10.621.317	87,16	97.813	24,97	60.797
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (PRECATÓRIOS/ RPV)	0	563.811	4,45	500.668	4,11	49.553	12,65	13.590
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.085.360	1.108.019	8,74	991.672	8,14	107.141	27,35	9.206
OUTRAS DESPESAS CORRENTES (PRECATÓRIOS/ RPV)	0	306	0,00	301	0,00	0,00	0,00	5
INVESTIMENTOS	179.427	227.310	1,79	72.015	0,59	137.211	35,03	18.084
INVERSÕES FINANCEIRAS	250	205	0,01	100	0,00	0,00	0,00	105
TOTAL	11.872.612	12.679.578	100,00	12.186.072	100,00	391.718	100,00	101.787

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

A dotação não utilizada, no valor de R\$ 101.787 mil, corresponde aos saldos, ao final do exercício, do crédito disponível (R\$ 89.445 mil), do crédito bloqueado para remanejamento (R\$ 250 mil) e do crédito contingenciado (R\$ 12.092 mil).

No grupo Pessoal e Encargos Sociais (Precatórios/RPV), cabe ressaltar que do valor recebido por meio de descentralização externa de crédito (R\$ 563.811 mil), para pagamento de Precatórios/RPV de órgãos da Administração Direta e Indireta, foi empenhado o valor de R\$ 550.221 mil, onde R\$ 500.668 mil foram liquidados e R\$ 49.553 inscritos em restos a pagar.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

VOLUME II

I - Análise da Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
A) Balanço Orçamentário	72
B) Balanço Financeiro	75
C) Balanço Patrimonial	78
D) Demonstração das Disponibilidades Financeiras	80
E) Demonstração das Variações Patrimoniais	81
II – Notas Explicativas	
A) Balanço Orçamentário	84
B) Balanço Financeiro	85
C) Balanço Patrimonial	85
D) Demonstração das Variações Patrimoniais	91
III - Anexos	
A) Balanço Orçamentário	98
B) Balanço Financeiro	100
C) Balanço Patrimonial	102
D) Demonstração das Disponibilidades Financeiras	104
E) Demonstração das Variações Patrimoniais	106
F) Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	108
G) Demonstrativo da Despesa com Pessoal	109
H) Demonstrativo de Restos a Pagar	110
I) Demonstrativo da Execução Orçamentária	111



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

No grupo Investimentos, vale destacar o valor de R\$ 6.768 mil, referente à abertura/reabertura de créditos especiais no orçamento de 2010, destinados à ampliação e/ou construção de bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

					Em R\$
UNIDADE GESTORA	AÇÃO	VALOR DA DOTAÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITO EM RP	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA
080006 – TRT 6ª DA REGIÃO	1311 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE OLINDA	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
	1318 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PAULISTA	1.340.000,00	0,00	0,00	1.340.000,00
080002 – TRT 11ª DA REGIÃO	127M – RESTAURAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT – MUNICÍPIO DE MANAUS	1.568.895,00	0,00	1.568.895,00	0,00
EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ABERTOS		3.868.895,00	0,00	1.568.895,00	2.300.000,00
080002 – TRT 11ª DA REGIÃO	127M – RESTAURAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT – MUNICÍPIO DE MANAUS	2.898.682,00	658.024,78	917.174,22	1.323.483,00
EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS REABERTOS		2.898.682,00	658.024,78	917.174,22	1.323.483,00
TOTAL		6.767.577,00	658.024,78	2.486.069,22	3.623.483,00

Fonte: SIAFI, transação >Conor

Analisando a execução desses créditos, cumpre ressaltar que a abertura dos créditos especiais para o TRT da 6ª Região (Ações 1311 e 1318) ocorreu no dia 30 de dezembro, não ocorrendo, no entanto, o empenhamento da despesa em 2010.

Da tabela anterior, vale também esclarecer que, do valor autorizado de créditos especiais para o TRT da 11ª Região, Ação 127M, foi empenhado o valor de R\$ 3.144 mil, sendo que a efetiva execução dos créditos foi da ordem de R\$ 658 mil e o valor de R\$ 2.486 mil foi inscrito em restos a pagar não processados.

Quanto à Receita Orçamentária, verifica-se uma insuficiência de arrecadação da ordem de R\$ 102.239 mil, motivada, principalmente, pela previsão de cotas de repasse de órgãos da Administração Direta e Indireta, credores de precatórios de natureza alimentícia, cujos recursos financeiros são liberados por intermédio do Órgão Central de Programação Financeira (COFIN/STN) para serem sub-repassados, pelo Órgão Setorial, às unidades da Justiça do Trabalho, não gerando, portanto, valor na coluna da Realização da Receita no Balanço Orçamentário.

Ressalta-se que, da receita arrecada pelas unidades gestoras da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 32.536 mil, R\$ 27.532 foram registrados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, não transitando, portanto, pela conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da Justiça do Trabalho. São as chamadas "Receitas do Tesouro Descentralizadas". Nesse demonstrativo contábil, os efeitos destas receitas são anulados por uma linha de dedução com o mesmo título. As fontes de recursos dessas receitas são as seguintes:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Quadro 1

Em R\$ milhares

Fonte SOF	Valor Arrecadado
0100 – Recursos Ordinários	26.398
0117 – Recursos Oriundos de Contribuições Voluntárias Montepio Civil	1.020
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	114
TOTAL	27.532

Fonte: SIAFI

Com relação à composição do déficit apresentado no Balanço Orçamentário, no valor de R\$ 452 mil, cumpre, preliminarmente, apresentar a fórmula de cálculo que resultou nesse valor:

1. Realização da Receita

Tabela 3

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM R\$)
19114.00.00	RECEITA REALIZADA	32.535.983,01
-	RECEITA DO TESOUREO DESCENTRALIZADA	(27.532.140,71)
61211.00.00	COTA RECEBIDA	12.626.193.967,89
61215.01.00	COTA DIFERIDA	31.793.545,11
51216.01.00	COTA DIFERIDA-INScrição	(85.607.098,28)
61212.00.00	REPASSE RECEBIDO	92.264,91
51212.00.00	REPASSE CONCEDIDO	(138.731,54)
RECEITA REALIZADA		12.577.337.790,39

Fonte: SIAFI, transação > Balancete

2. Execução da Despesa

Tabela 4

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	DISCRIMINAÇÃO	VALOR
29213.02.01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO – EXCETO FOLHA	1.169.024.486,81
29213.02.02	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO – DOCUMENTO FOLHA	3.923.310,95
29213.02.03	CRÉDITO EMPENHADO – EXECUTADO POR INSCRIÇÃO DE RP	391.718.287,67
29213.03.01	CRÉDITO PAGO	11.013.123.315,31
DESPESA EXECUTADA		12.577.789.400,74

Fonte: SIAFI, transação > Balancete

3. Déficit apurado no Balanço Orçamentário

Tabela 5

Em R\$

ITEM	VALOR
RECEITA REALIZADA	12.577.337.790,39
DESPESA EXECUTADA	(12.577.789.400,74)
DÉFICIT	(451.610,35)

Fonte: SIAFI, Balanço Orçamentário



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O déficit apurado decorre, principalmente, da metodologia de apuração da Cota Diferida - Inscrição, que considera o valor escriturado na conta 29241.01.04 – Empenhos Liquidados – Controle da UO e não nas contas 29213.02.00 – Crédito Empenhado Executado e 29213.03.00 – Crédito Empenhado – Pago.

B) BALANÇO FINANCEIRO

Quanto à execução financeira, representada no demonstrativo Balanço Financeiro, a Justiça do Trabalho recebeu do Tesouro Nacional, por intermédio do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017), recursos no montante de R\$ 12.572.380.414, a seguir detalhados:

Tabela 6		Em R\$
RECURSOS FINANCEIROS	VALOR	
COTA RECEBIDA	12.626.193.967,89	
COTA DIFERIDA	31.793.545,11	
COTA DIFERIDA-INSCRIÇÃO	(85.607.098,28)	
TOTAL	12.572.380.414,72	

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

O valor de R\$ 22.910 mil, a título de Ordem de Transferência Recebida, compõe-se de devoluções de recursos, pelas unidades gestoras, ao Órgão Setorial Financeiro, decorrentes de cancelamento de Restos a Pagar, no valor de R\$ 22.075 mil; e retorno de recursos transferidos às unidades gestoras, pelo Órgão Setorial Financeiro, no valor de R\$ 835 mil.

Em resumo, a execução financeira está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 7					Em R\$ mil
BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS	VALOR	DISPÊNDIOS	VALOR	DIFERENÇA	
INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS	26.398.104	DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS	26.398.557	(453)	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.682.321	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.681.515	806	
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR	755	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE	1.108	(353)	
TOTAL DOS INGRESSOS	28.081.180	TOTAL DOS DISPÊNDIOS	28.081.180	-	

Fonte: Balanço Financeiro

Vale ressaltar que no montante de R\$ 25.122.393 mil, referente a Transferências Orçamentárias Recebidas, encontra-se contabilizado tanto o valor referente à "Cota Financeira Recebida" (R\$ 12.626.194 mil) da Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN, pelo Órgão Setorial Financeiro (UG 080017), quanto o valor por este repassado às unidades gestoras integrantes do Órgão Justiça do Trabalho, a título de "Sub-repasse Recebido no Exercício" (R\$ 12.448.534 mil), além de "Repasse Recebido" de outros órgãos, no valor de R\$ 92 mil.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O resultado financeiro do exercício de 2010 foi superavitário em R\$ 353 mil, cujo cálculo corresponde à diferença entre a "Disponibilidade para o Período Seguinte" e "Disponibilidade do Período Anterior".

Abaixo, verifica-se que a variação dos Ingressos Orçamentários, em relação a 2009, foi de 2,51%, provocado principalmente pelos acréscimos das transferências recebidas.

Tabela 8

			Em R\$ mil
TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VARIAÇÃO (%)
RECEITAS CORRENTES	16.161	33.278	105,92
RECEITAS DE CAPITAL	12	100	733,34
DEDUÇÃO DA RECEITA	(708)	(842)	18,93
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	25.701.016	26.365.569	2,59
INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS	25.716.481	26.398.105	2,51

Fonte: Balanço Financeiro

Já para os Ingressos Extra-orçamentários, valores financeiros cuja execução independe da lei orçamentária, os Valores em Circulação representam 38,42% de seu montante, enquanto as Obrigações em Circulação perfazem 41,64% dos Ingressos Extra-orçamentários.

Quanto à análise comparativa, os Valores em Circulação tiveram um acréscimo de 15,03%, quando confrontados com os dados do exercício de 2009, o que significa que a Justiça do Trabalho recebeu, a título de "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" e de "Recursos para Pagamento de Restos a Pagar", R\$ 84.464 mil a mais em relação ao exercício anterior.

Tabela 9

			Em R\$ mil
TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VARIAÇÃO (%)
VALORES EM CIRCULAÇÃO	561.889	646.353	15,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	95.604	97.502	1,99
DEPÓSITOS	3.699	5.081	37,36
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	527.785	700.598	32,74
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	155	363	134,19
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	148.321	232.423	56,70
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.337.453	1.682.321	25,79

Fonte: Balanço Financeiro

No grupo dos Dispendios Orçamentários, as Despesas Correntes representam 46,85%, as Despesas de Capital, 0,79% e as Transferências Concedidas, 52,35%, sendo que 4,05% das Despesas Correntes são despesas com Precatórios da Administração Direta e Indireta, descentralizadas por meio de destaque.

Conforme quadro a seguir, os Dispendios Orçamentários tiveram um acréscimo de 2,65%, sendo que o grupo "Transferências Concedidas" contribuiu em 2,16% no aumento, tendo em vista sua representatividade.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 10

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VARIAÇÃO (%)
DESPESAS CORRENTES	11.989.614	12.368.464	3,16
DESPESAS DE CAPITAL	198.452	209.326	5,48
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13.528.633	13.820.767	2,16
DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS	25.716.699	26.398.557	2,65

Fonte: Balanço Financeiro

Observa-se que as Despesas Correntes e de Capital representam as despesas liquidadas (pagas e não pagas), não significando, efetivamente, desembolso de recursos financeiros. Elas configuram nesse demonstrativo pelo seu valor total, incluindo os Restos a Pagar Não Processados, para manter uma uniformidade com os demais demonstrativos contábeis e, também, porque representam a contrapartida das contas de depósitos e obrigações, que configuram no lado dos Ingressos Extra-orçamentários, equilibrando o Balanço em comento, conforme dispõe o art. 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64.

No grupo dos Dispêndios Extra-orçamentários, os Valores em Circulação representam 49,60%, os Valores Pendentes a Curto Prazo, 5,77%, as Obrigações em Circulação, 29,33%, e os Ajustes de Direitos e Obrigações, 15,07% do total. Neste grupo são demonstrados os saldos atuais das contas de direito, tais como: Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, Recursos a Receber para Pagamento de RP, Créditos Tributários (Contribuições a Recuperar), Valores Diferidos, os pagamentos de Restos a Pagar, recolhimento de Retenções e devoluções de Depósitos de Terceiros.

Quanto à análise, verifica-se que estes pagamentos de natureza extra-orçamentária tiveram um aumento de 25,77% em relação ao exercício anterior. Os grupos que contribuíram com maior relevância para essa variação foram os valores em circulação (29,11%), representados pelos saldos atuais de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos a Receber para Pagamento de RP.

Tabela 11

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VARIAÇÃO (%)
VALORES EM CIRCULAÇÃO	645.910	833.970	29,11
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	86.065	97.058	12,77
DEPÓSITOS	4.155	3.699	(10,97)
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	440.985	493.126	11,82
DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	78	181	132,05
AJUSTES DE BENS E DIREITOS	159.719	253.481	58,70
DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.336.912	1.681.515	25,78

Fonte: Balanço Financeiro

Vale esclarecer que a "Disponibilidade do Período Anterior" (R\$ 754.579) e a "Disponibilidade para o Período Seguinte" (R\$ 1.108.371,13), referidas na Tabela 10, correspondem a saldos em contas bancárias da Caixa Econômica Federal, decorrentes de depósitos de garantia contratual, na modalidade de "Caução em Dinheiro".



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Essas "disponibilidades", portanto, não são recursos financeiros de que as unidades possam dispor deliberadamente, sendo estas "beneficiárias" desses depósitos, que lhe são colocados à disposição apenas em caso de inexecução contratual, para posterior recolhimento ao Tesouro Nacional.

C) BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro foi de R\$ 87.118 mil, que é 35,61% maior em relação ao apurado no exercício de 2009.

O acréscimo do superávit financeiro, conforme tabela a seguir, demonstra que a situação financeira verificada no exercício de 2010 continuou satisfatória e implicou em um excesso de recursos, em relação às obrigações financeiras.

Tabela 12

Em R\$ mil					
TÍTULO	ANO 2008	ANO 2009	VAR (%)	ANO 2010	VAR (%)
ATIVO FINANCEIRO	568.367	650.621	14,47	842.578	29,50
PASSIVO FINANCEIRO	527.249	586.383	11,22	755.460	28,83
DIFERENÇA	41.118	64.238	56,23	87.118	35,61

Fonte: Balanço Patrimonial

Dessa forma, verificou-se, simultaneamente, um acréscimo de 29,50% no Ativo Financeiro e de 28,83% no Passivo Financeiro, provocando o acréscimo de 35,61% no superávit financeiro do exercício.

O aumento do Passivo Financeiro foi justificado principalmente pelos Restos a Pagar Processados, que passaram da cifra de R\$ 27.388 mil, em 2009, para R\$ 33.115 mil, em 2010, configurando uma variação de 20,91%, que foi motivada substancialmente pelo registro de fornecedores de exercícios anteriores, no valor de R\$ 7.325 mil, com pagamentos postergados para em 2011, como também pela inscrição de Precatórios em Restos a Pagar Processados, que aumentou 32,06% no exercício em comento. Quanto aos Restos a Pagar Não Processados houve um acréscimo de 31,87%, contribuindo significativamente para o aumento do Passivo Financeiro. Assim, o indicador de Inscrição em Restos a Pagar passou de 3,45%, no exercício de 2009, para 3,93%, no exercício de 2010, indicando que apenas uma pequena parcela dos recursos orçamentários foi postergada para pagamento em exercícios futuros.

Índice de Inscrição de Restos a Pagar

$$\rightarrow \frac{\text{Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não-Processados)}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ } 494.632 \text{ mil}}{\text{R\$ } 12.577.789 \text{ mil}} \times 100 = 3,93\%$$



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

No Ativo Não Financeiro, destaca-se o incremento de 27,65% nos Adiantamentos Concedidos e a manutenção de escrituração das Despesas Antecipadas. Também, destaca-se o reconhecimento do evento da depreciação/amortização pelas unidades da Justiça do Trabalho, com exceção apenas dos TRT's da 1ª e 11ª Regiões, e a escrituração de software como Ativo Intangível, em decorrência da aderência, pelas unidades componentes da Justiça do Trabalho, às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 2/2009 e Portaria STN n.º 467/2009, bem como aos Princípios Fundamentais de Contabilidade – PFC e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Já em relação à situação permanente, que consiste na comparação entre o Ativo e o Passivo Permanente, observa-se que o ativo permanente, representado pelo Ativo Imobilizado e Intangível, perfaz 96% do Passivo Permanente, composto pelas Obrigações em Circulação (fornecedores, pessoal a pagar, provisões etc.) e as Obrigações de Longo Prazo. Vale esclarecer que o Passivo Permanente corresponde obrigações que ainda não passaram pelo processo orçamentário.

$$\text{Quociente de Situação Permanente} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}^1$$

$$\text{Quociente de Situação Permanente} = \frac{\text{R\$ 2.362.441 mil}}{\text{R\$ 2.457.511 mil}} \times 100 = 96\%$$

A gestão patrimonial foi pautada pelo aumento de 9,07% no Ativo Não financeiro, em relação a 2009, conforme planilha a seguir, devido principalmente ao aumento dos registros de adiantamentos concedidos de décimo terceiro e férias, em decorrência da implantação do novo mecanismo de apropriação das folhas de pagamento (SIAFI, transação "Atufolha") e aumento na contabilização de despesas antecipadas, como seguros e assinaturas de revistas, em virtude da adoção de práticas contidas no novo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, elaborado pela STN, em razão do disposto na Portaria/MF n.º 184/2008.

Cabe destacar que o aumento de 140,68% no Passivo Não Financeiro se deve às Obrigações em Circulação, em especial, ao reconhecimento de dívidas por insuficiência de créditos/recursos, que passaram de R\$ 733.231 mil, em 2009, para R\$ 1.615.686, em 2010, configurando um aumento de 120,35%.

No Exigível a Longo Prazo, houve registro de dívida de pessoal a pagar de exercícios anteriores, no valor de 15.347 mil, pelo TRT da 24ª Região, relativos a passivos de URV, quintos, juros ATS, PAE etc., em atendimento às normas contábeis inerentes, especialmente a NBC T.16.10 – Avaliação de Mensuração de Ativos e Passivos, a Macrofunção SIAFI 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos e a Nota Técnica n.º 2.309/2007/GENOC/CCONT, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

¹ Por não constar o termo Passivo Permanente no Balanço Patrimonial, foi utilizado o saldo referente ao Passivo Não Financeiro, ajustado pela adição dos valores que configuram como retificações.

² Passivo Não Financeiro (R\$ 1.834.348 mil) acrescido das retificações (R\$ 623.163 mil).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 13

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2008	ANO 2009	VAR (%)	ANO 2010	VAR (%)
ATIVO NÃO FINANCEIRO	2.080.407	2.380.902	14,44	2.596.768	9,07
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	124.713	186.231	49,33	233.560	25,41
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	293	208	(29,01)	97	(53,37)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	363	605	66,67	671	10,91
PERMANENTE	1.955.038	2.193.858	12,22	2.362.441	7,68
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	258.165	1.021.068	295,51	2.457.511	140,68
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	254.098	1.021.064	301,84	2.442.164	139,18
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.067	4	(99,90)	15.347	383,575

Fonte: Balanço Patrimonial

Vale salientar que o saldo patrimonial, apurado pela diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real, foi de R\$ 687.893 (Ativo Real Líquido), com decréscimo de 61,22%, conforme tabela seguinte. O decréscimo patrimonial é justificado pela busca da adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade, alinhadas às Normas Internacionais, que procuram evidenciar a correta situação financeira e patrimonial da entidade pública, como a escrituração do evento da depreciação/amortização, no lado do ativo e, no lado do passivo, a totalidade das obrigações, independentemente de autorização legislativa para seu reconhecimento. Dessa forma, as unidades da Justiça do Trabalho passaram a registrar eventos como provisões para férias e décimo-terceiro salário, fornecedores por insuficiência de créditos/recursos, pessoal a pagar por insuficiência de créditos/recursos.

Tabela 14

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2008	ANO 2009	VAR (%)	ANO 2010	VAR (%)
ATIVO REAL	2.557.654	2.915.865	14,00	3.277.701	12,41
PASSIVO REAL	360.548	1.141.805	216,69	2.589.808	126,82
SALDO PATRIMONIAL	2.197.106	1.774.060	-19,25	687.893	-61,22

Fonte: Balanço Patrimonial

D) DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

A composição das disponibilidades financeiras da Justiça do Trabalho demonstra um superávit financeiro de R\$ 87.119 mil, que corresponde à diferença entre o Ativo e o Passivo Financeiro. Esse resultado reflete o saldo das Disponibilidades por Fonte de Recursos, no valor de R\$ 172.726 mil, conforme tabela a seguir, menos a Disponibilidade de Recursos Diferidos, no valor de R\$ 85.607 mil. Este último valor corresponde à sobra de recurso financeiro que constituirá antecipação de Cota Financeira para fazer face às despesas do exercício seguinte.

As Disponibilidades por Fonte de Recursos apresentam os seguintes valores, ao final do exercício financeiro de 2010:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 15

Em R\$ mil

FONTE DE RECURSOS	VALOR
0100 – RECURSOS ORDINÁRIOS	168.002
0127 – CUSTAS E EMOLUMENTOS – PODER JUDICIÁRIO	2.890
0150 – RECURSOS NÃO FINANC DIRETAMENTE ARRECADADOS	(86)
0151 – CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	46
0153 – CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1.543
0156 – CONTRIBUIÇÃO P/ PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	10
0169 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/ PLANO DE SEG. SOCIAL DO SERVIDOR	155
0300 – RECURSOS ORDINÁRIOS (EXERCÍCIOS ANTERIORES)	166
TOTAL	172.726

Fonte: SIAFI Gerencial

E) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do exercício de 2010 demonstra um déficit de R\$ 1.081.372 mil, sendo que o resultado orçamentário contribuiu positivamente com R\$ 987.815 mil, e o resultado extra-orçamentário, negativamente, com R\$ 2.069.187 mil.

Tabela 16

Em R\$ mil

TÍTULO	VALOR	TÍTULO	VALOR	DIFERENÇA
VARIAÇÕES ATIVAS	29.818.188	VARIAÇÕES PASSIVAS	30.899.560	(1.081.372)
ORÇAMENTÁRIAS	26.189.510	ORÇAMENTÁRIAS	25.201.695	987.815
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.628.678	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.697.865	(2.069.187)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado orçamentário configurou-se da seguinte forma:

Tabela 17

Em R\$ mil

TÍTULO	VALOR	TÍTULO	VALOR	DIFERENÇA
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	32.536	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	12.577.790	(12.545.254)
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	25.122.393	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	12.550.059	12.572.334
MUTAÇÕES ATIVAS	1.034.581	MUTAÇÕES PASSIVAS	73.847	960.734
TOTAL	26.189.510	TOTAL	25.201.696	987.814

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Conclui-se que o subgrupo que mais influenciou o resultado orçamentário foi o das “Mutações Ativas”, as quais correspondem às incorporações de bens e direitos adquiridos durante o exercício e à redução de obrigações, pois a diferença entre as Interferências Ativas e Passivas, que basicamente são as transferências de recursos recebidas e concedidas, foi, praticamente, suplantada pela diferença entre receitas e despesas orçamentárias, conforme tabela anterior.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O indicador abaixo, Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais, aponta para uma capitalização de direitos proveniente, especialmente, de adiantamentos de décimo-terceiro salário e férias, 14,01 vezes superior ao respectivo recebimento de créditos. Esse índice significa o que a despesa orçamentária representou em termos de aumento patrimonial, em relação à receita orçamentária.

$$\text{Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais} = \frac{\text{Mutação Patrimonial Ativa}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}}$$

$$\text{Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais} = \frac{\text{R\$ 1.034.581 mil}}{\text{R\$ 73.847 mil}} = 14,01$$

As transações de natureza extra-orçamentária são representadas pelos seguintes subgrupos:

Tabela 18		Em R\$ mil		
TÍTULO	VALOR	TÍTULO	VALOR	DIFERENÇA
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.248.899	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.276.250	(27.351)
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.379.780	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	4.421.616	(2.041.836)
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.628.679	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	5.697.866	(2.069.187)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Analisando o Resultado por meio de número-índice, quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independente da Execução Orçamentária, verifica-se que o indicador menor que 1 significa uma perda de patrimônio, ocasionado, em grande parte, por desincorporações de direitos provenientes de exercícios anteriores (adiantamento de férias e de décimo-terceiro salário), bem como pela incorporação de passivos.

$$\text{Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária} = \frac{\text{Resultado Extra-Orçamentário Ativo}}{\text{Resultado Extra-Orçamentário Passivo}}$$

$$\text{Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária} = \frac{\text{R\$ 3.628.679 mil}}{\text{R\$ 5.697.866 mil}} = 0,64$$

O índice apurado revela que o resultado patrimonial foi impactado negativamente, pois a execução extra-orçamentária produziu um déficit que não foi suplantado pelo resultado positivo orçamentário. Assim, o Resultado Patrimonial apontou um déficit de R\$ 1.081.372 mil, no exercício em comento.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 19

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2008	ANO 2009	VAR. (%)	ANO 2010	VAR. (%)
RESULTADO PATRIMONIAL	429.002	(423.047)	(198,61)	(1.081.372)	(155,62)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 20

Em R\$ mil

TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VAR (%)	TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VAR (%)
VARIAÇÕES ATIVAS	29.272.955	30.899.561	5,56	VARIAÇÕES PASSIVAS	29.272.955	30.899.561	5,56
ORÇAMENTÁRIAS	25.239.492	26.189.510	3,76	ORÇAMENTÁRIAS	24.446.286	25.201.695	3,09
RECEITAS	15.465	32.536	110,38	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	12.188.087	12.577.790	3,20
ORÇAMENTÁRIAS				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	12.170.175	12.550.059	3,12
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	24.358.023	25.122.393	3,14	MUTAÇÕES PASSIVAS	88.045	73.847	(16,13)
MUTAÇÕES ATIVAS	866.005	1.034.581	19,47	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	4.826.669	5.697.865	18,05
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.610.416	3.628.679	0,51	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.368.215	1.276.250	(6,72)
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.352.827	1.248.899	(7,68)	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.458.454	4.421.616	27,85
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.257.588	2.379.780	5,41	SUPERÁVIT	0	0	0
DÉFICIT	423.047	1.081.372	(155,62)				

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

No grupo das Receitas Orçamentárias, vale destacar o valor de R\$ 32.536 mil referente à arrecadação de receitas da União, realizadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU, pelas unidades componentes da Justiça do Trabalho.

As receitas orçamentárias estão detalhadas nas seguintes contas contábeis:

Tabela 21

Em R\$ mil

CONTA CONTÁBIL	SALDO
41100.00.00 – RECEITA TRIBUTÁRIA	115
41300.00.00 – RECEITA PATRIMONIAL	1.776
41600.00.00 – RECEITA DE SERVIÇOS	4.505
41900.00.00 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.866
42200.00.00 – ALIENAÇÃO DE BENS	100
47900.00.00 – OUTRAS RECEITAS CORRENTE – OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14
49200.00.00 – RESTITUIÇÕES	(117)
49300.00.00 – DESCONTOS CONCEDIDOS	(159)
49800.00.00 – RETIFICAÇÕES	(564)
TOTAL	32.536

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

Destaca-se, da tabela anterior, a conta 42200.00.00 – Alienação de Outros Bens móveis, na seguinte Unidade Gestora:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 22		Em R\$ mil
UG	VALOR	
080011 – TRT DA 15ª REGIÃO		100
TOTAL		100

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

Quanto à origem e ao destino de recursos provenientes da alienação de ativos (LRF, art. 50, inciso VI), houve o registro, no âmbito da Justiça do Trabalho, apenas do valor de R\$ 99.760,00, conforme detalhamento a seguir. Vale esclarecer que o referido valor é relativo ao indicado na tabela anterior.

➤ **Origem dos Recursos:**

TRT da 15ª Região (UG 080011): conforme informação da unidade, a alienação de bens móveis é referente a leilão de veículos, no valor de R\$ 99.650,00.

TRT da 3ª Região (UG 080008): alienação de equipamento, no valor de R\$ 110,00.

➤ **Destinação dos Recursos:**

O TRT da 15ª Região informou que o valor da arrecadação referente à alienação foi destinado à União, cujos recursos financeiros foram recolhidos por meio de GRU, código 18834-4 - STN ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS, conforme documentos 2010RA009454, 9460, 9461, 9462, 9463, 9464, 9475, 9476, 9478, 9479, 9480, 9481, 9482 e 9501.

O TRT da 3ª Região recolheu o produto da alienação ao Tesouro Nacional, por meio de GRU, código 18839-5 - STN ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, conforme 2010RA002321.

II - NOTAS EXPLICATIVAS AOS BALANÇOS

A) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A.1) Com relação ao valor de R\$ 26.866.653,75, constante do grupo "Outras Receitas Correntes" da coluna "Realização da Receita", cabe destacar o valor de R\$ 9.494.871,32, que se refere à devolução de precatórios de exercícios anteriores, conforme código de GRU 18809-3 – STN Devolução de Precatórios de Exercícios Anteriores, utilizado na emissão de documentos de arrecadação do tipo "RA", pelas unidades gestoras vinculadas ao Órgão Justiça do Trabalho. Esse valor representa 35,34% do montante do grupo.

A.2) Vale destacar o valor de R\$ 564.117 mil proveniente de destaques recebidos de unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta (autarquias/fundações), para cumprimento de sentenças judiciais, em atendimento ao art. 29 da Lei nº 12.017/2009 (LDO - 2010).



B) BALANÇO FINANCEIRO

B.1) Os Ingressos Extra-orçamentários com o título "Ajustes Financeiros a Crédito", no valor de R\$ 4.598.640,99, referem-se a ajustes no processo de diferimento, efetuados pelo Órgão Setorial Financeiro, por fonte de recursos, em atendimento à orientação contida na macrofunção 02.03.18 – Norma de Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI.

B.2) O item "Recursos Especiais a Receber", do grupo Dispêndios Extra-Orçamentários, no montante de R\$ 833.628.054,82, é composto dos saldos constantes das contas 11216.04.00 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, no valor de R\$ 671.981.872,05, e 11216.22.00 – Recursos a Receber para Pagamento de RP - Inscrição, no valor de R\$ 161.646.182,77.

B.3) No valor referente ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, está acrescido o limite de saque em poder do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017), que corresponde a R\$ 326.630.141,24.

B.4) O valor de R\$ 25.862.274,03, constante dos Dispêndios Extra-orçamentários, sob o título "Ajustes Financeiros a Débito", refere-se a ajustes no processo de diferimento quando da apuração do resultado financeiro de 2009.

C) BALANÇO PATRIMONIAL

C.1) Critério de Avaliação do Ativo - O ativo está avaliado pelo valor nominal, em obediência ao inciso I do art. 106 da Lei nº 4.320/64, sendo que, para os Créditos em Circulação, o critério é o da realização.

C.2) Das contas que compõem o Ativo Financeiro, cabem ser destacadas as seguintes:

1. Disponível em Moeda Nacional

O valor de R\$ 1.108.371 está detalhado a seguir e corresponde aos depósitos efetuados na Caixa Econômica Federal, referentes a garantias contratuais de curto e longo prazos, oferecidas na forma de caução em espécie:

Tabela 23		Em R\$
UNIDADE GESTORA	VALOR	
080001 – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	744.893,20	
080003 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	96.415,62	
080006 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO	71.299,44	
UNIDADE GESTORA	VALOR	
080018 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO	108.406,24	
080020 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO	1.034,93	
080022 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO	86.321,70	
TOTAL	1.108.371,13	

Fonte: SIAFI, transação > Balancete



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2. Créditos em Circulação Receber

Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - composição em 31/12/2010:

Tabela 24		Em R\$		
CONTA-CORRENTE	DESCRIÇÃO	VINC. PAG.	DESCRIÇÃO	VALOR
0100000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	140	PESSOAL PRECATÓRIOS	17.717.827,74
		141	PESSOAL-SENTENÇAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	11.093.105,46
		142	PESSOAL PRECATÓRIOS DESCENTRALIZADOS	53.480.929,68
		310	PAGAMENTO PESSOAL	224.375.742,2
		344	CUSTEIO-PRECATÓRIOS	10.879,58
		350	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	15.000,00
		400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	297.719.922,00
		412	PAGAMENTO DE CARTÃO DE CRÉDITO	505.132,00
		510	CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXÍLIOS	10.818.832,34
0127000000	CUSTAS E EMOLUMENTOS-PODER JUDICIARIO	400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	14.385.797,05
0150000000	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	4.165.108,52
0150151220400	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	70.386,11
0150154166400	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	9,00
0151000000	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	142	PESSOAL PRECATÓRIO DESCENTRALIZADO	6.105.895,22
		510	CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXÍLIOS	46.134,81
0153000000	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM. DA SEG. SOCIAL	142	PESSOAL PRECATÓRIO DESCENTRALIZADO	9.809.693,74
0156000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O PSSS	310	PAGAMENTO PESSOAL	994.973,19
0169000000	CONTRIB. PATRONAL P/ PSSS	310	PAGAMENTO PESSOAL	6.364.900,80
0174017176142	TX. FISC. MERC. TIT. VAL. MOB.- CVM	142	PESSOAL PRECATÓRIO DESCENTRALIZADO	0,39
0190000000990	RECURSOS DIVERSOS	990	PASSIVOS FINANCEIROS	1.178,89
0300000000	RECURSOS ORDINÁRIOS – EXERC. ANTERIOR	140	PESSOAL PRECATÓRIOS	850,50
		141	PESSOAL-SENT. JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	1.940,71
		142	PESSOAL PRECATÓRIOS DESCENTRALIZADOS	6.027,00
		310	PAGAMENTO PESSOAL	78.000,00
		400	CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	14.213.605,05
TOTAL				671.981.872,05

Fonte: SIAFI Gerencial

C.3) Os Recursos a Receber para Pagamento de RP, no valor de R\$ 161.646.182,77, referem-se a recursos que se encontram na conta Limite de Saque do OSPF, UG 080017, que serão repassados aos Tribunais na medida em que forem promovendo pagamentos de Restos a Pagar.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

C.4) Os Valores Diferidos de R\$ 7.827.393,72 correspondem à parcela de recursos financeiros liberada pelo Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017), que não foi utilizada pelas unidades, constituindo antecipação de sub-repasse no exercício seguinte.

C.5) Na composição do Ativo Não Financeiro, destaca-se a conta 11229.00.00 - Diversos Responsáveis, no valor de R\$ 3.243.155,89, desdobrada da seguinte forma:

Tabela 25		Em R\$
CONTA CONTÁBIL	VALOR	
11229.02.00 - SALDOS NÃO RECOLHIDOS	451.312,33	
11229.03.00 - DESFALQUES OU DESVIOS	203.415,89	
11229.05.00 - RESPONSÁVEL POR DANOS E PERDAS	998.832,50	
11229.15.00 - FRAUDES EM BENEFÍCIOS	1.589.595,17	
TOTAL	3.243.155,89	

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

Essas contas indicam abertura de processos de Tomada de Contas Especial, que se encontram pendentes de decisão pelo Tribunal de Contas da União.

C.6) O item Estoque, do subgrupo Bens e Valores em Circulação, corresponde às seguintes contas contábeis:

Tabela 26		Em R\$
CONTA CONTÁBIL	VALOR	
11313.05.02 - MERCADORIAS PARA DOAÇÃO	1.950,00	
11318.01.00 - MATERIAL DE CONSUMO	24.769.749,82	
11318.02.00 - GENEROS ALIMENTÍCIOS	13.350,00	
11318.03.00 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	132.062,56	
11318.05.00 - AUTOPEÇAS	4.523,68	
11318.07.00 - MATERIAIS GRÁFICOS	332.553,57	
TOTAL	25.254.189,63	

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

As quatro últimas contas representam registro de bens em almoxarifados específicos, mantidos por alguns Tribunais Regionais do Trabalho.

C.7) Os Estoques estão avaliados pelo Preço Médio Ponderado, conforme dispõe o art. 106, inciso III, da Lei n.º 4.320/64.

C.8) O item Despesas Antecipadas corresponde às contas contábeis 11411.03.00 – Prêmios de Seguro a Apropriar e 11411.04.00 – Assinaturas e Anuidades a Apropriar.

C.9) Em conformidade com o item 16 da NBC T 16.9 – Depreciação, Exaustão e Amortização, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, a depreciação dos bens móveis tangíveis da Justiça do Trabalho seguiu os seguintes critérios estabelecidos pelo Órgão Central de Contabilidade da União – CCONT/STN:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Quadro 2

Em R\$

CLASSE DO ATIVO IMOBILIZADO	MÉTODO UTILIZADO	VIDA ÚTIL ECONÔMICA	TAXA UTILIZADA	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	
					INÍCIO DO PERÍODO	FINAL DO PERÍODO
14212.00.00 – BENS MÓVEIS	Linear ou Cotas Constantes	Estabelecida na Macrofunção 020330 ³	Estabelecida na Macrofunção 020330	808.904.387,43	4.566.899,06	25.219.551,41

C.10) No item Direitos e Obrigações Contratuais, cabe destacar o valor de R\$ 418.897.554,09, registrado na conta 19971.08.04 - Termos/Acordos para Fornecimento de Bens/Serviços, referente a convênios firmados com instituições financeiras oficiais (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal). Esses valores representam a contrapartida em bens ou serviços ofertados ou pagos por estas instituições financeiras, pela preferência no recebimento de depósitos judiciais, cessão de espaço físico etc. As unidades da Justiça do Trabalho que apresentaram saldo referente aos citados acordos, em 31 de dezembro de 2010, são as seguintes:

Tabela 27

Em R\$

UNIDADE GESTORA	VALOR
080002 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO	78.764,40
080002 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	11.448.986,48
080004 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO	6.530.485,81
080008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO	12.589.552,04
080009 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO	115.814.989,11
080012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO	168.231.581,11
080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO	49.198.676,82
080012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO	8.039.533,34
080013 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO	10.189.162,12
080014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO	14.102.927,71
080015 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO	3.060.205,95
080018 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO	554.510,44
080019 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO	3.306.946,72
080020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO	3.864.057,65
080021 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO	5.953.043,42
080024 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO	4.898.286,73
080026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO	1.035.844,24
Total	418.897.554,09

Fonte: SIAFI, transação > Balancete (conta 19971.08.04)

C.11) Critério de Avaliação do Passivo - as contas do passivo estão avaliadas pelo valor devido das obrigações.

³ Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

C.12) Na composição do Passivo Financeiro, subgrupo Depósitos, cabe ser destacado o seguinte item: Depósitos de Diversas Origens, cujo montante de R\$ 1.031.970,42 está assim composto:

Tabela 28		Em R\$
CONTA CONTÁBIL	VALOR	
21141.00.00 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	553.774,41	
21145.00.00 - DEPÓSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES	477.017,12	
21149.01.00 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS	1.178,89	
TOTAL	1.031.970,42	

Fonte: SIAFI, transação >Balancete

C.13) No subgrupo Obrigações em Circulação, do Passivo Financeiro, cabe ressaltar que na composição dos Restos a Pagar Processados destaca-se o subitem Precatórios, no valor de R\$ 19.780.464,17, referente a precatórios de exercícios anteriores, liquidados durante o exercício e não pagos, na UG 080004 – TRT da 7ª Região. Segundo este tribunal regional, *“a liquidação de precatórios sem o correspondente pagamento é decorrente de solicitação dos advogados dos exequentes, que requerem a reserva orçamentária por temerem o cancelamento automático dos Restos a Pagar, o que é deferido pelos Desembargadores. Estes processos, que a princípio deveriam ser incontroversos, são objetos de incidentes processuais quanto aos cálculos aplicados, haja vista a grande ampliação de Recursos Judiciais sobre Precatórios pela Legislação.”*

C.14) Do grupo do Passivo Não Financeiro, subgrupo Obrigações em Circulação, constam os Precatórios a Pagar – Anteriores a 05/05/2000 (conta 21217.04.01) e a partir de 05/05/2000 (conta 21217.05.01), nos valores de R\$ 69.156.050,84 e R\$ 674.376.090,43, respectivamente. Estes valores correspondem aos precatórios que ainda não passaram pelo processo orçamentário.

Neste grupo, do valor de R\$ 1.819.000.791,38, das Obrigações em Circulação, o valor de R\$ 1.615.686.421,71 refere-se à Dívida por Insuficiência de Créditos/Recursos, correspondente ao reconhecimento de obrigações com fornecedores, pessoal e respectivos encargos sociais, para as quais não havia crédito orçamentário suficiente para sua regular apropriação como despesa orçamentária. O reconhecimento do passivo por insuficiência de crédito/recursos ocorreu nas seguintes contas contábeis e unidades gestoras:

Conta 21211.11.00 - FORNECEDORES POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

Tabela 29		Em R\$
UNIDADE GESTORA	VALOR	
080008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO	10.492.493,70	
Total	10.492.493,70	

Fonte: SIAFI, transação >Balancete



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Conta 21212.11.00 - PESSOAL A PAGAR POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

Tabela 30

Em R\$

UNIDADE GESTORA	VALOR
080004 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO	57.873.882,73
080008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO	526.471.394,72
080009 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO	800.594.482,00
080016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO	88.412.634,00
080023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO	39.018.982,72
Total	1.512.371.376,17

Fonte: SIAFI, transação > Balancete

Conta 21213.11.00 - ENCARGOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS

Tabela 31

Em R\$

UNIDADE GESTORA	VALOR
080004 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO	23.846,00
080008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO	32.396.147,91
080009 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO	56.502.182,00
080016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO	2.425.514,00
080023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO	1.474.861,93
Total	92.822.551,84

Fonte: SIAFI, transação > Balancete

C.15) Ainda no subgrupo Obrigações em Circulação do Passivo Não Financeiro consta escriturada a conta 21214.00.00, no valor de R\$ 82.826.063,43, relativa a provisões para férias e décimo-terceiro salário, atendendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial, o da Competência e o de Oportunidade, bem como às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

C.16) No Passivo Exigível a Longo Prazo, foi registrado um passivo de pessoal pelo TRT da 24ª Região, na ordem de R\$ 15.342.975,64. A dívida refere-se a URV, juros ATS, parcela autônoma de equivalência – PAE, URV devida a juízes classistas etc.

C.17) Mudanças no Critério Contábil: no decorrer do exercício houve mudança na rotina de contabilização das seguintes contas:

- **14290.00.00 – Depreciação, Amortização e Exaustão:** no exercício de 2010, em observância aos Princípios da Competência e Oportunidade, conforme Resolução CFC nº 1.111/2007, art. 85 da Lei nº 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 467/2009, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), as unidades componentes da Justiça do Trabalho, com exceção dos TRT's da 1ª, 11ª, 14ª e 23ª



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Regiões, passaram a contabilizar a depreciação dos itens do Imobilizado. Os registros de depreciação do Ativo Imobilizado totalizaram R\$ 25.219.551,41, sendo que o critério adotado, pela maioria das unidades, para identificação dos bens depreciados foi inscrição genérica (IG), que identifica o tipo de bem em que se procedeu ao registro, em atendimento à orientação contida na mensagem DICON/SEAOF Nº 004/2010, emanada pela setorial contábil (UG 080027), com o objetivo de padronizar os registros contábeis no âmbito da Justiça do Trabalho. Assim, a mudança no critério contábil foi em relação à correta identificação do evento objeto da depreciação.

- **14410.00.00 – Softwares:** A partir do exercício de 2010, a STN passou a tratar a aquisição de softwares como ativo intangível, conforme Macrofunção SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI, do Manual SIAFI. Assim, as unidades gestoras passaram a empenhar as despesas com aquisição de software na natureza de despesa 4490.39.93 – Aquisição de Softwares, configurando como despesas que contribuem para formação de bens de capital.

- **21145.00.00 – Depósitos Retidos de Fornecedores:** a partir do exercício de 2010, a UG 080001 – Tribunal Superior do Trabalho passou a reter provisão de encargos trabalhistas de empresas contratadas para prestação de serviços de forma continuada. Essa retenção transita pela referida conta e é baixada pelo depósito na conta vinculada aberta em nome da empresa contratada, conforme prescreve a Resolução CNJ nº 98/2009. Na referida conta transitam, também, registros de retenções de multas aplicadas a fornecedores.

- **24600.00.00 – Ajustes de Exercícios Anteriores:** corresponde a lançamentos de estorno de depreciação acumulada de exercícios anteriores, efetuados pelas unidades gestoras 080014 (TRT da 4ª Região) e 080016 (TRT da 10ª Região), em conformidade com a mensagem DICON/SEAOF Nº 004/2010, da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (UG 080027), e item 20 da Macrofunção SIAFI 02.03.30. Também, há registros de Redução ao Valor Recuperável pela UG 080020 (TRT da 18ª Região) e, ainda, registros de amortizações de bens intangíveis (softwares) pela UG 080020 (TRT da 20ª Região).

- **41122.08.00 – Emolumentos e Custas Judiciais:** os emolumentos e custas processuais passaram a ser recolhidos exclusivamente por GRU Judicial, por força do Ato Conjunto nº 21/2010 – TST.CSJT.GP.SG, sendo anteriormente recolhidos por DARF. Assim, a STN disponibilizou os códigos de recolhimento 18740-2 – STN CUSTAS JUDICIAIS, 18770-4 – STN EMOLUMENTOS e 58826-1 – STN CUSTAS JUDICIAIS 1ª INSTÂNCIA, que contabilizam a referida conta de receita.

D) DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

D.1) Variações patrimoniais relevantes: os itens que mais contribuíram para o déficit apurado no resultado foram as desincorporações de ativos, que cresceram 38,17% em relação a 2009, os registros de depreciação/amortização, no valor de R\$ 18.080.129,61, e, sobretudo, a incorporação de passivos, que aumentou 22,51% em relação ao exercício anterior, conforme tabela a seguir.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Tabela 32

Em R\$

TÍTULO	ANO 2009	ANO 2010	VAR (%)
Incorporação de Passivos	2.819.252.074,72	3.454.030.964,37	22,51

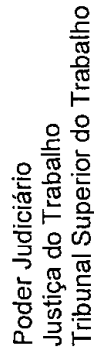
Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Assim, o que impactou de forma relevante o crescimento das incorporações de passivos foram os reconhecimentos de "Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos", registrados em atendimento aos Princípios Contábeis da Competência e da Oportunidade, pelos TRT's da 1ª, 3ª, 7ª, 10ª e 20ª Regiões, que somaram R\$ 1.615.686.421,71.

D.2) Quanto à Receita de Alienação de Bens pelo TRT da 15ª Região, no valor de R\$ 99.650,00, a conta contabilizada foi a 42215.00.00 - Alienação de Veículos. Ainda, consta contabilizada a conta 42217.00.00 - Alienação de Equipamentos pelo TRT da 3ª Região, no valor de R\$ 110,00.

D.3) Para apuração do valor depreciável, a UG 080001 (TST) utilizou a metodologia da depreciação dos bens adquiridos em anos anteriores para obter a base monetária adequada (valor de mercado) e, após a apuração, a unidade lançou o valor como redução (desvalorização). Assim, o valor da redução montou em R\$ 30.936.448,03. Este valor se apresenta na DVP sob o título de "Desvalorização de Bens", totalizando o valor de R\$ 62.168.933,97.

Cabe esclarecer que a diferença de R\$ 31.232.485,94, corresponde, quase que na totalidade, a um lançamento de desvalorização de bens imóveis contabilizado na UG 080001, decorrente de registro indevido no sistema SPIUNET, no valor de R\$ 30.000.000,00, que foi estornado no referido sistema e lançado no SIAFI como "reavaliação de bens", para compensar o efeito do lançamento anterior.



JUSTIÇA DO TRABALHO
RESTRICOES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2010

UG	TRIBUNAL	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ
080001	TST	102/104/106/203	102/104/106/203 010/106	104/106/212/951 106	104/951	102	102	102	102/951	102/951	212	459/950/951	951
080009	1º Região	-	-	-	-	-	950	-	-	-	-	-	106/951
080010	2ª Região	-	106/203	161	-	-	-	-	951	951	-	951	951
080008	3ª Região	-	106	005/106/951	005	-	005	-	005/203	005/102	-	212	-
080014	4ª Região	106	203	-	-	-	-	203	951	951	-	404	177
080007	5ª Região	951	106	151/106/107	204/951	951	951	-	463	-	-	-	951
080006	6ª Região	005/102/103/951	102/103/106	102/103/106	102/103	102/103/951	102/103	102/103/951	102/103/951	102/103	102/103/203	102/103	103
080004	7ª Região	951	106/951	136/404/951	102/404/951	203/951	951	951	203/951	203/951	005/951	212/951	951
080003	8ª Região	-	106	106	-	-	-	-	951	-	-	-	-
080012	9ª Região	-	010/404	951	-	-	-	203	951	-	-	-	458
080016	10ª Região	-	203/212	203/212	113/203	-	-	203	950/951	203/951	-	203/951	951
080013	11ª Região	-	106	013/106	-	-	-	-	-	-	-	-	106
080012	12ª Região	004/203	106	105/106/203	010	-	-	-	-	-	-	-	-
080005	13ª Região	-	106/203	105/106	203	-	-	-	-	-	-	-	951
080015	14ª Região	-	106/203/212	010/106/203/212/404	205	212	106/203/212	005/203/212	203/212	203/212/404	203/212	010/212	106/212/951/954/958/999
080011	15ª Região	203	-	951	-	-	-	-	404	-	005	-	-
080018	16ª Região	-	-	106/951	-	156	-	-	-	010/951	-	-	005/102
080019	17ª Região	106/17/1203	106/17/203/212	106/203/212	203/212	203/212	203/212	-	-	-	101	-	951
080020	18ª Região	-	106	106/107/951	-	-	102	-	-	-	212	-	951
080021	21ª Região	-	106/212	106	-	-	-	212	161/404	212	-	-	951
080022	19ª Região	203	106/203	106/203	203	203/212	203/404	203	203	203	203	203	951
080023	20ª Região	-	106	106/161	-	-	-	-	-	-	212	-	-
080024	22ª Região	203	102/106/203	105/106/107	010/205/951	005/102	205	-	404/951	005/951	-	102	-
080025	23ª Região	-	106	106	-	-	-	-	-	-	-	204	106/951
080026	24ª Região	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	951
080017	Set.Orc.Fin.JT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI(Transação -CONCONFCON)

Notas:

Notas:

1 As restrições lançadas em janeiro não constam no SIAFI, por problemas técnicos ocorridos em 12/02/2010, após o registro em 11/02/2010.

1 No SIAF em fevereiro as restrições 010 e 102 foram lançadas indevidamente nas UG's, exceto na UG 080026 que não apresentou nenhuma restrição no mês.

São válidas apenas as restrições 010 e 102 referentes às UG's 080

O assunto foi objeto da Mensagem nº 2010/0356772, de 29/3/2011.

3 As restrições em destaque foram lançadas pelo Órgão Setorial de Contabilidade (UG 080027).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Durante o exercício de 2010, foram registradas as seguintes restrições contábeis nas unidades gestoras executoras da Justiça do Trabalho (Órgão 15000), conforme detalhamento no quadro anterior:

Quadro 4

CÓDIGO DE RESTRIÇÃO	DESCRIÇÃO
004	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA
005	SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE C/RMA
010	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO – ATIVO CIRCULANTE
013	SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB
102	SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB
103	EXIST. BENS IMÓVEIS NÃO CLASSIF. IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSITÓRIAS DO ATIVO PERMANENTE
105	FALTA DE ATUALIZAÇÃO MONET. ATIVOS PERMANENTES
106	FALTA DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES
107	FALTA DE AMORTIZACAO DE ATIVOS PERMANENTES
113	VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR
156	FALTA DE REGISTRO DA ASSINATURA DE CONTRATO
161	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - ATIVO COMPENSADO
171	INCONSISTÊNCIA OUTROS - ATIVO COMPENSADO
177	SUPRIMENTO DE FUNDOS - SAQUE SUPERIOR A 30%
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. PAS. CIRCUL.
204	INCONSISTÊNCIA OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE
206	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO CIRCULANTE
206	FALTA DE RECOLHIMENTO DE OBRIGAÇÕES
212	DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.
404	SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO COMPENSADO
458	FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DESPESA SUPRIM. FUNDOS
459	INCONSISTÊNCIA OUTROS – DESPESAS
950	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTÁBIL
951	FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO
954	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR
958	SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES
999	NAO ATENDIMENTO DE ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONTABILIDADE SET/CENTRAL

Fonte: SIAFI 2010 (Transação >CONRESTCON)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Em dezembro de 2010, o Órgão 15000 teve registro das restrições 005, 102, 103, 106, 177, 212, 458, 951, 954, 958 e 999, referentes a dezenove unidades gestoras (080001, 080002, 080004, 080005, 080006, 080007, 080009, 080010, 080012, 080014, 080015, 080016, 080018, 080019, 080020, 080021, 080022, 080025 e 080026). Dessas restrições, observa-se que, em sua maioria, houve registros pontuais, cabendo destacar, no entanto, a incidência durante quase todo o exercício de 2010 da restrição 102, na UG 080001, e das restrições 102 e 103 na UG 080006.

Com relação à UG 080001 (TST), cabe informar que a restrição 102 refere-se à conta 14212.87.00 – Material de Uso Duradouro, cujo registro foi motivado por diferenças verificadas entre o sistema patrimonial da UG com os registros no SIAFI.

Quanto à UG 080006 (TRT da 6ª Região), foram apresentados comentários em relação às restrições 102 e 103, a seguir transcritos:

102 – Saldo Contábil Bens Móveis Não Confere com o RMB

A diferença apontada refere-se ao montante de R\$ 81.618,27 (oitenta e um mil, seiscentos e dezoito reais, vinte e sete centavos) contabilizados na conta 14212.92.01 – Estoque Interno e não constantes no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) do almoxarifado. Não foi dado tratamento de entrada nem de saída aos referidos bens pelo Almoxarifado que, quando da aquisição, passaram pelos estágios de empenho, liquidação e pagamento.

Ressalte-se que remonta ao mês de abril do ano de 1995 a restrição decorrente da falta do registro no almoxarifado, em virtude da não apresentação do RMB para a baixa da conta de estoque interno e o lançamento em conta específica do permanente. Também não foi encaminhada documentação, para este Serviço de Contabilidade, para registro da baixa contábil dos referidos bens.

Durante o exercício de 2010, foram adotadas medidas visando à regularização. Através do processo de sindicância nº 03/2010 houve apuração e determinação pela Presidência do Órgão da baixa do referido valor, uma vez que o desaparecimento dos bens foi regularmente apurado em processo administrativo, bem como o que determinou o Tribunal de Contas da União no Processo nº 018.406/2007-3, cabendo sanção ao nosso Egrégio Tribunal no caso de reincidência ao descumprimento de determinação feita em processo de tomada ou prestação de contas.

Diante do acima exposto, ocorreu a baixa do montante de R\$ 81.618, através da nota de lançamento 2010NL000533.

103 – Existência de Bens Imóveis Não Classificados como Imóveis de Uso Especial

No exercício de 2010 foram adotadas medidas visando à regularização dos imóveis pertencentes à União, através de entrega e cessão de uso a este Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Na sequência, tem-se a relação das providências adotadas:

- I) A GRU-PE encaminhou a este Regional o Ofício de nº 2658 SEGE/SPU/PU, informando os processos que foram analisados no exercício de 2010 e quais as pendências encontradas neles.*
- II) Houve devolução à Secretaria do Patrimônio da União do imóvel situado à Rua Sigismundo*

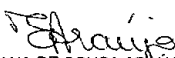


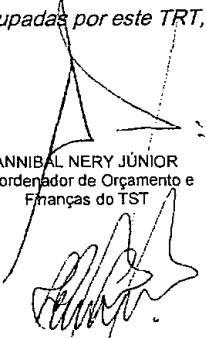
Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

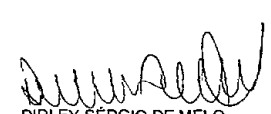
Gonçalves, nº314 – Carmo – Olinda/PE. Cadastramento de Utilização SPIUnet – RIP nº 2491.00030.500-6.

Após as medidas de regularização acima elencadas, ainda existem imóveis que faltam ser registrados no SPIUNET.

- * Edifício-Sede do TRT da 6ª Região;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Araripina;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Carpina;
- * Imóveis onde funcionam a 1ª e 2ª Varas do Trabalho em Ipojuca;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Escada, cadastrado o terreno, falta o prédio;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Salgueiro, cadastrado o terreno, falta o prédio;;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Floresta, cadastrado o terreno, falta o prédio;;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Igarassu, cadastrado o terreno, falta o prédio;;
- * Imóvel onde funciona a 1ª e 2ª Vara do Trabalho do Cabo de Santo Agostinho;
- * Imóveis onde funcionam a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Limoeiro;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Pesqueira;
- * Imóvel onde funciona as Varas do Trabalho em Petrolina, cadastrado o terreno, falta o prédio;;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Ribeirão;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Vitória de Santo Antão;
- * Imóvel onde funciona o Arquivo Geral em Vitória de Santo Antão;
- * Imóvel onde funciona a Vara do Trabalho em Palmares;
- * Imóvel onde funcionava a Vara do Trabalho de Afogados;
- * Terreno doado pela Prefeitura do Município de Paulista;
- * As salas do Edifício SUDENE ocupadas por este TRT, excetuando a sala onde funciona a 20ª VT do Recife.

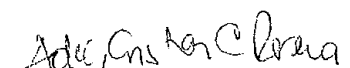

ELIANA DE SOUSA ARAÚJO
Chefe da Divisão da
Contabilidade do TST


ANNIBAL NERY JÚNIOR
Coordenador de Orçamento e
Finanças do TST


DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração, Orçamento e
Finanças do TST


GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal


HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
Secretário de Controle
Interno do TST


ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA
Secretário-Geral do Conselho Superior da
Justiça do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

III - ANEXOS



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2010	MES DEZ(PECHADO)
SUBTITULO	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	EMISSAO 27/01/2011	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		

RECEITA				DESPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	932.208,00	932.208,00	32.436.223,01	-31.504.015,01	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	11.872.611.818,00	12.108.724.220,00
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	113.814,26	-113.814,26	DESPESAS CORRENTES	11.692.934.680,00	11.883.508.912,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	1.614.896,74	-1.614.896,74	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	10.607.574.614,00	10.779.890.932,00
RECEITAS DE SERVICOS	0,00	0,00	4.206.428,11	-4.206.428,11	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.085.360.066,00	1.103.617.980,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	932.208,00	932.208,00	26.501.083,90	-25.568.875,90	DESPESAS DE CAPITAL	179.677.138,00	225.215.308,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	99.760,00	-99.760,00	INVESTIMENTOS	179.427.138,00	225.010.308,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	99.760,00	-99.760,00	INVERSOES FINANCEIRAS	250.000,00	205.000,00
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	6.767.577,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	4.467.577,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.467.577,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.300.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	2.300.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	15.000,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	15.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	15.000,00
SUBTOTAL I	932.208,00	932.208,00	32.535.983,01	-31.603.775,01	SUBTOTAL I	11.872.611.818,00	12.115.506.797,00

Elaine de Sousa Araújo
Chefe do Departamento de Contabilidade
DISCONT



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS										
TÍTULO									EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO									
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO								— EMISSAO — 27/01/2011	PAGINA 2
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA	
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO					
COTA	12.106.213.920,00	12.670.330.370,00	12.572.380.414,72	97.949.955,28	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	564.068.816,37	550.612.562,39	13.456.253,98	
REPASSE	0,00	-46.466,63	-46.466,63	0,00	DESPESAS CORRENTES	0,00	564.068.816,37	550.612.562,39	13.456.253,98	
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	563.845.577,88	550.255.971,11	13.589.606,77	
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	223.238,49	356.591,28	-133.352,79	
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.167,00	1.167,00	0,00	
					DESPESAS CORRENTES	0,00	1.167,00	1.167,00	0,00	
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	1.167,00	1.167,00	0,00	
SUBTOTAL II	12.106.213.920,00	12.670.283.903,37	12.572.333.948,09	97.949.955,28	SUBTOTAL II	0,00	564.069.983,37	550.613.729,39	13.456.253,98	
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	9.292.877,00	0,00	9.292.877,00						
RECEITA TES. DESCENTRALIZ	-932.208,00	-932.208,00	-27.532.140,71	26.599.932,71						
TOTAL	12.106.213.920,00	12.679.576.780,37	12.577.337.790,39	102.238.989,98	TOTAL	11.872.611.818,00	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	101.787.379,63	
DEFCIT TOTAL	0,00	0,00	451.610,35	-451.610,35	SUPERAVIT TOTAL					
TOTAL GERAL	12.106.213.920,00	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	101.787.379,63	TOTAL GERAL	11.872.611.818,00	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	101.787.379,63	

Eliana de Sousa Araújo
Eliana de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
12/03/2011



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
SUBTITULO	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		2010	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	EMISSAO	PAGINA	
		22/02/2011	1	

INGRESSOS			DISPENSOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	33.278.210,41	16.161.419,34	DESPESAS CORRENTES	12.368.463.618,65	11.989.613.772,13
RECEITA TRIBUTARIA	115.078,48	99,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.032.719.626,09	9.796.825.567,29
RECEITA PATRIMONIAL	1.776.525,83	1.619.806,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.087.874.076,24	998.676.792,17
RECEITA DE SERVICOS	4.505.279,11	1.085.335,65	OUTRAS DESPESAS	1.087.874.076,24	998.676.792,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.866.653,75	13.452.155,82	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.247.919.916,32	1.194.111.412,67
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	14.673,24	4.021,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.236.630.896,93	1.183.549.023,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.673,24	4.021,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.289.019,39	10.562.389,42
RECEITAS DE CAPITAL	59.760,00	11.695,43	DESPESAS DE CAPITAL	209.325.782,09	198.452.686,23
ALIENACAO DE BENS	59.760,00	11.695,43	INVESTIMENTOS	209.225.782,09	172.149.910,97
DEDUCCOES DA RECEITA	-841.987,40	-708.089,82	INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	26.302.775,26
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	26.365.569.115,55	25.701.016.326,30	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	13.820.767.308,17	13.528.633.222,21
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	25.122.392.792,73	24.358.022.725,53	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	12.550.058.844,64	12.170.174.601,99
COTA RECEBIDA	12.626.193.967,89	12.227.163.338,80	REPASSE CONCEDIDO	138.731,54	74.800,92
REPASSE RECEBIDO	52.264,91	22.256,16	SUB-REPASSE CONCEDIDO	12.448.533.998,43	12.073.393.741,19
SUB-REPASSE RECEBIDO	12.448.533.998,43	12.073.393.741,19	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	12.448.533.998,43	12.073.393.741,19
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	12.448.533.998,43	12.073.393.741,19	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.951.622,67	7.475.649,67
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	39.745.167,78	53.375.844,89	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	93.434.492,00	89.330.410,21
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	7.827.393,72	4.067.544,49	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.270.708.463,53	1.358.458.620,22
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.243.176.322,82	1.342.593.600,77	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	22.910.091,30	19.394.127,98
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	22.910.091,30	19.394.127,98	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	835.049,04	2.354.196,88
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	835.049,04	2.354.196,88	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	22.075.042,26	17.039.931,10
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	22.075.042,26	17.039.931,10	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.247.798.372,23	1.339.064.492,24
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.220.266.231,52	1.323.599.472,79	DISPENSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.681.515.170,80	1.336.912.442,92
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	1.682.320.573,14	1.337.453.227,78	VALORES EM CIRCULACAO	833.970.466,31	645.910.281,06
VALORES EM CIRCULACAO	646.353.561,95	561.889.034,38	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	833.638.054,82	645.797.563,12
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	645.797.563,12	561.526.258,90	CREDITOS TRIBUTARIOS	1.580,84	1.252,11
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	1,92	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	13.098,78	0,00
CREDITOS TRIBUTARIOS	1.252,11	35.041,69	OUTROS CREDITOS	13.098,78	0,00
RECURSOS VINCULADOS	554.746,72	327.731,87	RECURSOS VINCULADOS	327.731,87	111.465,83
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	97.502.036,49	95.604.429,96	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	97.057.803,93	86.065.255,32
VALORES DIFERIDOS	97.502.036,49	95.604.429,96	VALORES DIFERIDOS	97.057.803,93	86.065.255,32
DEPOSITOS	5.081.471,11	3.698.922,39	DEPOSITOS	3.698.922,39	4.155.290,61
CONSIGNACOES	3.917.687,75	2.736.657,80	CONSIGNACOES	2.736.657,80	3.529.320,33
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.031.970,42	698.577,41	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	698.577,41	417.790,30
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	131.812,94	263.687,18	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	263.687,18	208.179,98
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	700.597.616,22	527.785.086,16	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	493.125.688,62	440.984.677,45
FORNECEDORES	12.908.213,08	11.308.017,54	FORNECEDORES	11.308.017,54	8.738.405,23
DO EXERCICIO	5.582.827,05	6.245.541,74	DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.308.017,54	8.738.405,23
DE EXERCICIOS ANTERIORES	7.325.386,03	5.062.475,80	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	16.079.616,60	7.300.990,65
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	20.159.124,35	16.079.616,60	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	349.987.538,40	334.298.966,49
RESTOS A PAGAR	505.725.428,58	384.646.935,94	VALORES EM TRANSITO	82.568,11	74.499,86
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	461.516.881,26	349.987.538,40	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	115.658.200,62	90.568.154,56



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO	MES
SUBSTITUTO	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		2010	DEZ(FECHADO)
DRGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		EMISSAO	PAGINA
			22/02/2011	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
CANCELADO	44.208.547,32	34.559.397,54	OUTROS DEBITOS	683,91	3.245,66
VALORES EM TRANSITO	109.662,36	82.568,11	OUTRAS OBRIGACOES	9.063,44	415,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	161.646.182,77	115.558.200,62	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	181.300,00	77.711,50
OUTROS DEBITOS	0,00	683,91	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	181.300,00	77.711,50
OUTRAS OBRIGACOES	49.005,08	9.063,44	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	253.480.989,55	159.719.226,98
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	352.600,00	154.983,53	BAIXA DE DIREITOS	61.483.564,68	36.565.323,27
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	352.600,00	154.983,53	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	61.483.564,68	36.565.323,27
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	232.423.287,37	148.320.771,36	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	166.135.150,84	121.988.704,59
INCORPORACAO DE DIREITOS	161.646.182,77	118.985.554,47	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	165.953.850,84	118.584.078,71
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	161.646.182,77	115.558.200,62	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	181.300,00	3.404.625,88
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	0,00	3.327.353,85	AJUSTES DE OBRIGACOES	25.862.274,03	1.165.199,12
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	66.178.463,61	28.192.801,12	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	25.862.274,03	1.165.199,12
EXERCICIOS ANTERIORES	393.702,65	273.440,54			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	65.794.760,96	27.919.360,58			
AJUSTES DE CREDITOS	4.598.640,99	1.142.415,77			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	4.598.640,99	1.142.415,77			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	754.579,14	432.123,60	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	1.108.371,13	754.579,14
OUTRAS DISPONIBILIDADES	754.579,14	432.123,60	OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.108.371,13	754.579,14
INGRESSOS	28.081.180.250,84	27.054.366.702,63	DISPENDIOS	28.081.180.250,84	27.054.366.702,63

Eliana de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
CICONT



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	15000 - JUSTICA DO TRABALHO	EMISSAO 27/01/2011	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO		

ATIVO		2010	2009	PASSIVO		2010	2009
TITULOS				TITULOS			
ATIVO FINANCEIRO			650.620.938,86	PASSIVO FINANCEIRO		755.459.778,73	586.382.753,09
DISPONIVEL		842.578.499,29	754.579,14	DEPOSITOS		5.081.471,11	3.698.922,39
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		1.108.371,13	754.579,14	CONSIGNACOES		3.917.687,75	2.736.657,80
CREDITOS EM CIRCULACAO		833.642.734,44	645.798.815,23	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		131.812,94	263.687,18
CREDITOS A RECEBER		14.679,62	1.252,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		1.031.970,42	698.577,41
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		671.981.872,05	530.139.362,50	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		656.389.068,90	493.125.688,62
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		161.646.182,77	115.558.200,62	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		33.114.528,29	27.388.318,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		7.827.393,72	4.067.544,49	FORNECEDORES - DO EXERCICIO		5.582.827,05	6.245.941,74
VALORES DIFERIDOS		7.827.393,72	4.067.544,49	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES		7.325.386,03	5.062.475,80
ATIVO NAO FINANCEIRO		2.435.122.461,47	2.265.243.912,09	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		0,00	1.064.481,14
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		71.914.384,08	70.573.098,41	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES		378.660,18	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO		46.660.194,45	44.538.273,60	PRECATORIOS		19.780.464,17	14.977.551,58
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-161.646.182,77	-115.558.200,62	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	37.583,88
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		2.346,90	3.405,12	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		47.190,86	683,91
DIVERSOS RESPONSABILIS		3.243.155,89	1.280.676,74	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		461.516.881,26	349.987.538,40
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		202.193.980,28	158.402.073,84	A LIQUIDAR		461.516.881,26	349.987.538,40
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		2.866.894,15	510.318,52	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		109.662,36	82.568,11
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		25.254.189,63	26.034.824,81	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		161.646.182,77	115.658.200,62
ESTOQUES		25.254.189,63	26.034.824,81	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		1.814,22	9.063,44
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		96.859,80	208.012,12	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		93.434.492,00	89.230.410,21
DESPESAS ANTECIPADAS		96.859,80	208.012,12	VALORES DIFERIDOS		93.434.492,00	89.230.410,21
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		670.582,64	604.557,94	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		554.746,72	327.731,87
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		85.520,58	65.279,52	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		554.746,72	327.731,87
RECURSOS VINCULADOS		85.520,58	65.279,52	PASSIVO NAO FINANCEIRO		1.834.348.078,44	555.422.117,79
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		585.062,06	539.278,42	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		1.819.000.791,38	555.417.806,37
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		522.144,26	476.360,62	FORNECEDORES A PAGAR		10.492.493,70	733.230.581,86
CREDITOS A RECEBER		62.917,80	62.917,80	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		92.822.551,84	43.370.399,07
PERMANENTE		2.362.440.634,95	2.193.858.243,62	PESSOAL A PAGAR		1.512.371.376,17	0,00
IMOBILIZADO		2.356.472.440,97	2.193.782.934,09	PROVISORES		82.826.063,43	20.047.559,92
BENS MOVEIS E IMOVEIS		2.381.691.992,38	2.198.349.633,15	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR		-161.646.182,77	-115.658.200,62
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-25.219.551,41	-4.566.699,06	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-161.646.182,77	-115.658.200,62
INTANGIVEL		5.968.193,98	75.309,53	OUTROS DEBITOS A PAGAR		119.229,00	0,00
ATIVO REAL		3.277.700.960,76	2.915.864.850,95	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR		0,00	4.008.005,15
				PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)		69.156.050,84	67.664.765,21
				PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)		674.376.090,43	152.742.234,18
				RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-461.516.881,26	-349.987.538,40
				EXIGIVEL A LONGO PRAZO		15.347.287,06	4.311,42
				OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		15.347.287,06	4.311,42
				OBRIGACOES A PAGAR		15.347.287,06	4.311,42
				PASSIVO REAL		2.589.807.857,17	1.141.804.870,88
				PATRIMONIO LIQUIDO		687.893.103,59	1.774.059.980,07
				PATRIMONIO/CAPITAL		1.766.263.512,64	2.197.106.752,02

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO		2010	DEZ(FECHADO)
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO		EMISSION	PAGINA
			27/01/2011	2

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2009
ATIVO COMPENSADO		PATRIMÔNIO	2.197.106.752,02
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS		AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B		RESULTADO DO PERÍODO	-423.046.771,95
GARANTIAS DE VALORES		SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	2.915.864.850,95
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.338.911.622,90
OUTRAS COMPENSAÇÕES		PASSIVO COMPENSADO	2.579.527.193,63
	1.056.652.383,81	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.579.527.193,63
	1.056.652.383,81	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	20.474.149,41
	26.847.045,73	VALORES EM GARANTIA	68.053.210,55
	71.446.538,53	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	772.955.727,81
	957.594.281,94	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	1.718.044.105,86
	764.517,61		5.495.392.044,58
ATIVO	4.334.353.344,57	PASSIVO	4.334.353.344,57

Refrain
Eliana de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
DCCONT



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS			EXERCICIO	MES
SUBTITULO	15000 - JUSTICA DO TRABALHO			2010	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO			EMISSAO	PAGINA
				28/02/2011	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	26.189.510.120,69	25.239.492.494,26	ORCAMENTARIAS	25.201.695.316,31	24.446.286.454,99
RECEITAS CORRENTES	33.278.210,41	16.161.419,34	DESPESAS CORRENTES	12.368.463.619,65	11.989.613.772,13
RECEITA TRIBUTARIA	115.078,48	99,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.032.719.616,09	9.796.825.567,29
RECEITA PATRIMONIAL	1.776.525,83	1.619.806,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.087.824.016,24	998.676.792,17
RECEITA DE SERVICOS	4.505.279,11	1.085.335,65	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.247.919.916,32	1.194.111.412,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26.866.653,75	11.452.115,82	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.236.630.816,93	1.183.549.023,25
RECETA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	14.673,24	4.021,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.289.019,39	10.562.389,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.760,00	11.695,43	DESPESAS DE CAPITAL	209.325.712,09	196.452.686,23
RECETAS DE CAPITAL	99.760,00	11.695,43	INVESTIMENTOS	209.225.712,09	172.148.910,97
ALIENACAO DE BENS	99.760,00	11.695,43	INVERSOES FINANCEIRAS	100.000,00	26.302.775,26
DEDUÇÕES DA RECEITA	-841.987,40	-708.089,82	INTERFERENCIAS PASSIVAS	12.550.058.844,64	12.170.174.601,99
INTERFERENCIAS ATIVAS	25.122.392.792,73	24.356.022.725,53	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	12.550.058.844,64	12.170.174.601,99
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	25.122.392.792,73	24.356.022.725,53	REPASSSE CONCEDIDO	138.711,54	74.800,92
COTA RECEBIDA	92.264,91	22.256,16	SUB-REPASSSE CONCEDIDO	12.448.533.918,43	12.073.393.741,19
REPASSSE RECEBIDO	12.448.533.998,43	12.073.393.741,19	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.951.622,67	7.475.649,67
SUB-REPASSSE RECEBIDO	39.745.167,78	51.375.844,89	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	93.434.412,00	89.230.410,21
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	7.827.393,72	4.067.544,45	MUTACOES PASSIVAS	73.847.040,93	86.045.394,64
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	107.892.287,25	89.932.366,13	DESNICORPACOES DE ATIVOS	73.847.040,93	86.045.394,64
MUTACOES ATIVAS	1.034.581.344,95	866.004.743,78	LIQUIDACAO DE CREDITOS	5.697.865.343,29	4.826.668.728,14
INCORPORACOES DE ATIVOS	642.863.057,28	560.880.856,70	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.276.249.516,13	1.368.215.201,15
AQUISICOES DE BENS	107.892.287,25	89.932.366,13	INTERFERENCIAS PASSIVAS	5.359.612,60	9.678.859,43
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	534.666.365,80	470.568.846,41	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	23.091.311,30	19.471.839,48
DESNICORPACAO DE PASSIVOS	391.718.287,67	305.123.887,08	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.247.798.372,23	1.339.064.492,24
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.628.678.403,58	3.614.415.916,92	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	4.421.615.717,16	3.458.451.526,99
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.248.898.755,42	1.352.827.453,73	DESNICORPACOES PATRIMONIAIS	852.807.449,62	617.205.856,75
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	5.359.632,60	9.678.869,43	BAIXA DE BENS INOVEIS	113.009.025,06	31.903.460,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	23.272.691,30	19.549.111,51	BAIXA DE BENS NOVEIS	83.762.114,48	84.741.975,73
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.220.266.231,52	1.321.599.472,75	BAIXA DE BENS DIRETOS	656.036.200,08	500.560.420,36
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.379.779.648,16	2.257.588.463,16	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	80.249.043,58	7.205.465,74
INCORPORACOES DE ATIVOS	736.882.001,11	560.952.967,68	DESNICORPACAO DE BENS	62.168.931,97	2.632.781,03
INCORPORACAO DE BENS INOVEIS	190.634.289,96	83.755.098,28	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	18.080.119,61	4.572.684,71
INCORPORACAO DE BENS NOVEIS	73.418.683,66	120.645.524,05	INCORPORACAO DE PASSIVOS	3.454.030.944,37	2.819.252.074,72
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	2.095.880,42	0,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	5.134,45
INCORPORACAO DE DIREITOS	470.723.146,87	356.552.345,35	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	34.528.219,59	14.780.995,33
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	83.594.917,74	83.190.278,92	AJUSTES FINANCEIROS	25.862.274,03	1.165.199,12
REVALUACOES DE BENS	77.178.987,32	73.491.473,31	AJUSTES NAO FINANCEIROS	8.665.915,56	13.615.796,21
AJUSTES DE CREDITOS	6.8713,15	16.106,88	SUPERAVIT	0,00	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	5.707.217,27	9.682.698,73			
DESNICORPACAO DE PASSIVOS	1.553.448.658,62	1.611.578.045,62			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.944.070,89	1.867.170,97			
AJUSTES FINANCEIROS	4.598.640,99	1.142.415,77			



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2010	MES	DEZ (FECHADO)
SUBTÍTULO	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	EMISSÃO	28/02/2011	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO				

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TÍTULOS	2010	TÍTULOS	2009
AJUSTES NÃO FINANCEIROS	1.345.429,90		
RESULTADO PATRIMONIAL	1.081.372.125,33		
DEPÓSITO	1.081.372.125,33		
VARIACOES ATIVAS	30.899.560.649,60	VARIACOES PASSIVAS	29.272.955.183,13
			29.272.955.183,13

retrou
Eliana de Sousa Araújo
Chefe de Departamento de Contabilidade
DNCOM

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2010	MES DEZ/FECHADO
SUBTÍTULO	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO		EMISSÃO 27/01/2011	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS				
TÍTULOS	2010	2009	2010	2009
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	1.108.371,23	754.579,14	-833.642.734,44	-645.798.815,23
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS	1.108.371,13	754.579,14	-833.642.734,44	-645.798.815,23
			-1.580,84	-1.252,11
			-833.628.654,82	-645.787.563,12
			-671.981.872,05	-530.139.362,50
			-161.646.182,77	-115.658.200,62
			-13.098,78	0,00
			-13.098,78	0,00
			-7.827.393,72	-4.067.544,49
			-7.827.393,72	-4.067.544,49
			5.081.471,11	3.698.972,39
			3.917.687,75	2.736.657,80
			131.612,94	263.687,18
			1.031.570,42	698.577,41
			656.389.668,90	493.126.688,62
			656.330.401,46	493.031.373,16
			12.908.213,08	11.308.017,54
			5.982.627,05	6.245.541,74
			7.325.386,03	5.062.475,80
			20.159.124,35	16.042.032,72
			0,00	1.864.481,14
			378.660,18	0,00
			19.780.464,17	14.977.551,58
			0,00	37.583,88
			461.516.681,26	349.987.538,40
			461.516.681,26	349.987.538,40
			161.646.182,77	115.658.200,62
			47.190,86	683,91
			47.190,86	683,91
			109.662,36	82.568,11
			109.662,36	82.568,11
			1.814,22	9.063,44
			93.434.492,00	89.230.410,21
			93.434.492,00	89.230.410,21
			554.746,72	327.731,87
			554.746,72	327.731,87
			87.118.720,56	64.238.185,77
			172.725.818,84	149.401.051,49
			-161.646.182,77	-115.658.200,62
			-85.607.088,28	-85.161.865,72
			-85.607.088,28	-85.161.865,72
			-85.607.088,28	-85.161.865,72



TTTITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2010	MES	DEZ(FECHA00)
SUBTÍTULO	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	EMISSÃO	27/01/2011	PÁGINA	2
ORGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO				

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			
TITULOS	2010	2009	TITULOS		2009
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSEDEFERIDO RECEBI	-7.827.399,72	-4.067.544,49
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSEDEFERIDO CONCED	7.827.399,72	4.067.544,49
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.108.371,13	754.579,14	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.108.371,13	754.579,14

Eduardo
Eduardo de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
DCONT

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (*) (*) (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (*) (*) (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.657	1.613	44
59 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc.Serv.	9.015	2.988	6.027
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	10.672	4.601	6.071
00 - Recursos Ordinários (*)	796.995	340.662	456.333
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	14.713	2.537	12.176
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	4.236	25	4.211
51 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	6.152	6.106	46
53 - Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social	9.810	9.810	-
90 - Recursos Diversos	1	-	1
			-
			-
			-
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	831.907	359.140	472.767
TOTAL (III) = (I + II)	842.579	363.741	478.838
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	10.672	4.601	6.071

FONTE: SIAFI - DICON/SEAOF/TST

Notas: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

² Nas colunas "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Obrigações Financeiras" estão incluídos R\$ 1.108 mil, como recursos vinculados, referentes a cauções recebidas em garantia.

³ Os valores abaixo discriminados foram incluídos em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.373/2006 - TCU - Plenário, relativos às disponibilidades e obrigações financeiras do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho:

- a) 11216.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: R\$ 326.630 mil.
- b) 11424.00.00 - Sub-Repasso Concedido Diferido: R\$ 7.827 mil.
- c) 21216.22.00 - Recursos a Liberar para Pagamento de RP: R\$ 161.646 mil.
- d) 21422.00.00 - Cota Recebida Diferida: R\$ 85.607 mil.


Eliana de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
DICONT

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.968.455	114.963	11.083.598
Pessoal Ativo	8.429.599	72.771	8.502.370
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	7.746	-	7.746
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	347.119	17.150	364.269
Demais despesas com Pessoal Ativo	8.074.734	55.621	8.130.355
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.538.836	42.192	2.581.028
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	5.396	-	5.396
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	2.533.440	42.192	2.575.632
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.162.425	108.526	3.270.951
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	787	-	787
Decorrentes de Decisão Judicial	354.911	17.150	372.061
Despesas de Exercícios Anteriores	398.610	85.385	483.995
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.408.117	5.991	2.414.108
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.806.010	6.437	7.812.447

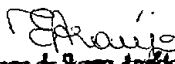
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	1,561619%	0,001288%	1,562906%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	3,058979%		15.290.815
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	2,906030%		14.526.274

FONTE: SIAFI - DICON/SEAO/TST

Notas: 1 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Eliana de Sousa Araújo
Chefe da Divisão de Contabilidade
DICON

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

GF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

GF - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III, alínea "b")

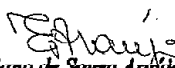
RS mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	951	49	44	
99 - Contribuição Patronal Para o Plano da Seguridade Soc. Serv.	-	-	269	5.942	6.027	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	1.220	5.991	6.071	-
00 - Recursos Ordinários	13.016	4.741	67.684	371.198	456.333	
07 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	118	1.069	895	10.242	12.176	
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	25	-	4.287	4.211	
51 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	6.106	-	-	-	46	
53 - Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social	8.267	-	-	-	-	
90 - Recursos Diversos	-	-	-	-	1	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	27.507	5.835	68.579	385.727	472.767	-
TOTAL (III) = (I + II)	27.507	5.835	69.799	391.718	478.838	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	1.220	5.991	6.071	

Fonte: SIAFI e Anexo V Consolidado da Justiça do Trabalho.

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

²Incluído o valor de R\$ 87.205 mil referente à Disponibilidade de Caixa Líquida do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário.


Eliana de Sousa Araújo
Chefe de Divisão de Contabilidade
DISCONT

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA / AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		(A)	(B)	(C) = (A-B)	(D)	(E)	(F) = (C+D+E)	(G)	(H) = (F-G)	(I)	(J)	(L) = (J-I)	(M) = (M-I) x 100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Cancelamento Suplementar	Dotação Atualizada	Descentralização Interna Líquida	Descentralização Externa Líquida	Orçamento Total	Crédito Contingenciado	Orçamento Disponível	Líquida	Inscrita em RP Não Processados	Total	% de Desp. Liquidada
PROGRAMA 0039 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO		22.918.519.545,00	362.685.191,00	2.581.304.546,00	0,00	0,00	2.581.304.546,00	0,00	2.581.304.546,00	2.538.135.699,90	42.191.633,62	2.581.027.533,72	98,35
0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	2.184.874.627,00	358.430.019,00	2.581.304.646,00	0,00	0,00	2.581.304.646,00	0,00	2.581.304.646,00	2.538.135.699,90	42.191.633,62	2.581.027.533,72	98,35
0005	Restituição de Cargos, Carreiras e Funções de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União - Aposentadorias, Reformas e Pensões	33.744.918,00	(33.744.918,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA 1855 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPRIMEO TRIBUNAL FEDERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00	15.600,00	100,00
6359	Aplicação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00	15.600,00	100,00
PROGRAMA 3569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL		0,00	0,00	0,00	0,00	5.425,00	5.425,00	0,00	5.425,00	5.425,00	0,00	5.425,00	100,00
4081	Capellação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.425,00	5.425,00	0,00	5.425,00	5.425,00	0,00	5.425,00	100,00
PROGRAMA 3570 - GESTAODO PROCESSO ELEITORAL		0,00	0,00	0,00	0,00	7.750,00	7.750,00	0,00	7.750,00	7.750,00	0,00	7.750,00	100,00
4081	Capellação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	7.750,00	7.750,00	0,00	7.750,00	7.750,00	0,00	7.750,00	100,00
PROGRAMA 3571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		9.018.766.535,00	517.420.819,00	9.534.048.419,46	0,00	(38.771,64)	9.534.048.419,46	12.342.887,00	9.521.705.532,46	9.146.174.320,90	289.873.618,72	9.448.148.137,61	98,06
0918	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.154.540.205,00	122.894.819,00	1.277.425.021,00	0,00	0,00	1.277.425.021,00	0,00	1.277.425.021,00	1.186.475.890,35	31.708.986,17	1.217.242.876,52	92,86
0004	Citacao e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação dos Cargos, Carreiras e Funções de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União	246.364.758,00	(246.364.758,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10WS	Contribuição do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM	17.234.171,00	(5.170.250,00)	12.063.921,00	0,00	0,00	12.063.921,00	7.959.853,42	4.104.067,58	2.440.406,00	1.513.520,15	3.953.926,33	59,46
10MT	Contribuição do Fórum Trabalhista de João Pessoa - PB	1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	316.180,80	1.483.839,20	3.000.000,00	17,21
11A7	Contribuição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em Recife - PE	2.300.000,00	(2.300.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11SC	Contribuição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em Teresina - PI	1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	112.400,00	1.387.599,82	1.499.999,82	7,49
11BH	Contribuição do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Mogi-Guaçu - SP	700.000,00	700.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	389.341,72	10.458,28	700.000,00	98,51
11BO	Contribuição do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Rio Claro - SP	700.000,00	700.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00	132.379,09	567.621,00	81.879,00	485.742,00	567.621,00	14,42
11EL	Contribuição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Salvador - BA	1.500.000,00	7.480.000,00	8.980.000,00	0,00	0,00	8.980.000,00	0,00	8.980.000,00	479.036,71	1.500.953,29	8.980.000,00	5,33
11EN	Contribuição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS	8.600.000,00	5.000.000,00	13.600.000,00	0,00	0,00	13.600.000,00	0,00	13.600.000,00	3.204.779,80	11.395.220,20	13.600.000,00	23,98
11ET	Contribuição do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Juvileia - SC	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.300.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00
11EX	Contribuição do Fórum Trabalhista em Jundiaí - PR	2.650.000,00	0,00	2.650.000,00	0,00	0,00	2.650.000,00	0,00	2.650.000,00	0,00	1.650.000,00	2.650.000,00	-
11HA	Contribuição do Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA	2.350.000,00	(705.000,00)	1.645.000,00	0,00	0,00	1.645.000,00	184.712,00	1.460.288,00	10.282,23	0,00	10.282,23	0,70
11IR	Contribuição do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Presidente Dutra - MA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	122.231,85	374.768,15	500.000,00	25,95
11MT	Contribuição do Fórum Trabalhista em General Falcão - MG	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00	775.363,00	74.618,40	350.000,00	78,69
127M	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região	0,00	5.337.181,00	5.337.181,00	0,00	0,00	5.337.181,00	0,00	5.337.181,00	858.024,78	1.355.873,34	4.013.698,12	12,33
1311	(sem descrição)	0,00	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1318	(sem descrição)	0,00	1.340.000,00	1.340.000,00	0,00	0,00	1.340.000,00	0,00	1.340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1A55	Contribuição do Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ	600.000,00	(180.000,00)	420.000,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1B32	Contribuição do Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	894.564,61	1.305.445,39	4.000.000,00	17,36
1B39	Contribuição do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	24.988.253,00	0,00	24.988.253,00	0,00	0,00	24.988.253,00	0,00	24.988.253,00	4.431.120,58	26.945.132,42	24.988.253,00	18,98
1B51	Contribuição do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
1C41	Contribuição do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Água Boa - MT	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	284.434,14	315.565,86	600.000,00	47,41
1109	Contribuição do Edifício-Sede da Vara de Trabalho em Pira Branco - PR	930.400,00	0,00	930.400,00	0,00	0,00	930.400,00	385.919,00	544.481,00	0,00	0,00	0,00	0,00

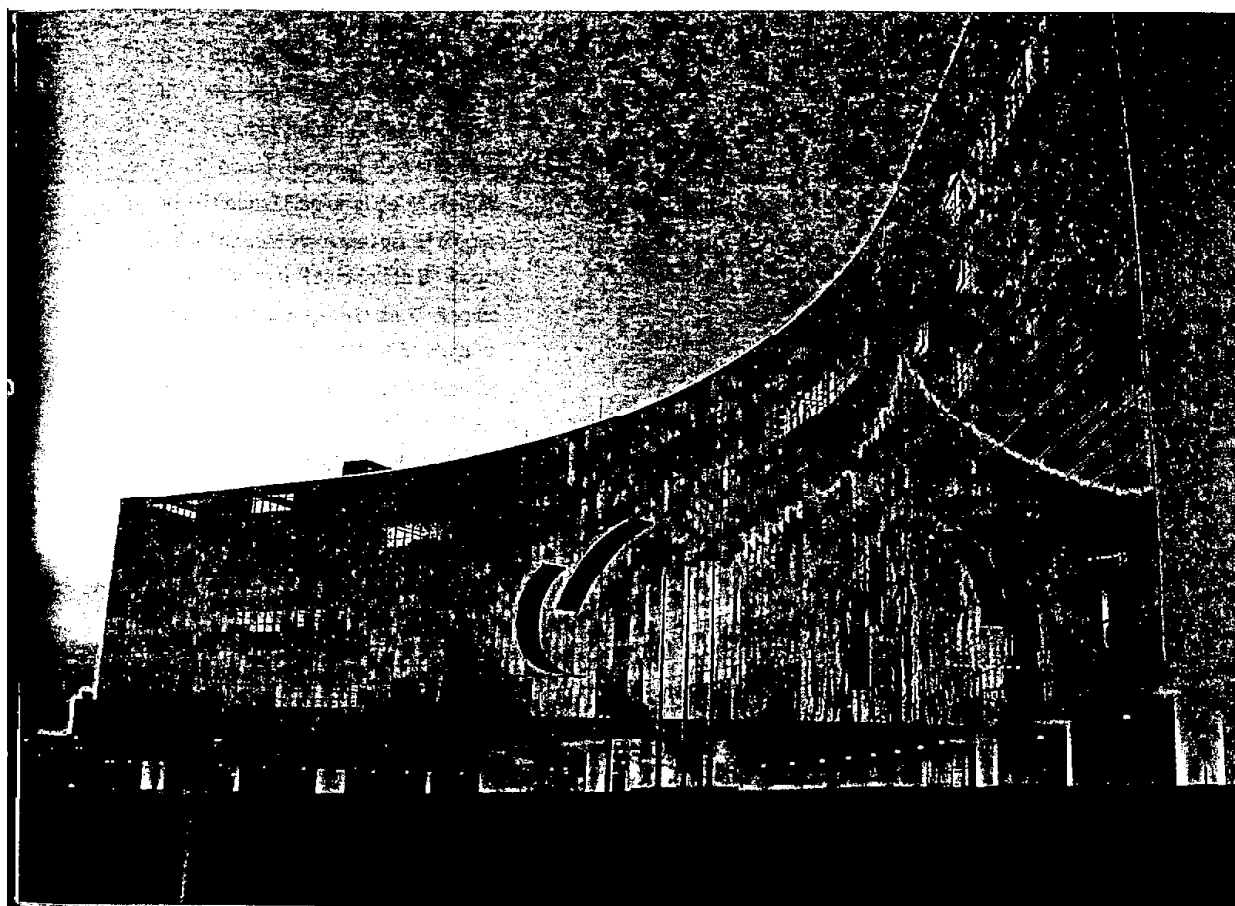
Elabora: João Vitor
Chefe de Divisão de Contabilidade
DICONT

PROGRAMA / AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		(A)	(B)	(C) = (A+B)	(D)	(E)	(F) = (C+D+E)	(G)	(H) = (F+G)	(I)	(J)	(L) = (J+I)	(M) = (M+L)
CODIGO	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Cancelamento Suplementar	Dotação Autorizada	Descentralização Interna/Líquida	Descentralização Externa/Líquida	Orçamento Total	Crédito Confinado	Orçamento Disponível	Liquidez	Despesa Executada Inscrita em RP Não Processadas	Total	% de Desej. Liquidada
1169	Ampliação do Edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em Belém - PA	1.500.000,00	(92.000,00)	1.408.000,00	0,00	0,00	1.408.000,00	1.399.700,00	1.300,00	0,00	0,00	8.300,00	100,00
1M42	Construção de Edifício destinado ao Depósito Judicial da cidade de Goiânia - GO	177.033,00	0,00	177.033,00	0,00	0,00	177.033,00	0,00	17.033,00	145.650,66	16.374,36	162.031,02	82,30
1M72	Construção do Edifício-sede do Fórum Trabalhista de Aqualima - TO	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	272.633,07	1.727.376,93	2.000.000,00	13,63
1M76	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Dindópolia - TO	520.000,00	(46.089,00)	473.911,00	0,00	0,00	473.911,00	0,00	471.901,00	0,00	471.900,55	471.900,55	0,00
1M91	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Dindópolia - MS	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	84.295,20	415.713,80	500.000,00	16,86
1M98	Construção do Edifício-Sede da Vara de Trabalho de Riachão das Neves - MG	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
1N02	Construção do Edifício-sede do Fórum Trabalhista de Mearim - AL	1.500.000,00	(460.000,00)	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1P66	Modernização de Instalações Físicas do Juízo do Trabalho 20.330.000,00 (R\$945.552,00)	20.330.000,00	(945.552,00)	14.384.448,00	0,00	0,00	14.384.448,00	1.000.293,68	13.384.154,42	5.072.347,79	8.200.815,60	13.273.165,39	37,90
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	124.770.713,00	21.410.756,00	146.181.469,00	0,00	0,00	146.181.469,00	0,00	146.181.469,00	139.336.751,96	6.899.351,00	146.026.307,96	95,31
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	23.055.579,00	4.078.912,00	27.134.491,00	0,00	0,00	27.134.491,00	0,00	27.134.491,00	27.393.638,97	223.773,68	27.507.615,35	98,66
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	4.860.843,00	1.203.252,00	6.064.095,00	0,00	0,00	6.064.095,00	0,00	6.064.095,00	5.868.173,62	152.522,32	6.020.785,64	96,77
2012	Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados	264.437.145,00	13.605.110,00	278.042.255,00	0,00	0,00	278.042.255,00	0,00	278.042.255,00	277.382.617,82	279.653,11	277.642.175,93	99,76
2050	Divulgação dos Atos do Poder Judiciário e dos Serviços Essenciais à Justiça - TV Justiça	700.000,00	210.000,00	910.000,00	0,00	0,00	910.000,00	0,00	910.000,00	389.471,94	517.844,76	887.116,40	40,00
20AK	Custo do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais e do Regime de Previdência dos Servidores Estaduais e Municipais	45.415.847,00	(45.415.847,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Judicial na Justiça do Trabalho (SISJUS)	35.000.000,00	(98.000,00)	34.902.000,00	0,00	0,00	34.902.000,00	0,00	34.902.000,00	29.280.093,45	5.075.945,43	34.358.035,88	83,89
4091	Capacitação de Recursos Humanos	18.367.688,00	(1.139.165,00)	17.228.523,00	0,00	0,00	17.228.523,00	0,00	17.199.274,39	13.965.913,40	2.324.714,11	16.320.327,51	81,37
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	25.911.088,00	757.225,00	26.668.313,00	0,00	0,00	26.668.313,00	0,00	26.668.313,00	25.044.327,49	528.975,25	26.573.302,74	97,68
4266	Aplicação de Cursos na Justiça do Trabalho	5.927.463.316,00	627.303.039,00	7.554.766.355,00	0,00	(109.484,58)	7.554.656.870,42	250.000,00	7.554.406.870,42	7.395.785.811,06	51.358.462,65	7.546.154.094,51	97,91
5093	Impunção de Sistema Integrado de Gestão da Informação Judicial na Justiça do Trabalho (SISJUS)	42.778.500,00	12.252.895,00	55.031.395,00	0,00	0,00	55.031.395,00	0,00	55.031.395,00	21.962.556,03	32.966.878,39	54.928.435,42	39,91
7P54	Aquisição do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Xingorá - PA	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100,00
7P55	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Muro - SE	700.000,00	210.000,00	910.000,00	0,00	0,00	910.000,00	0,00	910.000,00	0,00	910.000,00	910.000,00	0,00
7P64	Aquisição de Imóvel para Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Aracati - CE	150.000,00	(45.000,00)	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8134	Manutenção de Varas Iluminadas na Justiça do Trabalho	1.403.000,00	(161.900,00)	1.241.100,00	0,00	0,00	1.241.100,00	0,00	1.241.100,00	931.021,07	18.864,12	949.885,19	75,02
PROGRAMA 1591 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	27.341,03	27.341,03	0,00	27.341,03	27.341,03	0,00	27.341,03	100,00
4262	Ofício do Interesses Públicos no Processo Judiciário - Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	27.341,03	27.341,03	0,00	27.341,03	27.341,03	0,00	27.341,03	100,00
PROGRAMA 1901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JURÍDICAS		837.225.738,00	(637.210.738,00)	15.000,00	0,00	584.116.450,00	584.131.450,00	0,00	964.131.450,00	500.948.827,36	49.562.837,12	550.511.464,48	88,80
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Juízo (Prescrição) devida à União, Autarquias e Fundações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	475.701.437,00	475.701.437,00	0,00	475.701.437,00	421.349.418,59	45.077.299,71	489.026.815,30	98,99
00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço), Aposentadorias e Pensões	202.625.050,00	(202.625.050,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00FK	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço), Pensões e Custas e Regime de Previdência	357.131.679,00	(357.131.679,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00FO	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço), Pensões Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)	77.469.899,00	(77.469.899,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0625	Pagamento de Sentença Judicial Transitada em Juízo de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	86.415.013,00	86.415.013,00	0,00	86.415.013,00	77.619.308,77	3.875.340,41	81.494.649,18	97,79
0716	Pagamento de Sentença Judicial Transitada em Juízo de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROGRAMA 220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA		0,00	0,00	0,00	0,00	36.148,88	36.148,88	0,00	36.148,88	36.148,88	0,00	36.148,88	100,00
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	11.572.811.816,00	0,00	11.572.811.816,00	0,00	36.148,88	36.148,88	0,00	36.148,88	36.148,88	0,00	36.148,88	100,00
TOTAL		11.572.811.816,00	242.954.879,00	12.115.506.777,00	0,00	964.089.983,37	12.879.578.760,37	12.342.897,03	12.857.235.863,37	12.688.071.113,07	311.715.287,67	12.877.769.400,74	96,20

FONTE: SIAFI Gerencial.

Relatório de Contabilidade
Custo de Contabilidade
DICONT

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Relatório de Prestação de Contas

Justiça do Trabalho – Exercício 2010

Volume III – Programas e Ações da Justiça do Trabalho

VOLUME III
PROGRAMAS E AÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

I – Justiça do Trabalho	115
II – Tribunal Superior do Trabalho	122
III – Tribunal Regional da 1ª Região	124
IV - Tribunal Regional da 2ª Região	126
V - Tribunal Regional da 3ª Região	128
VI - Tribunal Regional da 4ª Região	130
VII - Tribunal Regional da 5ª Região	132
VIII - Tribunal Regional da 6ª Região	134
IX - Tribunal Regional da 7ª Região	136
X - Tribunal Regional da 8ª Região	138
XI - Tribunal Regional da 9ª Região	140
XII - Tribunal Regional da 10ª Região	142
XIII - Tribunal Regional da 11ª Região	144
XIV - Tribunal Regional da 12ª Região	146
XV - Tribunal Regional da 13ª Região	148
XVI - Tribunal Regional da 14ª Região	150
XVII - Tribunal Regional da 15ª Região	152
XVIII - Tribunal Regional da 16ª Região	154
XIX - Tribunal Regional da 17ª Região	156
XX - Tribunal Regional da 18ª Região	158
XXI - Tribunal Regional da 19ª Região	160
XXII - Tribunal Regional da 20ª Região	162
XXIII - Tribunal Regional da 21ª Região	164
XXIV - Tribunal Regional da 22ª Região	166
XXV - Tribunal Regional da 23ª Região	168
XXVI - Tribunal Regional da 24ª Região	170

CONSOLIDADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – UO 15.000
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	75,1
(3)	DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITO RECEBIDAS PARA A REALIZAÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS	92.284,91	92.284,91	100,0	0,00
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	564.131.450,00	550.521.484,48	97,59	21,33
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	20,52
TOTAIS		12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	8.093.602.865,46	8.084.517.647,41	99,89	64,28
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.277.423.021,00	1.217.242.070,92	95,29	12,09
-	PROJETOS	163.020.533,00	144.387.613,70	88,57	1,53
TOTAIS		9.534.048.419,46	9.446.148.137,63	99,08	75,1

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		
			PREVISÃO	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA	
							VALOR	(1)
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	PROCESSOS JULGADOS	3065924	2936556	95,78	7.554.656.870,42	7.548.154.094,51	99,91
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	27200	36364	133,69	26.668.311,00	26.573.302,74	99,64
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	38207	39293	102,82	278.042.255,00	277.642.170,93	99,86
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	120797	116593	96,52	146.181.469,00	146.026.302,96	99,89
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	7077	7265	102,66	27.734.491,00	27.587.612,35	99,47
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	37602	46643	124,04	17.199.274,04	16.320.327,51	94,89
2C73	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (5)	SISTEMA MANTIDO	1	1	100,0	34.905.000,00	34.356.038,88	98,43
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	3914	2830,5	72,32	6.064.095,00	6.020.795,94	99,29
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	147	145	98,64	1.241.100,00	949.885,19	76,54
2058	DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS À JUSTIÇA – TV JUSTIÇA	PROGRAMA VEICULADO	50	52	104,0	910.000,00	887.116,40	97,49
TOTAIS						8.093.602.865,46	8.084.517.647,41	99,89

CONSOLIDADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – UO 15.000									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS							
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)				
			VALOR	(1)					
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	12,89				
TOTAIS		1.277.425.021,00	1.217.242.876,52	95,29	12,89				
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS NACIONAIS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (6)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	5	1,227	24,54	14.394.449,00	13.273.163,39	92,27	9,19
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (7)	SISTEMA IMPLANTADO	11,35	3,592	31,65	55.029.396,00	54.928.436,42	99,82	38,04
TOTAIS DOS PROJETOS NACIONAIS						69.413.844,00	68.201.600,81	90,25	47,24
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS REGIONAIS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1A55	CONSTRUÇÃO DE FORUM TRABALHISTA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ (8)	FÓRUM CONSTRUÍDO	5	0	0,0	420.000,00	0	0,0	0,0
11MT	CONSTRUÇÃO DE FORUM TRABALHISTA EM CORONEL FABRICIANO – MG	FÓRUM CONSTRUÍDO	10	8	80,0	350.000,00	350.000,00	100,0	0,24
1M01	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE DIVINÓPOLIS – MG	FÓRUM CONSTRUÍDO	20	4	20,0	600.000,00	600.000,00	100,0	0,35
1M98	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	20	0	0,0	120.000,00	120.000,00	100,0	0,08
1B32	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO AO TRT DA 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE – RS	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	15	2,63	17,53	4.000.000,00	4.000.000,00	100,0	2,77
11EL	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 5ª REGIÃO EM SALVADOR – BA	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	1	0,36	36,0	8.980.000,00	8.980.000,00	100,0	6,22
11A7	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE TRT DA 6ª REGIÃO RECIFE – PE (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	9	0	0,0	0,00	0	0,0	0,0
1311	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE OLINDA – PE (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	0	0	0,0	960.000,00	0	0,00	0,0
1318	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PAULISTA – PE (8)	FÓRUM CONSTRUÍDO	49	0	0,0	1.340.000,00	0	0,0	0,0
7P64	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA POSTO AVANÇADO DA JT EM ARACATI – CE (8)	IMÓVEL ADQUIRIDO	1	0	0,0	105.000,00	0	0,0	0,0
11HA	CONSTRUÇÃO DE FORUM TRABALHISTA EM ANANINDEUA – PA	FÓRUM CONSTRUÍDO	39	0,17	0,44	1.645.000,00	10.282,23	0,63	0,01
1169	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT 8ª REGIÃO EM BELEM – PA (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	5	0	0,0	1.408.000,00	8.300,00	0,59	0,01
7P54	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM XINGUARA – PA	EDIFÍCIO ADQUIRIDO	1	1	100,0	100.000,00	100.000,00	100,0	0,07

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
11EX	CONSTRUÇÃO DE FORUM TRABALHISTA EM LONDRINA - PR (8)	FÓRUM CONSTRUÍDO	23	0	0,0	2.650.000,00	2.650.000,00	100,0	1,84
1109	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PATO BRANCO - PR (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	72	0	0,0	930.400,00	0,00	0,0	0,0
1M72	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ARAGUAINA - TO	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	33	6,79	20,58	2.000.000,00	2.000.000,00	100,0	1,39
1M76	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE DIANÓPOLIS - TO (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	58	0	0,0	471.901,00	471.900,55	100,0	0,33
10WS	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE MANAUS - AM (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	75	0	0,0	12.063.921,00	3.952.928,16	32,77	2,71
127M	RESTAURAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 11ª REGIÃO - AM (8)	EDIFÍCIO RESTAURADO	0	0	0,0	5.337.181,00	4.013.698,12	75,2	2,76
11ET	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE JOINVILLE - SC	FÓRUM CONSTRUÍDO	12	11,92	99,33	1.000.000,00	1.000.000,00	71,04	0,69
10WT	CONSTRUÇÃO DE FORUM TRABALHISTA EM JOÃO PESSOA - PB	FÓRUM CONSTRUÍDO	9	3,09	34,33	3.000.000,00	3.000.000,00	100,0	2,08
11RH	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MANGUEIRÃO - SP	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	40	23,6	59,0	700.000,00	700.000,00	100,0	0,48
11BO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM RIO CLARO - SP (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	40	0	0,0	700.000,00	567.621,00	81,09	0,39
11IR	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PRESIDENTE DUTRA - MA	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	63	16,71	26,52	500.000,00	500.000,00	100,0	0,35
1B51	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 17ª REGIÃO EM VITORIA - ES (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	2	0	0,0	1.500.000,00	1.500.000,00	100,0	1,04
1B39	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO TRABALHISTA DO TRT DA 18ª REGIÃO - GO	COMPLEXO CONSTRUÍDO	13	2,16	16,62	24.988.253,00	24.988.253,00	100,0	17,31
1N02	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE MACEIÓ - AL (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	3	0	0,0	1.050.000,00	0,00	0,0	0,0
7P55	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MARUM - SE (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	100	0	0,0	910.000,00	910.000,00	100,0	0,63
1M42	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO AO DEPOSITO JUDICIAL DA CIDADE DE GOIANINHA - RN	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	71	61,98	87,3	177.033,00	162.033,02	91,53	0,11
11BC	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 22ª REGIÃO EM TEREZINA - PI (8)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	4	0	0,0	1.500.000,00	1.499.999,82	100,0	1,04
1C41	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM AGUA BOA - MT	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	100	50	50,0	600.000,00	600.000,00	100,0	0,42
11EN	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 24ª REGIÃO EM CAMPO GRANDE - MS	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	47	7,39	15,72	13.600.000,00	13.600.000,00	100,0	9,42
TOTAIS DOS PROJETOS REGIONAIS						93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76
TOTAIS DOS PROJETOS NACIONAIS						69.413.844,00	68.201.599,81	98,25	47,24
TOTAIS DOS PROJETOS REGIONAIS						93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76
TOTAIS DOS PROJETOS DO PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA						163.020.533,00	144.387.813,70	88,57	1,53

CONSOLIDADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – UO 15.000					
OUTROS PROGRAMAS EXECUTADOS PELA JT (3)					
PROG.	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
565	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AÇÃO 6539 - APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	15.600,00	15.600,00	100,0	10,91
581	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA - AÇÃO 4262 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	27.341,03	27.341,03	100,0	29,63
1220	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA - AÇÃO 6217 - ATENÇÃO À SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATÓRIOS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	36.148,88	36.148,88	100,0	39,18
569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.425,00	5.425,00	100,0	5,88
570	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL (TRE/ES)	7.750,00	7.750,00	100,0	8,4
TOTAIS - OUTROS PROGRAMAS		92.264,91	92.264,91	100,0	0,0

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (9)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	475.701.437,00	469.026.815,30	98,6	85,2
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	88.415.013,00	81.494.649,18	92,17	14,8
0716	CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS	15.000,00	0,00	0,0	85,2
TOTAIS		564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	21,33

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO							
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS	
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA
						VALOR	(1)
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	13304	14153	106,38	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72
TOTAIS						2.581.304.646,00	2.581.027.533,72

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN e ASPO-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;
(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da despesa executada;
(3) – Outras descentralizações externas de crédito (destaques) no valor total de R\$ 92.264,91, para a realização de Programas que tiveram despesas executadas conforme o descrito a seguir:
(3.1) – Programa 0565 – Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 15.600,00, recebido pelo TST, referente à aquisição de vacina antigripal da UO 10.101 (Supremo Tribunal Federal - STF);
(3.2) – Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, no valor de R\$ 5.425,00, recebido pelo TRT da 17ª Região, sediado em Vitória/ES, referente ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Federal em curso promovido, efetuado pela UO 12.101 (Justiça Federal de 1ª grau);
(3.3) – Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, no valor de R\$ 7.750,00, recebido pelo TST da 17ª Região, sediado em Vitória/ES, referente ao destaque de custeio pela participação do servidor da Justiça Eleitoral em curso promovido, efetuado pela UO 14.108 (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE/ES);
(3.4) – Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica, no valor de R\$ 27.341,03, recebido pelo TST, referente à transferência de recursos relativos a diárias e passagens de palestrante que participou do Fórum Internacional de Direito Social, promovido pelo TST, efetuado pela UO 34.104 (Ministério Público do Trabalho - MPPT); e
(3.5) – Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no valor de R\$ 36.148,88, recebido pelo TRT da 4ª Região, sediado em Porto Alegre/RS, UO 15.105, referente aos créditos relativos à requisição de servidor originário do Hospital Nossa Senhora da Conceição (UO 36.210);
(4) – Da dotação disponibilizada para a execução da Ação 4266 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 7.554.656.870,42, foi efetuada a dedução de impenhência equivalente a R\$ 250.000,00, haja vista que o valor corresponde a crédito bloqueado para remanejamento, o que resultou na dotação disponibilizada de R\$ 7.554.406.870,42, acarretando impactos no TST e na JT;
(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
(6) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;
(7) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
(8) – Não foram registrados resultados no SIOPLAN de outros órgãos executores;
(9) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo a dotação disponibilizada no valor total de R\$ 564.131.450,00, destinados à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, desmembrados da seguinte forma: R\$ 475.701.437,00 - Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); R\$ 88.415.013,00 - Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV), e R\$ 15.000,00 - Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, em conformidade ao teor do art. 150 da Constituição Federal;

CLASSIFICAÇÕES DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2010 (INCLUSIVE DESTAQUES RECEBIDOS)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR ESFERA

CÓD.	ESFERA	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATORIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
1	ORÇAMENTO FISCAL	9.388.020.682,00	517.806.587,00	56.116,03 (4)	- 138.731,54 (5)	9.905.744.653,49	9.805.991.054,78	98,99	77,96
2	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	2.727.466.115,00	46.309.853,00	36.148,88 (6)	0,00	2.773.832.126,88	2.771.798.345,96	99,93	22,04
	TOTAIS	12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	- 138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Inclui destaques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;

(2) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(3) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(4) - Destaque recebido e despesa executada no total de R\$ 58.116,03, sendo, R\$ 42.491,03 pelo TST e R\$ 13.175,00 pelo TRT da 1ª Região/ES;

(5) - Créditos concedidos no valor total de R\$ 138.731,54, sendo: pelo UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UG 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;

(6) - Destaque recebido e despesa executada pelo TRT da 4ª Região/RS no valor de R\$ 36.148,88;

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR FUNÇÃO

CÓD.	FUNÇÃO	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATORIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
2	JUDICIÁRIA	9.534.187.151,00	0,00	28.775,00 (4)	- 138.731,54 (5)	9.534.077.194,46	9.446.176.912,63	99,08	75,10
3	ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	27.341,03 (6)	0,00	27.341,03	27.341,03	100,0	0,00
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.581.304.646,00	0,00	0,00	0,00	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	20,52
10	SAÚDE	0,00	0,00	36.148,88 (7)	0,00	36.148,88	36.148,88	100,0	0,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	15.000,00	564.116.450,00	0,00	0,00	564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	4,38
	TOTAIS	12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	-138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,20	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Inclui destaques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;

(2) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(3) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(4) - Destaque recebido e despesa executada no valor total de R\$ 28.775,00, sendo: R\$ 15.600,00 pelo TST e R\$ 13.175,00 pelo TRT da 1ª Região/ES;

(5) - Créditos concedidos no valor total de R\$ 138.731,54, sendo: pelo UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UG 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;

(6) - Destaque recebido e despesa executada pelo TST no valor de R\$ 27.341,03;

(7) - Destaque recebido e despesa executada pelo TRT da 4ª Região/RS no valor de R\$ 36.148,88;

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR SUBFUNÇÃO

CÓD.	SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATORIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
061	JUDICIÁRIA	7.582.675.766,00	0,00	15.600,00 (4)	- 109.484,58 (5)	7.582.581.881,42	7.575.692.882,44	99,91	60,23
062	DEFESA DO INT. PÚB. NO PROC. JUD.	0,00	0,00	27.341,03 (6)	0,00	27.341,03	27.341,03	100,0	0,0
122	ADM. GERAL	1.385.416.158,00	0,00	0,00	0,00	1.385.416.158,00	1.306.702.053,60	94,32	10,99
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	89.934.396,00	0,00	0,00	0,00	89.934.396,00	89.294.475,30	99,28	0,71
128	FORMAÇÃO DE RH	17.228.521,00	0,00	13.175,00 (7)	- 29.246,96 (8)	17.212.449,04	16.333.502,51	94,73	0,13
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	2.581.304.646,00	0,00	0,00	0,00	2.581.304.646,00	2.581.027.533,72	99,99	20,52
301	ATENÇÃO BÁSICA	146.181.469,00	0,00	0,00	0,00	146.181.469,00	146.026.302,96	99,89	1,16
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	0,00	36.148,88 (9)	0,00	36.148,88	36.148,88	100,0	0,0

306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	278.042.255,00	0,00	0,00	0,00	278.042.255,00	277.642.170,93	99,86	2,21
331	PROTEÇÃO E BENEF. AO TRABALHADOR	6.064.095,00	0,00	0,00	0,00	6.064.095,00	6.020.795,94	99,29	0,05
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	27.734.401,00	0,00	0,00	0,00	27.734.401,00	27.667.612,35	99,47	0,22
722	TELECOMUNICAÇÕES	910.000,00	0,00	0,00	0,00	910.000,00	887.116,40	97,49	0,01
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	15.000,00	564.116.450,00	0,00	0,00	564.131.450,00	550.521.464,48	97,59	4,38
TOTALIS		12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	-138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPD-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Inclui destques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;
(2) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(3) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(4) – Despesa recebida e despesa executada pelo TST no valor de R\$ 13.175,00;
(5) – Crédito concedido pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF), no valor total R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0);
(6) – Despesa recebida e despesa executada pelo TST no valor de R\$ 27.341,03;
(7) – Despesa recebida e despesa executada pelo TST da 17ª Região/ES no valor de R\$ 13.175,00;
(8) – Crédito concedido pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;
(9) – Despesa recebida e despesa executada pelo TST da 4ª Região/RS no valor de R\$ 38.148,88;

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA

CÓD.	CATEGORIA	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATÓRIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
3	DESPESAS CORRENTES	11.887.991.489,00	564.116.450,00	92.264,91 (4)	- 138.731,54 (5)	12.452.061.472,37	12.358.463.618,65	99,33	98,34
4	DESPESAS DE CAPITAL	227.515.308,00	0,00	0,00	0,00	227.515.308,00	209.325.782,09	92,01	1,66
TOTALIS		12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	- 138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPD-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Inclui destques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;
(2) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(3) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(4) – Despesa recebida e despesa executada pelo TST no valor de R\$ 13.175,00 pelo TST, R\$ 42.481,03 pelo TST, R\$ 13.175,00 pelo TST da 17ª Região/ES e R\$ 38.148,88 pelo TST da 4ª Região/RS;
(5) – Crédito concedido no valor total de R\$ 138.731,54, sendo: pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.484,58, para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

CÓD.	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATÓRIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
90	APLICAÇÕES DIRETAS	10.813.498.519,86	564.116.450,00	92.264,91 (4)	- 122.764,58 (5)	11.377.584.470,19	11.329.869.484,42	99,58	90,08
91	APLIC. DIRETAS – OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.302.008.277,14	0,00	0,00	- 15.966,96 (6)	1.301.992.310,18	1.247.919.916,32	95,85	9,92
TOTALIS		12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	-138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPD-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Inclui destques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;
(2) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(3) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(4) – Despesa recebida e despesa executada no valor total de R\$ 92.264,91, sendo R\$ 42.481,03 pelo TST, R\$ 13.175,00 pelo TST da 17ª Região/ES e R\$ 38.148,88 pelo TST da 4ª Região/RS;
(5) – Créditos concedidos no valor total de R\$ 122.764,58, sendo: R\$ 109.484,58, pela UO 15.101 (TST) à UO 10.101 (STF), para ressarcir parcialmente aluguel da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0), no valor de R\$ 13.260,00, à UO 15.105 (TRT 4ª Região/RS);
(6) – Crédito concedido à UO 15.105 (TRT 4ª Região/RS) no valor de R\$ 15.966,96.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR FONTE

CÓD.	FONTE	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATÓRIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.585.154.730,00	503.884.389,00	56.116,03 (4)	- 138.731,54 (5)	10.088.956.503,49	9.993.113.162,05	99,05	79,45
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS PODER JUD.	106.881.462,00	0,00	0,00	0,00	106.881.462,00	106.753.321,64	99,88	0,85

50	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.652.877,00	0,00	0,00	0,00	6.652.877,00	5.089.375,65	76,5	0,04
51	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	0,00	0,00	36.148,88 (6)	0,00	36.148,88	36.148,88	100,0	0,0
53	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	0,00	39.561.300,00	0,00	0,00	39.561.300,00	38.018.696,26	96,1	0,3
56	CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	715.282.246,00	0,00	0,00	0,00	715.282.246,00	715.282.246,64	100,0	6,60
69	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/O PSS	1.698.895.380,00	0,00	0,00	0,00	1.698.895.380,00	1.698.825.589,01	100,0	13,51
74	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	202.439,00	0,00	0,00	202.439,00	202.438,61	100,0	0,0
78	FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	0,00	20.468.322,00	0,00	0,00	20.468.322,00	20.468.322,00	100,0	0,16
81	RECURSOS DE CONVÊNIO	2.640.000,00	0,00	0,00	0,00	2.640.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS		12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	-138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPQ-SG/CSJT

Notas:

- (1) - Inclui destaques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;
(2) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(3) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(4) - Desaque recebido e despesa executada no valor total de R\$ 56.116,03, sendo, R\$ 42.491,03 pelo TST e R\$ 13.175,00 pelo TRT da 17ª Região/ES;
(5) - Desaque recebido e despesa executada no valor total de R\$ 56.116,03, sendo, pelo UO 15.101 (TST) e UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.464,26, para recursos parcialmente atrelados da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;
(6) - Desaque recebido e despesa executada pelo TRT da 4ª Região/RS no valor de R\$ 36.148,88;

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

CÓD.	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO JT	DESTAQUES RECEBIDOS (PRECATÓRIOS) (1)	OUTROS DESTAQUES RECEBIDOS	CRÉDITOS CONCEDIDOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DISPONÍVEL	DESPESA EXECUTADA	(2)	(3)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.779.890.932,00	563.610.596,00	36.148,88 (4)	0,00	11.343.737.676,88	11.269.350.523,02	99,34	89,6
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.108.100.557,00	305.854,00	56.116,03 (5)	-138.731,54 (6)	1.108.323.795,49	1.099.113.095,63	99,16	8,74
4	INVESTIMENTOS	227.310.308,00	0,00	0,00	0,00	227.310.308,00	209.225.782,09	92,04	1,66
6	INVERSÕES FINANCEIRAS	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	100.000,00	40,70	0,0
TOTAIS		12.115.506.797,00	564.116.450,00	92.264,91	-138.731,54	12.679.576.780,37	12.577.789.400,74	99,2	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR); ASPQ-SG/CSJT

Notas:

- (1) - Inclui destaques recebidos pelos Tribunais para a execução de Precatórios/RPV provenientes da Administração Direta e Indireta do Governo Federal;
(2) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(3) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(4) - Desaque recebido e despesa executada pelo TRT da 4ª Região/RS no valor de R\$ 36.148,88;
(5) - Desaque recebido e despesa executada no valor total de R\$ 56.116,03, sendo R\$ 42.491,03 pelo TST e R\$ 13.175,00 pelo TRT da 17ª Região/ES;
(6) - Desaque recebido e despesa executada no valor total de R\$ 138.731,54, sendo, pelo UO 15.101 (TST) e UO 10.101 (STF) no montante de R\$ 109.464,26, para recursos parcialmente atrelados da sala de recepção do Aeroporto de Brasília (ref.: Of. n.º 127/2010/SAF/STF e Proc. TST n.º 502.038/2008-0) e pela UO 15.105 (TRT 4ª Região) à UO 17.0176 (Centro Regional de Treinamento da ESAF-RS), no montante de R\$ 29.246,96, pagamento referente à contratação dos cursos "processo administrativo disciplinar" e "gestão e fiscalização de contratos" e devolução de créditos de passagem não utilizados;

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – UO 15.101 – UG 080001
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	564.769.370,25	554.346.348,65	98,15	78,11
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	155.468.368,00	155.378.309,98	99,94	21,89
TOTAIS		720.237.738,25	709.724.658,63	98,54	5,64
0565	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AÇÃO 6539 - APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (3)	15.600,00	15.600,00	100,0	36,33
0581	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA - AÇÃO 4262 - DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO (4)	27.341,03	27.341,03	100,0	63,67

RÉSUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	469.284.851,42	466.895.545,58	99,49	84,22
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	63.223.761,00	56.344.118,68	89,12	7,94
-	PROJETOS	32.260.757,83	31.106.684,59	96,42	5,61
TOTAIS		564.769.370,25	554.346.348,65	98,15	78,11

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (5)	PROCESSOS JULGADOS	290000	211379	72,69	397.921.539,42	396.179.694,42	99,56	84,65
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES (6)	PESSOAS ASSISTIDAS	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	2533	2262	89,3	19.759.243,00	19.756.676,13	99,99	4,23
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	9120	5482	60,11	14.519.137,00	14.519.134,25	100,0	3,11
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	402	403	100,25	2.277.034,00	2.277.033,45	100,0	0,49
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	2306	4894	212,23	1.059.554,00	981.554,76	92,64	0,21
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (7)	SISTEMA MANTIDO	1	1	100,0	32.742.312,00	32.198.304,68	98,34	6,9
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	300	269	96,33	96.032,00	96.031,49	100,0	0,02
2058	DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS À JUSTIÇA – TV JUSTIÇA	PROGRAMA VEICULADO	50	52	104,0	910.000,00	887.116,40	97,49	0,19
TOTAIS						469.284.851,42	466.895.545,58	99,49	84,22

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - UO 15.101 - UG 080001					
PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - OPERAÇÕES ESPECIAIS					
AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	63.223.761,00	56.344.118,68	89,12	7,94
TOTAIS		63.223.761,00	56.344.118,68	89,12	7,94

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (B)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	5	1,227	24,54	1.053.336,30	0,00	0,0	0,0
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (B)	SISTEMA IMPLANTADO	11,35	3,592	31,65	31.207.421,53	31.106.684,59	99,68	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						32.260.757,83	31.106.684,59	96,42	5,61

PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (10)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	0,00	0,00	0,0	0,0
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS		0,00	0,00	0,0	0,0

PROGRAMA 0089 – PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADO- RIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	583	593	118,87	155.468.368,00	155.378.309,98	99,94	21,89
TOTAIS						155.468.368,00	155.378.309,98	99,94	21,89

Fontes: SIAFI (transação CONDOR), SIGPLAN, DICONT/COFIN/SEAOF - DGSET/TST e ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) - Descentralização externa de crédito destinada à execução do Programa 0565 - Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 15.800,00, recebido pelo TST relativamente à aquisição de vacina antigripal da UO 10.101 (Supremo Tribunal Federal - STF);

(4) - Descentralização externa de crédito destinada à execução do Programa 0061 - Defesa de Ordem Judicial, no valor de R\$ 27.341,09, recebido pelo TST relativamente à transferência de recursos relativos a diárias e passagens de polivalente que participou do Fórum Internacional de Direito Social, promovido pelo TST, efetuado pela UO 34.104 (Ministério Público do Trabalho - MPPT);

(5) - Da dotação disponibilizada para a execução da Ação 4258 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no valor R\$ 397.921.539,42, foi efetuada a dedução de importância equivalente a R\$ 250.000,00, haja vista que o valor corresponde a crédito bloqueado para remanejamento, o que resultou na dotação disponibilizada de R\$ 397.671.539,42, acarretando impactos no TST e na JT;

(6) - A ação/atividade não é executada no âmbito do TST;

(7) - A meta física programada para a ação/atividade tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(8) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(9) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,85% e por isso não há resultados regionais;

(10) - As ações 0005 e 0625 do Programa 0901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais não é executado no âmbito do TST e sim nos Tribunais Regionais do Trabalho.

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO/RJ – UO 15.102 – UG 080009
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	872.422.529,66	868.039.670,38	99,5	64,07
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	109.226.174,00	108.871.028,16	99,67	8,04
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	377.875.246,00	377.847.012,51	99,99	27,89
TOTAIS		1.359.523.949,66	1.354.757.711,03	99,65	10,77

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	752.238.206,00	752.151.174,35	99,99	86,65
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	118.080.082,00	114.204.254,35	96,72	13,16
-	PROJETOS	2.104.241,66	1.684.241,66	80,04	0,19
TOTAIS		872.422.529,66	868.039.670,38	99,5	64,07

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	272000	284332	104,53	712.703.696,00	712.701.243,50	100,0	94,76
4224	ASSISTÊNCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES (3)	PESSOAS ASSISTIDAS	90	0	0,0	63.000,00	0,00	0,0	0,0
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	3735	3747	100,25	26.258.000,00	26.257.764,49	100,0	3,49
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	8100	8282	102,25	9.233.142,00	9.233.142,00	100,0	1,23
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	560	560	100,0	1.936.020,00	1.933.730,68	99,88	0,26
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	2200	2532	115,09	914.600,00	906.787,33	99,15	0,12
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (4)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	104.796,00	104.796,00	100,0	0,01
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	514	521	101,36	1.024.952,00	1.013.710,36	98,90	0,13
TOTAIS						752.238.206,00	752.151.174,35	99,99	86,65

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	118.080.082,00	114.204.254,35	96,72	13,16
TOTAIS		118.080.082,00	114.204.254,35	96,72	13,16

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO/RJ – UO 15.102 – UG 080009

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (5)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	325.466,66	325.466,66	100,0	19,32
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (6)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.358.775,00	1.358.775,00	100,0	80,68
1A55	CONSTRUÇÃO DE FÓRUM TRABALHISTA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ (9)	FÓRUM CONSTRUÍDO	5	0	0	420.000,00	0	0,0	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						2.104.241,66	1.684.241,66	80,04	0,19

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	99.504.700,00	99.184.554,16	99,66	91,08
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	9.706.474,00	9.706.474,00	100,0	8,92
0716	CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS	15.000,00	0,00	0,00	0,0
TOTAIS		109.226.174,00	108.871.028,16	99,67	8,04

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

PROGRAMA 069 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNAS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES	PESSOA BENEFICIÁRIA	1762	2121	120,37	377.875.246,00	377.847.012,51	99,99	27,89
TOTAIS						377.875.246,00	377.847.012,51	99,99	27,89

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CS/JT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(6) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(7) – Descentralização externa de crédito (desaíque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV); e R\$ 15.000,00 – Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, em atendimento ao teor do art. 100 da Constituição Federal;

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP – UO 15.103 – UG 080010

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	1.035.398.869,35	1.029.725.600,89	99,45	72,08
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	9.119.960,00	8.750.579,35	95,95	0,61
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	390.063.136,00	390.063.136,00	100,0	27,31
TOTAIS		1.434.581.965,35	1.428.539.316,24	99,58	11,36

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	895.217.608,00	893.949.587,76	99,86	88,81
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	138.480.044,00	134.074.995,78	96,82	13,02
-	PROJETOS	1.701.017,35	1.701.017,35	100,0	0,17
TOTAIS		1.035.398.869,35	1.029.725.600,89	99,45	72,08

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/MÉTA			DADOS FINANCEIROS		
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA	
							VALOR	(1)
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	426743	445330	104,38	836.887.231,00	826.950.121,24	99,89
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	2280	2333	102,32	2.462.400,00	2.462.400,00	100,0
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	4508	4517	100,2	31.390.797,00	31.390.797,00	100,0
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	14012	13069	101,74	17.734.777,00	17.134.111,00	100,0
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	608	672	110,53	2.955.177,00	2.955.176,90	100,0
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1406	2573	183,0	955.420,00	724.310,02	75,81
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	121.896,00	121.896,00	100,0
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1338	1535	114,72	2.690.110,00	2.690.109,60	100,0
TOTAIS						895.217.608,00	893.949.587,76	99,86

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	138.480.044,00	134.074.995,78	96,82	13,02
TOTAIS		138.480.044,00	134.074.995,78	96,82	13,02

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP – UO 15.103 – UG 080010									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	302.642,35	302.642,35	100,0	17,79
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.398.375,00	1.398.375,00	100,0	82,21
TOTAIS DOS PROJETOS						1.701.017,35	1.701.017,35	100,0	0,17
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					6.370.927,00	6.328.198,30	99,33	72,32
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDACÕES PÚBLICAS					2.749.033,00	2.422.381,05	88,12	27,68
TOTAIS						9.119.960,00	8.750.579,35	95,95	0,61
PROGRAMA 0069 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR		
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	2038	2077	101,91	390.063.136,00	390.063.136,00	100,0	27,31
TOTAIS						390.063.136,00	390.063.136,00	100,0	27,31

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (desaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG - UO 15.104 - UG 080008

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	666.077.958,40	666.069.200,26	100,0	72,82
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	14.785.937,00	13.517.611,07	91,42	1,13
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	310.759.579,00	310.759.579,00	100,0	26,05
TOTAIS		1.194.223.174,40	1.192.945.390,33	99,89	9,48

RÉSUMO DO PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	744.186.291,00	744.176.832,86	100,0	85,67
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	119.617.448,00	119.617.448,00	100,0	13,77
-	PROJETOS	4.873.919,40	4.873.919,40	100,0	0,56
TOTAIS		868.677.658,40	868.668.200,26	100,0	72,82

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4258	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	330000	298240	90,38	703.848.738,00	703.848.738,00	100,0	84,68
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	2440	2105	86,27	2.133.408,00	2.133.408,00	100,0	0,29
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	2940	3215	109,35	22.781.700,00	22.781.700,00	100,0	3,06
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	6600	6573	99,59	12.408.000,00	12.408.000,00	100,0	1,87
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	514	579	112,65	1.955.072,00	1.955.072,00	100,0	0,26
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1400	1024	73,14	853.821,00	853.821,00	100,0	0,11
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	95.196,00	95.196,00	100,0	0,01
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	30	28	93,33	30.356,00	20.897,86	68,84	0,0
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	0	3	0,0	80.000,00	80.000,00	100,0	0,01
TOTAIS						744.186.291,00	744.176.832,86	100,0	85,67

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	119.617.448,00	119.617.448,00	100,0	13,77
TOTAIS		119.617.448,00	119.617.448,00	100,0	13,77

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG - UO 15.104 - UG 080008									
PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	1.597.048,40	1.597.048,40	100,0	32,77
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	2.306.871,00	2.306.871,00	100,0	47,33
11MT	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DE FÓRUM TRABALHISTA EM CORONEL FABRICIANO - MG	FÓRUM CONSTRUÍDO	10	8	80,0	350.000,00	350.000,00	100,0	7,18
1M91	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA VARA DO TRABALHO DE DIVINÓPOLIS - MG	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	20	4	20,0	500.000,00	500.000,00	100,0	10,26
1M98	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	20	0	0,0	120.000,00	120.000,00	100,0	2,46
TOTAIS DOS PROJETOS						4.873.919,40	4.873.919,40	100,0	0,56
PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					6.019.202,00	3.396.012,07	82,07	41,4
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					7.966.735,00	7.920.999,00	99,43	58,6
TOTAIS						14.785.937,00	13.517.611,07	91,42	1,12
PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DADOS FINANCEIROS		(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%		DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	1372	1530	115,52	310.759.579,00	310.759.579,00	100,0	26,05
TOTAIS						310.759.579,00	310.759.579,00	100,0	26,05
Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT									
Notas:									
(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;									
(2) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;									
(3) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;									
(4) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;									
(5) - A meta física programada para o projeto/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,02) e executada (2,332), ou seja, execução de 21,027% e por isso não há resultados regionais;									
(6) - Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;									
(7) - Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);									

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO/RS – UO 15.105 – UG 060014

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	734.628.593,74	725.802.981,92	98,8	69,31
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	28.130.729,00	27.176.076,57	96,61	2,6
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	294.226.618,00	294.226.618,00	100,0	28,1
	SUBTOTALS	1.056.905.940,74	1.047.205.676,49	98,07	100,0
1220	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIADA – AÇÃO 6217 – ATENÇÃO A SAÚDE NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (3)	36.148,88	36.148,88	100,0	0,0
	TOTAIS	1.057.022.089,62	1.047.241.825,37	98,08	8,33

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	623.138.928,04	623.138.888,71	100,0	85,86
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	104.678.623,00	95.853.050,61	91,57	13,21
-	PROJETOS	6.811.042,70	6.811.042,60	100,0	0,94
	TOTAIS	734.628.593,74	725.802.981,92	98,8	69,31

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	225000	202918	90,19	577.879.786,00	577.879.746,67	100,0	92,74
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	0	12038	0,0	8.372.751,00	8.372.751,00	100,0	1,34
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	3333	3232	97,07	22.309.303,00	22.309.363,00	100,0	3,09
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	8006	8080	100,36	9.308.581,00	9.308.581,00	100,0	1,49
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	525	551	104,95	1.885.200,00	1.885.200,00	100,0	0,3
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	6000	7505	125,08	1.970.753,04	1.970.753,04	100,0	0,32
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (C-JUS) (4)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	107.556,00	107.556,00	100,0	0,02
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	354	287	81,07	624.718,00	624.718,00	100,0	0,1
TOTAIS						623.138.928,04	623.138.888,71	100,0	85,90

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	104.678.623,00	95.853.050,61	91,57	13,21
	TOTAIS	104.678.623,00	95.853.050,61	91,57	13,21

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO/RS – UO 15.105 – UG 080014									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (5)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	1.513.950,70	1.513.950,60	100,0	22,23
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (6)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.297.092,00	1.297.092,00	100,0	19,04
1B32	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO AO TRT DA 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE - RS	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	15	2,63	17,53	4.000.000,00	4.000.000,00	100,0	58,73
TOTAIS DOS PROJETOS						6.811.042,70	6.811.042,60	100,0	0,94
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					22.550.039,00	21.666.588,76	96,08	79,73
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					5.580.690,00	5.509.489,81	98,72	20,27
TOTAIS						28.130.729,00	27.176.078,57	96,61	2,6
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA VALOR		
0398	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	1609	1602	99,56	294.226.618,00	294.226.618,00	100,0	28,1
TOTAIS						294.226.618,00	294.226.618,00	100,0	28,1

Fontes: SIAT (transação 00009), SIPLAN, ASPO-SOCOUT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Descentralização externa de crédito (despesa) recebida pelo TRT da 4ª Região/RS destinada à execução do Programa 1220 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, objeto da Ação 6217 – Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde, relativo à aquisição do servidor originário do Hospital Nossa Senhora da Conceição, UO 26.019;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(6) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(7) – Descentralização externa de crédito (despesa) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO/BA – UO 15.107 – UG 080007

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	540.132.628,49	540.040.057,29	99,98	74,39
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	14.912.472,00	14.901.892,33	99,93	2,05
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	171.034.544,00	171.034.544,00	100,0	23,56
TOTAIS		726.079.644,49	726.976.493,62	99,99	5,77

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	456.741.731,00	456.649.159,80	99,98	94,56
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	72.408.510,00	72.408.510,00	100,0	13,41
-	PROJETOS	10.982.387,49	10.982.387,49	100,0	2,03
TOTAIS		540.132.628,49	540.040.057,29	99,98	74,39

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	147000	142124	96,68	428.783.397,00	428.783.397,00	100,0	93,9
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	2000	657	32,85	760.000,00	760.000,00	100,0	0,17
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	2235	2393	107,07	16.231.034,00	16.231.034,00	100,0	3,55
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	6745	6644	98,49	7.139.298,00	7.139.298,00	100,0	1,56
2010	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS ATENDIDAS	625	482	77,12	1.966.688,00	1.966.688,00	100,0	0,43
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	2000	2336	116,8	1.140.000,00	1.126.224,76	98,79	0,25
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	122.520,00	122.519,40	100,0	0,03
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	489	475	97,14	498.794,00	498.794,00	100,0	0,11
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	10	3	30,0	100.000,00	21.204,64	21,2	0,0
TOTAIS						456.741.731,00	456.649.159,80	99,98	84,56

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	72.408.510,00	72.408.510,00	100,0	13,41
TOTAIS		72.408.510,00	72.408.510,00	100,0	13,41

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO/BA – UO 15.107 – UG 060007

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	836.152,49	836.152,49	100,0	7,61
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.166.235,00	1.166.235,00	100,0	10,62
11EL	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 5ª REGIÃO EM SALVADOR - BA	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	1	0,36	36,0	8.980.000,00	8.980.000,00	100,0	81,77
TOTAIS DOS PROJETOS						10.982.387,49	10.982.387,49	100,0	2,03

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	13.575.982,00	13.575.982,00	100,0	91,1
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	1.336.490,00	1.325.910,33	99,21	8,9
TOTAIS		14.912.472,00	14.901.892,33	99,93	2,00

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DÉSPESA EXECUTADA		
							VALOR		
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	1012	1035	102,27	171.034.544,00	171.034.544,00	100,0	23,56
TOTAIS						171.034.544,00	171.034.544,00	100,0	23,56

Fontes: SIAFI (transição CONOR), SIGPLAN, ASPO, SIA/SIC/IT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;
(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
(6) – Não consta registro/informação no SIGPLAN de metas físicas executadas;
(7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo Órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE – UO 15.107 - UG 080005

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
05/1	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	407.038.493,25	400.562.084,10	98,41	75,34
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	17.264.664,00	14.710.955,43	85,21	2,77
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	116.423.560,00	116.423.560,00	100,0	21,9
TOTAIS		540.726.717,25	531.696.600,53	98,33	4,22

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	346.293.818,00	346.292.604,93	100,0	86,45
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	56.559.822,00	52.384.712,56	92,62	13,08
-	PROJETOS	4.184.853,25	1.884.766,61	45,04	0,47
TOTAIS		407.038.493,25	400.562.084,10	98,41	75,34

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
							VALOR	(1)	
4266	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	100423	108627	108,18	328.659.770,00	328.659.552,00	100,0	84,01
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	400	614	153,5	400.000,00	399.690,90	99,92	0,12
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1691	1705	100,83	12.117.581,00	12.117.498,14	100,0	3,5
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	6475	6615	102,16	2.776.358,00	2.775.922,95	99,98	0,8
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	359	343	95,54	1.199.325,00	1.199.325,00	100,0	0,35
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1400	2018	144,14	750.000,00	749.861,20	99,98	0,22
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.015,84	100,0	0,03
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	147	148	100,68	302.738,00	302.738,00	100,0	0,09
TOTAIS						346.293.818,00	346.292.604,93	100,0	86,45

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	56.559.822,00	52.384.712,56	92,62	13,08
TOTAIS		56.559.822,00	52.384.712,56	92,62	13,08

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE – UO 15.107 - UG 080006									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	784.077,11	784.077,11	100,0	41,6
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.100.776,14	1.100.689,50	99,99	58,4
11A7	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DO TRT 6ª REGIÃO RECIFE – PE (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	9	0	0,00	0,00	0	0,0	0,0
1311	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE VARA DO TRABALHO OLINDA/PE (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	0	0	0,0	960.000,00	0	0,0	0,0
1310	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE PAULISTA/PE (6)	FÓRUM CONSTRUÍDO	49	0	0,00	1.340.000,00	0	0,0	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						4.184.853,25	1.884.766,61	45,04	0,47

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)								
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO				DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)				2.935.635,00	2.848.398,67	97,03	19,36
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS				11.920.020,00	11.002.550,70	92,70	60,04
TOTAIS					17.264.664,00	14.710.955,43	85,21	2,77

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)	
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR		(1)
0395	PAGAMENTO DE APOSENTADOS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	702	731	104,13	116.423.560,00	116.423.560,00	100,0	21,9
TOTAIS						116.423.560,00	116.423.560,00	100,0	21,9

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPD-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/atividade tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3.562), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(7) – Descentralização externa de crédito (deslaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO/CE – UO 15.108 – UG 080004

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	189.773.203,94	189.174.757,39	99,68	67,26
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	35.313.465,00	34.729.753,76	98,35	12,35
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	57.333.914,00	57.333.914,00	100,0	20,39
TOTAIS		282.420.582,94	281.238.425,15	99,58	2,24

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	163.275.743,00	163.272.476,03	100,0	86,31
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	25.561.207,00	25.071.027,42	98,08	13,25
-	PROJETOS	936.253,94	831.253,94	88,79	0,44
TOTAIS		189.773.203,94	189.174.757,39	99,68	67,26

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4356	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	64000	60673	94,81	152.863.876,00	152.862.748,46	100,0	86,63
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	164	283	172,56	120.000,00	120.000,00	100,0	0,07
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	746	850	113,94	6.045.273,00	6.045.273,00	100,0	3,7
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2410	2519	104,52	3.999.680,00	3.999.680,00	99,9	1,84
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	71	136	191,55	567.199,00	567.199,00	100,0	0,35
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	375	771	205,6	560.000,00	559.784,57	99,96	0,34
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,05
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	23	16	69,57	27.775,00	27.775,00	100,0	0,02
TOTAIS						163.275.743,00	163.272.476,03	100,0	86,31

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	25.561.207,00	25.071.027,42	98,08	13,25
TOTAIS		25.561.207,00	25.071.027,42	98,08	13,25

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO/CE – UO 15.108 – UG 080004

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	230.776,94	230.776,94	100,0	0,12
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	600.477,00	600.477,00	100,0	0,32
7P64	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA POSTO AVANÇADO DA JT EM ARACATI – CE (6)	IMÓVEL AQUIRIDO	1	0	0,0	105.000,00	0	0,0	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						936.253,94	831.253,94	88,79	0,44

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	34.063.465,00	34.063.464,25	100,0	98,08
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	1.250.000,00	666.289,51	53,3	1,92
TOTAIS		35.313.465,00	34.729.753,76	98,35	12,35

PROGRAMA 0600 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	316	325	103,16	57.333.914,00	57.333.914,00	100,0	20,39
TOTAIS						57.333.914,00	57.333.914,00	100,0	20,39

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SQ/CSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;
 (2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
 (3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
 (4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;
 (5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
 (6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;
 (7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO/PA – UO 15.109 – UG 080003

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	271.789.444,31	264.658.036,19	97,38	68,85
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20.726.455,00	20.497.603,55	98,9	5,33
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	99.252.076,00	99.252.076,00	100,0	25,82
TOTAIS		391.767.975,31	384.407.715,74	98,12	3,00

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	229.330.161,00	229.219.040,31	99,95	00,01
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	37.967.671,00	34.034.692,34	89,64	12,86
-	PROJETOS	4.491.612,31	1.403.695,54	31,25	0,53
TOTAIS		271.789.444,31	264.658.036,19	97,38	68,85

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
425b	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	90340	88940	97,9	213.360.929,00	210.360.921,25	100,0	93,96
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	70	77	110,0	114.000,00	104.728,11	91,87	0,05
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1066	1008	94,56	7.533.780,00	7.502.709,97	99,59	3,27
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	4387	4262	97,15	4.339.952,00	4.339.952,00	100,0	1,89
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	180	181	100,56	732.960,00	725.844,22	99,03	0,32
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1144	1841	161,79	1.120.000,00	1.059.722,72	94,62	0,46
2C73	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,04
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	37	36	97,3	20.024,00	17.254,01	86,17	0,01
TOTAIS						229.330.161,00	229.219.040,31	99,95	68,61

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	37.967.671,00	34.034.692,34	89,64	12,86
TOTAIS		37.967.671,00	34.034.692,34	89,64	12,86

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO/PA – UO 15.109 – UG 080003									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	771.111,31	717.612,31	93,06	51,12
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	567.501,00	567.501,00	100,0	40,43
11HA	CONSTRUÇÃO DE FÓRUM TRABALHISTA EM ANANINDEUA - PA	FÓRUM CONSTRUÍDO	39	0,17	0,44	1.645.000,00	10.282,23	0,63	0,73
1169	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 8ª REGIÃO EM BELEM – PA (6)	EDIFÍCIO AMPLIADO	5	0	0,0	1.408.000,00	8.300,00	0,59	0,59
7P54	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM XINCUARA - PA	EDIFÍCIO ADQUIRIDO	1	1	100,0	100.000,00	100.000,00	100,0	7,12
TOTAIS DOS PROJETOS						4.491.612,31	1.403.695,54	31,25	0,53

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO				
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)				
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS				
TOTAIS				20.726.455,00	20.497.603,55
					98,9
					5,33

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA	
							VALOR	(1)
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	503	517	102,78	99.252.076,00	99.252.076,00	100,0
TOTAIS						99.252.076,00	99.252.076,00	100,0
								25,82

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO/PR – UO 15.110 – UG 080012
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS				(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA			
			VALOR	(1)		
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	527.167.528,89	522.442.256,27	99,1	81,62	
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	21.218.211,00	21.016.464,15	99,05	3,28	
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	96.609.323,00	96.609.323,00	100,0	15,09	
TOTALS		644.995.062,89	640.068.043,42	99,24	6,00	

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	453.073.168,00	452.911.374,71	99,96	86,69
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	69.292.091,00	65.660.077,24	94,76	12,57
-	PROJETOS	4.802.269,89	3.870.804,32	80,6	0,74
TOTALS		527.167.528,89	522.442.256,27	99,1	81,62

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	153384	157273	102,54	424.735.274,00	424.731.913,95	100,0	93,78
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	5630	5616	99,75	3.276.225,00	3.276.225,00	100,0	0,72
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1915	2227	116,29	15.047.475,00	15.047.475,00	100,0	3,32
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	6015	6624	110,12	7.102.660,00	7.102.660,00	100,0	1,57
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	416	460	110,58	1.507.141,00	1.507.141,00	100,0	0,33
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	3000	5704	190,13	1.200.000,00	1.041.567,72	86,8	0,23
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	91.272,00	91.271,04	100,0	0,02
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	69	47	68,12	113.121,00	113.121,00	100,0	0,02
TOTALS						453.073.168,00	452.911.374,71	99,96	86,69

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	69.292.091,00	65.660.077,24	94,76	12,57
TOTALS		69.292.091,00	65.660.077,24	94,76	12,57

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO/PR – UO 15.110 – UG 080012									
PROGRAMA 0971 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P65	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	622.919,89	621.854,33	99,93	16,07
5003	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO				508.050,00	508.050,00	100,0	16,17
11EX	CONSTRUÇÃO DE FÓRUM TRABALHISTA EM LONDRINA – PR (6)	FÓRUM CONSTRUÍDO	23	0	0,0	2.650.000,00	2.650.000,00	100,0	68,46
1109	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PATO BRANCO – PR (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	72	0	0,0	930.400,00	0	0,0	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						4.802.269,89	3.870.804,32	80,6	0,74
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)					12.006.947,00	11.805.215,34	98,32	56,17
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					9.211.264,00	9.211.248,81	100,0	43,83
TOTAIS						21.218.211,00	21.016.464,15	99,05	3,28
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	478	499	104,39	96.609.323,00	96.609.323,00	100,0	15,09
TOTAIS						96.609.323,00	96.609.323,00	100,0	15,09

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da execução em relação à Dotação Disponível;
- (2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
- (3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
- (4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;
- (5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
- (6) – não na registro/informação sobre metas físicas executadas;
- (7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO/DF – UO 15.111 – UG 080016
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	313.004.519,00	310.577.590,61	98,95	79,28
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	9.441.046,00	9.439.191,49	99,98	2,41
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	71.707.347,00	71.707.347,00	100,0	18,31
TOTAIS		395.012.912,00	391.724.129,10	99,17	3,11

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	267.126.679,00	267.126.204,84	100,0	86,01
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	43.573.795,00	40.287.341,22	92,46	12,97
-	PROJETOS	3.164.045,00	3.164.044,55	100,0	1,02
TOTAIS		313.864.519,00	310.577.590,61	98,95	79,28

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	59250	66298	111,9	248.070.163,00	248.069.688,84	100,0	92,87
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	918	892	97,17	632.658,00	632.658,00	100,0	0,24
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1156	1154	99,83	8.118.145,00	8.118.145,00	100,0	3,04
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	4592	3698	80,53	8.085.528,00	8.085.528,00	100,0	3,92
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	267	260	97,38	1.241.603,00	1.241.603,00	100,0	0,3
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1650	1409	85,39	750.000,00	750.000,00	100,0	0,28
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,03
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	58	35	60,34	39.576,00	39.576,00	100,0	0,01
TOTAIS						267.120.079,00	267.120.204,84	100,0	86,01

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	43.573.795,00	40.287.341,22	92,46	12,97
TOTAIS		43.573.795,00	40.287.341,22	92,46	12,97

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO/DF – UO 15.111 – UG 080016									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	138.740,00	138.740,00	100,0	4,38
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	553.404,00	553.404,00	100,0	17,49
1M72	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ARAGUAINA - TO	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	33	6,79	20,58	2.000.000,00	2.000.000,00	100,0	63,21
1M76	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE DIANÓPOLIS – TO (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	58	0	0,0	471.901,00	471.900,55	100,0	14,91
TOTAIS DOS PROJETOS						3.164.045,00	3.164.044,55	100,0	1,02
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)					6.641.046,00	6.639.191,49	99,97	70,34
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					2.800.000,00	2.800.000,00	100,0	29,66
TOTAIS						9.441.046,00	9.439.191,49	99,98	2,41
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	370	405	109,46	71.707.347,00	71.707.347,00	100,0	18,31
TOTAIS						71.707.347,00	71.707.347,00	100,0	18,31

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPRO-SIGPLAN

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/AM – UO 15.112 – UG 080002

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	255.494.770,00	250.590.694,22	94,39	61,17
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	4.117.080,00	3.931.152,32	95,48	1,27
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	54.219.995,00	54.219.741,71	100,0	17,56
TOTAIS		323.831.845,00	308.741.588,25	95,34	2,45

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	210.693.842,00	207.689.501,41	98,57	82,88
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	34.448.310,00	31.982.051,94	92,84	12,76
-	PROJETOS	20.352.618,60	10.919.140,87	53,65	4,36
TOTAIS		265.494.770,00	250.590.694,22	94,39	81,17

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	59377	53049	89,34	198.931.570,00	196.227.050,94	98,64	94,48
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	40	23	57,5	40.000,00	39.810,00	99,53	0,02
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1088	1077	98,99	7.703.040,00	7.567.097,65	98,24	3,64
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2034	1964	96,56	2.367.576,00	2.367.576,00	100,0	1,14
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	205	220	107,32	708.480,00	675.396,85	95,33	0,33
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1108	828	74,73	320.000,00	318.222,97	99,44	0,15
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	37	34,5	93,24	34.176,00	36.889,19	96,63	0,02
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	12	12	100,0	585.000,00	457.457,81	78,2	0,22
TOTAIS						210.693.842,00	207.689.501,41	98,57	82,88

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
098B	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	34.448.310,00	31.982.051,94	92,84	12,76
TOTAIS		34.448.310,00	31.982.051,94	92,84	12,76

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/AM – UO 15.112 – UG 080002

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (3)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	397.722,60	397.722,60	100,0	3,64
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (4)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	2.553.794,00	2.553.794,00	100,0	23,39
10WS	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DO TRT DA 11ª REGIÃO – MANAUS – AM (5)	FÓRUM CONSTRUÍDO	75	0	0,0	12.063.921,00	3.953.926,15	32,77	36,21
127M	RESTAURAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 11ª REGIÃO – AM (5)	EDIFÍCIO RESTAURADO	0	0	0,0	5.337.181,00	4.013.698,12	75,2	36,76
TOTAIS DOS PROJETOS						20.352.618,60	10.919.140,87	53,65	4,36

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	3.213.318,00	3.185.372,96	99,13	81,03
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	903.762,00	745.779,36	82,52	18,97
TOTAIS		4.117.080,00	3.931.152,32	95,46	1,27

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA VALOR (1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	316	333	105,38	54.219.995,00	54.219.741,71	17,56
TOTAIS						54.219.995,00	54.219.741,71	17,56

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (9,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(5) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(6) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo orçãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC – UO 15.113 – UG 080013
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	391.573.204,07	387.164.579,66	98,87	82,40
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	6.422.116,00	6.223.738,34	96,91	1,33
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	76.036.825,00	76.036.825,00	100,0	16,2
	TOTAIS	474.032.145,07	469.425.142,90	99,03	3,73

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	333.567.762,00	333.353.105,94	99,94	86,1
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	55.410.337,00	51.219.716,70	92,44	13,23
-	PROJETOS	2.595.105,07	2.591.756,82	99,87	0,67
	TOTAIS	391.573.204,07	387.164.579,66	98,87	82,48

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	100143	90499	90,37	316.373.128,00	316.372.447,70	100,0	94,91
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	2203	2241	101,72	1.300.000,00	1.300.000,00	100,0	0,39
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1496	1503	100,47	10.620.145,00	10.620.145,00	100,0	3,19
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	5135	5070	98,73	3.963.410,00	3.955.318,16	99,8	1,19
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	243	237	97,53	637.478,00	637.478,00	100,0	0,19
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	4000	2446	61,15	560.000,00	354.116,08	63,24	0,11
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,03
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	14	8	57,14	24.585,00	24.585,00	100,0	0,01
TOTAIS						333.567.762,00	333.353.105,94	99,94	86,1

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	55.410.337,00	51.219.716,70	92,44	13,23
	TOTAIS	55.410.337,00	51.219.716,70	92,44	13,23

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO/SC - UO 15.113 - UG 080013

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA - PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	369.355,07	366.006,92	99,09	14,12
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.225.750,00	1.225.750,00	100,0	47,29
11ET	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE JOINVILLE - SC	FÓRUM CONSTRUÍDO	12	11,92	99,33	1.000.000,00	1.000.000,00	100,0	38,58
TOTAIS DOS PROJETOS						2.595.105,07	2.591.756,92	99,87	0,67

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO NA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRÉCATORIO)	4.346.001,00	4.184.642,50	95,83	66,92
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	2.076.115,00	2.059.095,84	99,18	33,08
	TOTAIS	6.422.116,00	6.223.738,34	96,91	1,33

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	458	461	100,66	76.036.825,00	76.036.825,00	100,0	16,2
TOTAIS						76.036.825,00	76.036.825,00	100,0	16,2

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SICPI-AN, e SPN-SC/CS-IT

Nolas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada:

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/atividade tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1 227) ou seja, execução de 24,54%, a por isso não há resultados regionais;

(5) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 090 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo ações da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0035 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Previdência); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO/PB – UO 15.114 – UG 080005
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	254.131.841,00	251.120.171,32	98,81	83,1
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	23.160.945,00	22.742.800,82	98,19	7,53
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	28.332.919,00	28.332.919,00	100,0	9,38
TOTAIS		305.625.705,00	302.195.891,14	98,88	2,4

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	214.018.126,00	213.896.232,10	99,94	85,18
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	36.387.985,00	33.498.209,22	92,06	13,34
-	PROJETOS	3.725.730,00	3.725.730,00	100,0	1,48
TOTAIS		254.131.841,00	251.120.171,32	98,81	83,1

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	28000	34650	123,75	202.094.459,00	202.019.789,00	99,96	94,45
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	417	428	102,64	365.500,00	365.500,00	100,0	0,17
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	1027	1014	98,73	7.170.100,00	7.170.100,00	100,0	3,33
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIARIAS	2853	2779	97,07	3.236.396,00	3.236.396,00	100,0	1,51
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	180	157	87,22	559.800,00	559.800,00	100,0	0,26
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	309	290	93,85	490.400,00	448.128,18	91,38	0,21
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	84.063,92	94,44	0,04
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	6	3	50,0	6.395,00	6.395,00	100,0	0,0
TOTAIS						214.018.126,00	213.896.232,10	99,94	85,18

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	36.387.985,00	33.498.209,22	92,06	13,34
TOTAIS		36.387.985,00	33.498.209,22	92,06	13,34

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO/PB – UO 15.114 – UG 060005									
PROGRAMA 0671 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (4)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	725.730,00	725.730,00	100,0	19,48
10WT	CONSTRUCAO DE FORUM TRABALHISTA EM JOAO PESSOA - PB	FÓRUM CONSTRUÍDO	9	3,09	34,33	3.000.000,00	3.000.000,00	100,0	80,52
TOTAIS DOS PROJETOS						3.725.730,00	3.725.730,00	100,0	1,48
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (5)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)					22.556.826,00	22.553.703,54	99,99	99,17
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					604.119,00	189.097,28	31,3	0,83
TOTAIS						23.160.945,00	22.742.800,82	98,19	7,53
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)	
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR		(1)
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIÁRIA	194	198	102,06	28.332.919,00	28.332.919,00	100,0	9,38
TOTAIS									

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;
- (2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
- (3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
- (4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
- (5) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO – UO 15.115 – UG 080015
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	198.818.016,37	194.930.108,71	98,04	54,08
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	140.615.727,00	138.283.906,66	98,34	38,36
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	27.252.238,00	27.251.720,06	100,0	7,56
TOTALS		366.685.981,37	360.465.755,43	98,3	2,07

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	170.184.781,00	169.995.446,30	99,89	87,21
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	27.883.922,00	24.185.349,04	86,74	12,41
-	PROJETOS	749.313,37	749.313,37	100,0	0,38
TOTAIS		198.818.016,37	194.930.108,71	98,04	54,08

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	27000	30466	112,84	157.795.685,00	157.795.252,28	100,0	92,82
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	126	235	188,51	150.000,00	149.824,67	99,88	0,09
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	766	743	97,0	5.423.280,00	5.260.104,14	96,99	3,09
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2497	3061	122,59	5.393.300,00	5.393.300,00	100,0	3,17
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	165	158	95,76	554.400,00	528.931,21	95,41	0,31
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	594	1140	191,92	600.000,00	599.918,00	99,99	0,35
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,05
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VIMANTIDAS	64	64	100,0	179.100,00	179.100,00	100,0	0,11
TOTALS						170.184.781,00	169.995.446,30	99,89	87,21

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	27.883.922,00	24.185.349,04	86,74	12,41
	TOTAIS	27.883.922,00	24.185.349,04	86,74	12,41

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO/RO – UO 15.115 – UG 080015									
PROGRAMA 0371 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	336.923,37	336.923,37	100,0	44,96
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	412.390,00	412.390,00	100,0	55,04
TOTAIS DOS PROJETOS						749.313,37	749.313,37	100,0	0,38
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					137.115.727,00	136.451.667,47	99,52	98,68
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					3.500.000,00	1.832.239,19	52,35	1,32
TOTAIS						140.615.727,00	138.283.906,66	98,34	38,36
PROGRAMA 0069 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	174	191	109,77	27.252.238,00	27.251.720,06	100,0	7,56
TOTAIS						27.252.238,00	27.251.720,06	100,0	7,56

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJF

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (9) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento da Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO/CAMPINAS/SP – UO 15.116 – UG 080011
LQA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	825.351.645,00	825.219.262,75	99,98	83,44
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	19.992.136,00	18.782.942,28	93,95	1,9
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	144.936.803,00	144.936.803,00	100,0	14,66
TOTAIS		990.280.584,00	988.939.008,03	99,98	7,66

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	704.777.992,00	704.777.988,75	100,0	85,4
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	114.176.503,00	114.176.503,00	100,0	13,84
-	PROJETOS	6.397.150,00	6.264.771,00	97,93	0,76
TOTAIS		825.351.645,00	825.219.262,75	99,98	83,44

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICO/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	350000	317431	90,89	664.083.441,00	664.083.437,75	100,0	94,23
4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	6000	4165	69,42	3.000.000,00	3.000.000,00	100,0	0,43
2012	AUXILIO-ALIMENTACÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	2775	2978	107,32	20.192.480,00	20.192.480,00	100,0	2,87
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	13000	12275	93,37	13.915.120,00	13.915.120,00	100,0	1,97
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	600	607	101,17	2.658.950,00	2.658.950,00	100,0	0,38
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	2000	2398	119,9	500.000,00	500.000,00	100,0	0,07
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	95.196,00	95.196,00	100,0	0,01
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	350	114	32,57	332.805,00	332.805,00	100,0	0,05
TOTAIS						704.777.992,00	704.777.988,75	100,0	85,4

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0901	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	114.176.503,00	114.176.503,00	100,0	13,84
TOTAIS		114.176.503,00	114.176.503,00	100,0	13,84

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO/CAMPINAS/SP – UO 15.116 – UG 080011									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	3.198.200,00	3.198.200,00	100,0	51,05
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.798.950,00	1.798.950,00	100,0	28,72
11BH	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MOGI-GUAÇU - SP	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	40	23,6	59,0	700.000,00	700.000,00	100,0	11,17
11BO	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM RIO CLARO – SP (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	40	0	0,0	700.000,00	587.521,00	81,09	9,06
TOTAIS DOS PROJETOS						6.397.150,00	8.264.771,00	97,93	0,76

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0004	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIO)	16.674.521,00	15.466.227,28	92,76	92,24
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	3.317.615,00	3.317.615,00	100,0	17,66
TOTAIS		19.992.136,00	18.782.942,28	93,95	1,9

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	748	791	105,75	144.936.803,00	144.936.803,00	100,0	14,66
TOTAIS						144.936.803,00	144.936.803,00	100,0	14,66

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CIS/JT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(7) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0605 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO/MA – UO 15.117 – UG 080018
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	122.832.843,53	122.145.701,06	99,44	19,71
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20.197.305,00	19.772.308,42	97,90	12,9
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	11.323.028,00	11.323.025,92	100,0	7,39
	TOTAIS	154.353.176,53	153.241.035,40	99,28	1,22

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	106.178.497,00	106.065.318,66	99,89	86,84
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	13.370.773,00	14.996.843,84	96,31	12,28
-	PROJETOS	1.083.573,53	1.083.538,56	100,0	0,89
	TOTAIS	122.832.843,53	122.145.701,06	99,44	79,71

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	34001	38350	112,79	99.218.736,00	99.113.363,22	99,89	93,45
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	55	76	138,18	39.870,00	39.860,19	99,98	0,04
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	533	637	119,51	4.343.997,00	4.340.146,67	99,91	4,09
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	1234	1422	115,24	1.565.754,00	1.563.870,53	99,88	1,47
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	102	133	130,39	427.476,00	427.476,00	100,0	0,4
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	1000	1073	107,3	450.000,00	450.000,00	100,0	0,42
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,08
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	4	3	75,0	3.608,00	1.586,05	43,96	0,0
8124	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VIMANTIDAS	16	10	126,67	40.000,00	40.000,00	100,0	0,04
	TOTAIS					106.178.497,00	106.065.318,66	99,89	86,84

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	15.570.773,00	14.996.843,84	96,31	12,28
	TOTAIS	15.570.773,00	14.996.843,84	96,31	12,28

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO/MA – UO 15.117 – UG 080018

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	291.298,53	291.263,56	99,99	26,88
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	292.275,00	292.275,00	100,0	26,97
111R	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM PRESIDENTE DUTRA - MA	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	63	16,71	26,52	500.000,00	500.000,00	100,0	46,15
TOTAIS DOS PROJETOS						1.083.573,53	1.083.538,56	100,0	0,89

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)	10.010.274,00	10.449.312,93	98,06	93,31
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	1.382.031,00	1.322.935,94	95,72	6,69
TOTAIS		20.197.305,00	19.772.248,87	97,4	12,0

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	61	60	98,72	11.323.028,00	11.323.025,92	100,0	7,39
TOTAIS						11.323.028,00	11.323.025,92	100,0	7,39

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (resque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO – UO 15.119 – UG 080019
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
		VALOR	(1)		
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	166.501.783,93	165.692.277,12	99,51	81,62
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20.454.758,00	20.163.430,93	98,58	9,93
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	17.129.518,00	17.129.518,00	100,0	8,44
	SUBTOTAIS	204.086.057,93	202.985.226,05	99,46	99,99
569	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL (3)	5.425,00	5.425,00	100,0	41,18
570	GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL (TER/ES) (3)	7.750,00	7.750,00	100,0	58,82
	TOTAIS	204.099.232,93	202.998.401,05	99,46	1,61

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	142.475.981,00	142.448.376,79	99,98	85,97
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	21.402.867,00	20.620.964,40	96,35	12,45
-	PROJETOS	2.622.935,93	2.622.935,93	100,0	1,58
	TOTAIS	166.501.783,93	165.692.277,12	99,51	81,62

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZA-DA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	44000	46945	106,69	133.067.245,00	133.065.335,64	100,0	93,41
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	710	974	137,1	520.000,00	520.000,00	100,0	0,37
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	720	740	102,78	5.075.763,00	5.075.763,00	100,0	3,56
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2481	2518	101,49	2.911.980,00	2.903.628,72	99,71	2,04
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	180	160	88,89	502.033,00	499.669,35	99,53	0,35
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	660	1326	200,91	280.000,00	269.329,52	96,19	0,19
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (4)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,06
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	20	20	100,0	29.944,00	29.034,06	83,61	0,02
TOTAIS						142.475.981,00	142.448.376,79	99,98	85,97

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	21.402.867,00	20.620.964,40	96,35	12,45
	TOTAL	21.402.867,00	20.620.964,40	96,35	12,45

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO – UO 15.119 – UG 080019

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (5)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	371.796,60	371.796,60	100,0	14,17
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (6)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	751.139,33	751.139,33	100,0	28,64
1951	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO EM VITÓRIA – ES (7)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	2	0	0,0	1.500.000,00	1.500.000,00	100,0	57,19
TOTAIS DOS PROJETOS						2.622.935,93	2.622.935,93	100,0	1,58

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (8)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	5.938.931,00	5.938.931,00	100,0	29,45
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	14.515.825,00	14.224.499,93	97,99	70,55
TOTAIS		20.454.756,00	20.163.430,93	98,58	9,93

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA VALOR (1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	94	100	106,38	17.129.518,00	17.129.518,00	8,44
TOTAIS						17.129.518,00	17.129.518,00	8,44

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – Descentralização externa do crédito (destaque) recebida pelo TST da 17ª Região/RJ destinada à execução dos Programas: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal – R\$ 5.425,00 - referente ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Federal em curso promovido, efetivado pela UO 12.101 (Justiça Federal de 1º grau); 0570 – Gestão do Processo Eleitoral – R\$ 7.750,00 - referente ao destaque de custeio pela participação de servidores da Justiça Eleitoral em curso promovido, efetivado pela UO 14.108 (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE/ES);

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1,227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(6) – A meta física programada para o ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,85% e por isso não há resultados regionais;

(7) – Não consta registro/informação no SIGPLAN de metas físicas executadas;

(8) – Descentralização externa do crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	235.718.791,74	235.195.419,17	99,78	90,81
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.009.637,00	1.009.294,49	99,97	0,39
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	22.791.204,00	22.791.204,00	100,0	8,8
TOTAIS		259.519.632,74	258.995.917,66	99,8	2,06

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	182.634.537,00	182.561.741,45	99,96	77,62
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	25.805.444,00	25.354.866,98	98,25	10,78
-	PROJETOS	27.278.810,74	27.278.810,74	100,0	11,6
TOTAIS		235.718.791,74	235.195.419,17	99,78	90,81

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/MÉTA			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	82539	87317	105,79	168.520.877,00	168.520.764,28	100,0	92,31
4224	ASSISTÊNCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	2024	1759	86,91	1.138.000,00	1.138.000,00	100,0	0,62
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	865	1088	125,78	7.290.469,00	7.284.873,96	99,92	3,99
2004	ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	3350	3105	92,69	4.379.200,00	4.377.823,83	99,97	2,4
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	135	228	168,89	707.973,00	707.962,52	100,0	0,39
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	2145	1388	64,71	410.000,00	410.000,00	100,0	0,22
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,05
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	11	8	72,73	10.002,00	9.064,86	90,63	0,0
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	6	4	66,67	89.000,00	24.236,00	27,23	0,01
TOTAIS						182.634.537,00	182.561.741,45	99,96	77,62

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	25.805.444,00	25.354.866,98	98,25	10,78
TOTAIS		25.805.444,00	25.354.866,98	98,25	10,78

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO/GO – UO 15.119 – UG 080020									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	455.022,74	455.022,74	100,0	1,67
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.835.535,00	1.835.535,00	100,0	6,73
1B20	CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO - GO	COMPLEXO CONSTRUÍDO	13	2,16	16,62	24.988.253,00	24.988.253,00	100,0	91,6
TOTAIS DOS PROJETOS						27.278.810,74	27.278.810,74	100,0	11,6

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)					
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	785.064,00	784.721,51	99,96	77,75
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	224.573,00	224.572,98	100,0	22,25
TOTAIS		1.009.637,00	1.009.294,49	99,97	0,39

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO								
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA	
							VALOR (1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADOS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	115	123	106,96	22.791.204,00	22.791.204,00	100,0
TOTAIS						22.791.204,00	22.791.204,00	100,0

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/C&JT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/atividade tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,85% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (restação) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO - UO 15.120 - UO 080022
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	122.552.731,04	120.104.737,23	98,0	90,77
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.842.050,00	1.713.379,64	93,01	1,29
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	10.494.448,00	10.494.448,00	100,0	7,93
TOTAIS		134.889.229,04	132.312.564,87	98,09	1,05

RESUMO DO PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	105.276.184,00	105.267.787,74	99,99	87,65
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	15.727.822,00	14.338.224,97	91,16	11,94
-	PROJETOS	1.546.725,04	498.724,52	32,2	0,42
TOTAIS		122.552.731,04	120.104.737,23	98,0	90,77

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	29205	32351	110,77	97.819.471,00	97.818.084,66	100,0	92,92
4444	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	190	276	145,26	255.000,00	255.000,00	100,0	0,24
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	530	555	104,72	3.775.237,00	3.775.237,00	100,0	3,59
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2092	2156	103,06	2.460.192,00	2.460.192,00	100,0	2,34
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	125	124	99,2	534.312,00	534.312,00	100,0	0,51
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	300	325	108,67	240.000,00	232.990,08	97,08	0,22
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,08
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	80	71	88,75	102.956,00	102.956,00	100,0	0,1
TOTAIS						105.276.184,00	105.267.787,74	99,99	87,65

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0908	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	15.727.822,00	14.338.224,97	91,16	11,94
TOTAIS		15.727.822,00	14.338.224,97	91,16	11,94

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO/AL – UO 15.120 – UG 080022

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	233.675,04	233.674,52	100,0	46,85
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (5) (6)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	265.050,00	265.050,00	100,0	53,15
1N02	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE MACEIO-AL. (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	3	0	0,0	1.050.000,00	0,00	0,00	0,0
TOTAIS DOS PROJETOS						1.548.725,04	498.724,52	32,2	0,42

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIO)	1.542.050,00	1.497.171,53	97,09	87,38
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	300.000,00	216.208,11	72,07	12,62
TOTAIS		1.842.050,00	1.713.379,64	93,01	1,29

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADO-RIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIÁRIA	69	64	92,75	10.494.448,00	10.494.448,00	100,0	7,93
TOTAIS						10.494.448,00	10.494.448,00	100,0	7,93

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado de execução em relação à dotação disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/atividade tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11.35) e executada (3.592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – não há registro/normativo sobre metas físicas executadas;

(7) – Descentralização externa do crédito (desaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SE – UO 15.121 – UG 080023

LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	104.076.668,00	102.010.301,54	98,01	88,06
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	4.928.415,00	4.810.319,20	97,6	4,15
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	9.025.668,00	9.025.473,86	100,0	7,79
TOTAIS		118.030.751,00	115.846.094,60	98,16	0,00

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	88.049.734,00	87.061.033,08	99,0	86,32
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	14.837.109,00	12.859.452,56	86,67	12,61
-	PROJETOS	1.189.825,00	1.189.825,00	100,0	1,17
TOTAIS		104.076.668,00	102.010.301,54	98,01	88,06

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	22300	21601	96,87	82.703.833,00	82.703.823,28	100,0	94,02
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	420	432	102,86	445.000,00	438.409,26	98,52	0,5
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	300	373	100,01	2.577.000,00	2.575.035,03	99,89	2,93
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	1370	1395	101,82	1.604.223,00	1.552.986,38	96,81	1,77
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	94	97	100,0	349.400,00	340.714,10	97,37	0,30
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	700	520	74,29	280.000,00	261.519,93	93,4	0,3
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,1
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (4)	SERVIDORES BENEFICIADOS	2	0	0,0	462,00	0	0,0	0,0
TOTAIS						89.049.734,00	87.061.033,08	98,00	86,32

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0901	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	14.837.109,00	12.859.452,56	86,67	12,61
TOTAIS		14.837.109,00	12.859.452,56	86,67	12,61

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SE – UO 15.121 – UG 080023									
PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	279.825,00	279.825,00	100,0	23,52
7P55	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM MARUM – SE (4)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	100	0	0,0	910.000,00	910.000,00	100,0	76,48
TOTAIS DOS PROJETOS						1.189.825,00	1.189.825,00	100,0	1,17
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					1.762.545,00	1.762.544,92	100,0	38,64
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					3.165.870,00	3.047.774,28	96,27	63,36
TOTAIS						4.928.415,00	4.810.319,20	97,6	4,15
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	56	58	103,57	9.025.668,00	9.025.473,86	100,0	7,79
TOTAIS						9.025.668,00	9.025.473,86	100,0	7,79

FONTE: SIAT (VERSÃO 02/08), SICPLAN, LADO GESTOR

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,55% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN – UO 15.122 – UG 090021
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	140.210.378,00	139.750.142,81	99,67	73,48
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	38.072.744,00	36.717.287,56	96,44	19,31
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	13.716.172,00	13.714.234,63	99,99	7,21
	TOTAIS	191.999.294,00	190.181.665,00	99,05	1,51

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	121.341.598,00	120.896.362,79	99,63	86,51
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS (3)	18.198.997,00	18.198.997,00	100,0	13,02
-	PROJETOS	669.783,00	654.783,02	97,76	0,47
	TOTAIS	140.210.378,00	139.750.142,81	99,67	73,48

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	40000	37035	92,59	112.582.502,00	112.348.152,02	99,79	92,93
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	144	125	86,81	120.960,00	109.121,61	90,21	0,09
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	677	651	96,16	4.553.160,00	4.550.529,29	99,07	3,76
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	2476	2476	100,0	3.145.042,00	3.067.036,63	97,52	2,54
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	146	120	82,07	187.300,00	155.100,00	82,87	0,30
4081	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	350	371	106,0	300.000,00	286.533,99	95,51	0,24
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (4)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,07
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	12	9	75,0	23.718,00	20.803,60	87,71	0,02
TOTAIS						121.341.598,00	120.896.362,79	99,63	86,51

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			(2)
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	18.198.997,00	18.198.997,00	100,0	13,02
	TOTAIS	18.198.997,00	18.198.997,00	100,0	13,02

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO/RN - UD 15.122 - UG 080021

PROGRAMA 0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA - PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P06	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	90.986,00	90.986,00	100,0	13,9
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	401.764,00	401.764,00	100,0	61,36
1M42	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO AO DEPOSITO JUDICIAL DA CIDADE DE GOIANI-NH/RN	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	71	61,98	87,3	177.033,00	162.033,02	91,53	24,76
TOTAIS DOS PROJETOS						669.783,00	654.783,02	97,76	0,47

PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	37.183.272,00	35.921.793,91	96,61	97,83
0525	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	889.472,00	795.493,66	89,43	2,17
TOTAIS		38.072.744,00	36.717.287,56	96,44	19,31

PROGRAMA 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	140	90	64,29	13.716.172,00	13.714.234,63	99,99	7,21
TOTAIS						13.716.172,00	13.714.234,63	99,99	7,21

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) - Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (6) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) - A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3.562), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) - Descrição/realização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com associação no âmbito das Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0525 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO/PI – UO 15.123 – UO 080024
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	67.165.945,00	66.300.900,65	98,98	93,93
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.550.855,00	1.366.166,50	88,09	1,49
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	4.213.438,00	4.213.438,00	100,0	4,59
TOTAIS		92.950.238,00	91.000.505,15	96,83	0,73

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	73.769.794,00	73.733.221,19	99,95	83,44
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	11.565.952,00	10.717.480,64	92,66	12,42
-	PROJETOS	1.850.199,00	1.850.198,82	100,0	2,14
TOTAIS		87.185.945,00	86.300.900,65	98,98	93,93

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	22501	24805	109,72	69.357.994,00	69.355.934,87	100,0	94,06
4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	40	59	147,5	40.000,00	36.377,00	90,94	0,05
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	395	375	94,94	2.667.809,00	2.663.390,89	99,83	3,61
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	990	969	97,88	1.067.179,00	1.067.179,00	100,0	1,45
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	123	119	96,75	405.680,00	400.680,00	98,77	0,54
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	300	434	144,67	100.000,00	99.897,48	99,9	0,14
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,12
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	5	3	50,0	12.116,00	10.859,41	89,63	0,01
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	11	11	100,0	30.000,00	9.886,74	32,96	0,01
TOTAIS						73.769.794,00	73.733.221,19	99,95	85,44

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0901	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	11.565.952,00	10.717.480,64	92,66	12,42
TOTAIS		11.565.952,00	10.717.480,64	92,66	12,42

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO/PI – UO 15.123 – UO 080024									
PROGRAMA 0871 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1PR6	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	44.448,00	44.448,00	100,0	2,4
5003	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	305.751,00	305.751,00	100,0	15,53
110C	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRT DA 22ª REGIÃO EM TERESINA – PI (6)	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	1	0	0,0	1.500.000,00	1.400.000,82	100,0	81,07
TOTAIS DOS PROJETOS						1.850.199,00	1.850.198,82	100,0	2,14
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (7)									
AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO					DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)					1.404.939,00	1.320.250,83	93,97	96,64
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS					145.916,00	45.915,67	31,47	3,36
TOTAIS						1.550.855,00	1.366.166,50	88,09	1,49
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO									
AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR		
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	17	22	129,41	4.213.438,00	4.213.438,00	100,0	4,59
TOTAIS						4.213.438,00	4.213.438,00	100,0	4,59

Fontes: SIAP (transação CONOR), SIGPLAN, ASPO-SGCSJT

Notas:

- (1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;
- (2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;
- (3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;
- (4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (2) e executada (1.447), ou seja, execução de 72,34% e por isso não há resultados regionais;
- (5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;
- (6) – Não há registro/informação sobre metas físicas executadas;
- (7) – Descentralização externa de crédito (deslague) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PVP).

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO/MT – UO 15.124 – UG 080025
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	142.160.179,00	141.006.386,14	99,36	92,08
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	693.242,00	464.544,24	67,01	0,3
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	11.824.898,00	11.669.375,16	98,68	7,62
TOTAIS		154.678.320,00	153.229.305,54	99,06	1,22

RESUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	121.414.906,00	121.402.454,28	99,99	86,04
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	19.078.653,00	18.026.447,86	94,48	12,78
-	PROJETOS	1.666.620,00	1.666.484,00	99,99	1,18
TOTAIS		142.160.179,00	141.006.386,14	99,25	92,08

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	41412	36227	87,48	114.242.570,00	114.242.552,21	100,0	94,1
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	359	440	122,56	387.539,00	387.539,00	100,0	0,32
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	541	610	112,75	4.182.224,00	4.175.403,13	99,84	3,44
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	1912	1704	89,12	1.334.029,00	1.334.029,00	100,0	1,1
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	115	120	104,35	408.820,00	408.800,00	100,0	0,34
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	865	1086	125,55	663.932,00	663.932,00	100,0	0,55
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (E-JUS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,07
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	7	1	14,29	6.775,00	1.182,94	17,46	0,0
8134	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JT	VI MANTIDAS	21	21	100,0	100.000,00	100.000,00	100,0	0,08
TOTAIS						121.414.906,00	121.402.454,28	99,99	86,04

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0908	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	19.078.653,00	18.026.447,86	94,48	12,78
TOTAIS		19.078.653,00	18.026.447,86	94,48	12,78

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO/MT – UO 15.124 – UG 080025

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	380.640,00	380.640,00	100,0	22,84
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	685.990,00	685.644,00	99,98	41,16
1C41	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO EM AGUA BOA - MT	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	100	50	50,0	600.000,00	600.000,00	100,0	36,0
TOTAIS DOS PROJETOS						1.666.620,00	1.666.484,00	99,99	1,18

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	193.242,00	141.329,33	73,14	30,42
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	500.000,00	323.214,91	64,64	69,58
TOTAIS		693.242,00	464.544,24	67,01	0,3

PROGRAMA 0909 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIADA	58	69	118,97	11.824.899,00	11.669.375,16	98,68	7,62
TOTAIS						11.824.899,00	11.669.375,16	98,68	7,62

Fontes: SIAFI (transação CONOR), SIGPLAN, ASPD-SIGCSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultado: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (destaque) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO/MS – UO 15.125 – UG 080028
LOA/2010 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PROGRAMA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
0571	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	151.526.782,90	150.790.871,22	99,51	93,67
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	935.329,00	929.037,22	99,33	0,58
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	9.253.780,00	9.253.387,89	100,0	5,75
	TOTAIS	161.715.891,90	160.973.296,33	99,54	1,28

RÉSUMO DO PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

CÓD.	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
-	ATIVIDADES	119.061.747,00	118.685.588,15	99,58	78,71
-	OPERAÇÕES ESPECIAIS	77.487.293,00	77.127.540,17	97,94	11,36
-	PROJETOS	14.977.742,90	14.977.742,90	100,0	9,93
	TOTAIS	151.526.782,90	150.790.871,22	99,51	93,67

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – ATIVIDADES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
4256	APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	PROCESSOS JULGADOS	37200	32196	86,55	109.882.460,00	109.540.840,60	99,69	92,29
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	PESSOAS ASSISTIDAS	480	616	128,33	532.000,00	532.000,00	100,0	0,45
2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	676	599	103,00	4.148.080,00	4.147.120,45	99,90	3,49
2004	ASSISTÊNCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOAS BENEFICIADAS	1900	1849	97,32	3.167.961,00	3.165.171,51	99,91	2,67
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS ATENDIDAS	138	149	107,97	469.080,00	468.769,42	99,93	0,39
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	390	610	156,41	730.794,00	701.352,16	95,97	0,59
2073	MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JT (F-JIIS) (3)	SISTEMA MANTIDO	-	-	-	89.016,00	89.016,00	100,0	0,08
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDORES BENEFICIADOS	6	2	33,33	4.356,00	3.309,01	75,96	0,0
0134	MANUTENÇÃO DE VARAS MINISTRANTES NA JT	VIMANTIDAS	0	0	100,0	36.000,00	36.000,00	100,0	0,03
TOTAIS						119.061.747,00	118.685.588,15	99,58	78,71

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – OPERAÇÕES ESPECIAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	DADOS FINANCEIROS			
		DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		(2)
			VALOR	(1)	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	17.487.293,00	17.127.540,17	97,94	11,36
	TOTAIS	17.487.293,00	17.127.540,17	97,94	11,36

CONSOLIDADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO/MS – UO 15.125 – UG 080026

PROGRAMA 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA – PROJETOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVISTA	REALIZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (4)	INSTALAÇÃO MODERNIZADA	-	-	-	38.157,90	38.157,90	100,0	0,25
5093	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO (E-JUS) (5)	SISTEMA IMPLANTADO	-	-	-	1.339.585,00	1.339.585,00	100,0	8,94
11EN	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO EM CAMPO GRANDE - MS	EDIFÍCIO CONSTRUÍDO	47	7,39	15,72	13.600.000,00	13.600.000,00	100,0	99,8
TOTAIS DOS PROJETOS						14.977.742,90	14.977.742,90	100,0	9,93

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS (6)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIO)	775.329,00	775.328,00	100,0	83,46
0625	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR DEVIDA PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	160.000,00	153.709,22	96,07	16,55
TOTAIS		935.329,00	929.037,22	99,33	0,58

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS			(2)
			PREVISTA	REALIZA-DA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	DESPESA EXECUTADA		
							VALOR	(1)	
0396	PAGAMENTO DE APOSENTADO-RIAS E PENSÕES	PESSOA BENEFICIÁRIA	59	58	98,31	9.253.780,00	9.253.387,89	100,0	5,75
TOTAIS						9.253.780,00	9.253.387,89	100,0	5,75

Fontes: SIAFI (transação CÔNDR), SIGPLAN, ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) – Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponibilizada;

(2) – Percentual apurado no Programa em relação ao total da Despesa Executada;

(3) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (1) e executada (1), ou seja, execução de 100% e por isso não há resultados regionais;

(4) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (5) e executada (1.227), ou seja, execução de 24,54% e por isso não há resultados regionais;

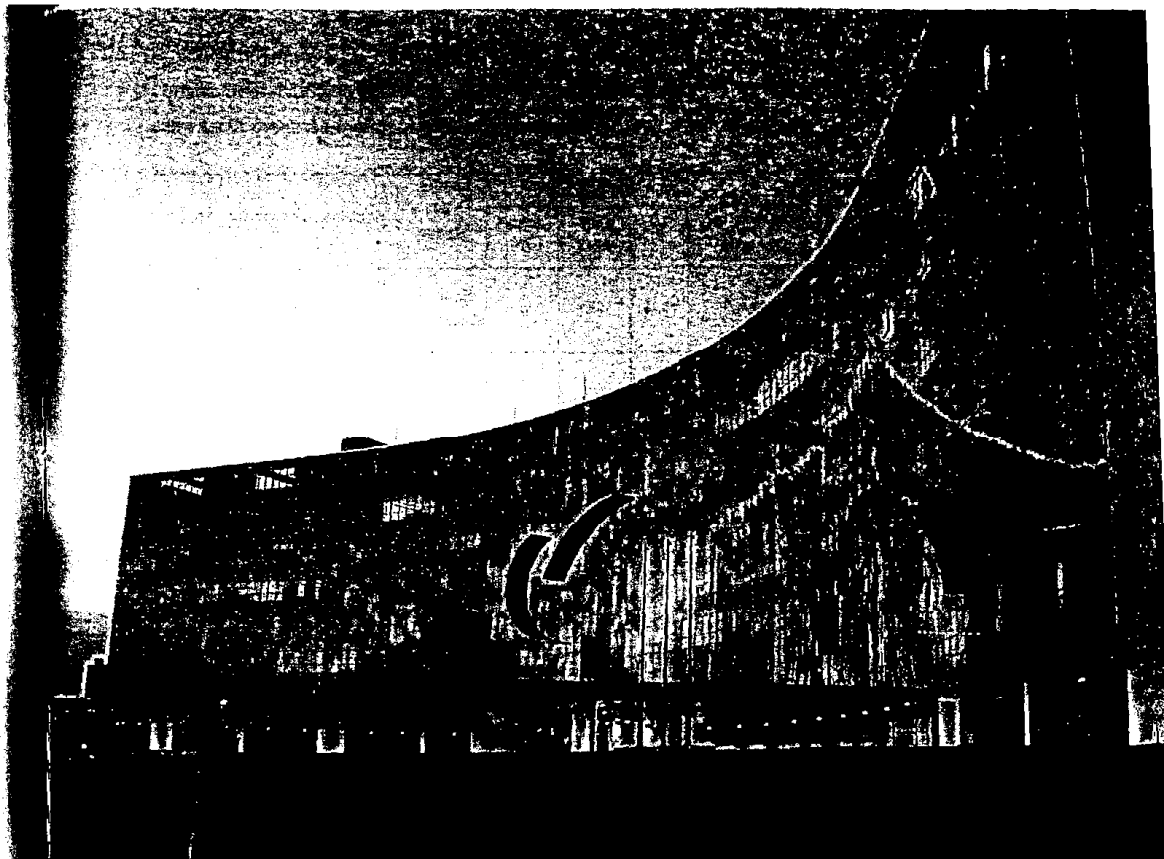
(5) – A meta física programada para a ação/projeto tem caráter nacional e indicou como resultados: prevista (11,35) e executada (3,592), ou seja, execução de 31,65% e por isso não há resultados regionais;

(6) – Descentralização externa de crédito (despesa) recebida destinada à execução do Programa 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais, abrangendo órgãos da Administração Indireta, com execução no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, compreendendo: Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório); e Ação 0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (RPV);

MARCOS AUGUSTO WILLMANN SAAR DE CARVALHO
Assessor-Chefe de Planejamento, Orçamento e Finanças do CSJT

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho



Relatório de Prestação de Contas

Justiça do Trabalho – Exercício 2010

Volume IV – Execução dos Projetos do Programa

0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

EXECUÇÃO DOS PROJETOS DO PROGRAMA 0571
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

Apresenta-se a seguir demonstrativo da execução dos projetos do Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista, ressaltando, contudo que os dois principais projetos, sob a perspectiva da relevância monetária, encontram-se comentados no Volume 1, item A.3.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVIS-TA	REALI-ZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1P66 (a)	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	Instalação Modernizada	5	1,227	24,54	14.384.448,00	13.273.163,39	92,27	9,19
5093 (b)	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)	Sistema Implantado	11,35	3,592	31,65	55.029.396,00	54.928.436,42	99,82	38,04
SUBTOTAIS 1 - PROJETOS NACIONAIS						69.413.844,00	68.201.599,81	98,25	47,24
1A55 (c)	Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista em Campos dos Goytacazes - RJ	Edifício Construído	5	0	0,0	420.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS - PROJETOS TRT 1/RJ						420.000,00	0,00	0,0	0,0
11MT (d)	Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista em Coronel Fabriciano - MG	Edifício Construído	10	8	80,0	350.000,00	350.000,00	100,0	0,24
1M91 (e)	Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista em Divinópolis - MG	Edifício Construído	20	4	20,0	300.000,00	300.000,00	100,0	0,35
1M98 (f)	Construção de Edifício Sede da Vara do Trabalho em Ribeirão das Neves - MG	Edifício Construído	20	0	0,0	120.000,00	120.000,00	100,0	0,08
TOTAIS - PROJETOS TRT 3/MG						970.000,00	970.000,00	100,0	0,01
1B32 (g)	Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre - RS	Edifício Construído	15	2,63	17,53	4.000.000,00	4.000.000,00	100,0	2,77
TOTAIS - PROJETOS TRT 4/RS						4.000.000,00	4.000.000,00	100,0	0,05



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVIS-TA	REALI-ZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
11EL (h)	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA	Edifício Construído	1	0,361	36,10	8.980.000,00	8.980.000,00	100,0	6,22
TOTAIS - PROJETOS TRT 5/BA						8.980.000,00	8.980.000,00	100,0	0,12
1311 (i)	Construção de Edifício Sede da Vara do Trabalho em Olinda - PE	Edifício Construído	100	0	0,0	960.000,00	0,00	0,0	0,0
1318 (j)	Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista de Paulista - PE	Edifício Construído	49	0	0,0	1.340.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS - PROJETOS TRT 6/PE						2.300.000,00	0,00	0,0	0,0
7P64 (k)	Aquisição de Imóvel para Posto Avançado da JT em Aracati - CE	Imóvel Adquirido	1	0	0,0	105.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS - PROJETOS TRT 7/CE						105.000,00	0,00	0,0	0,0
11HA (l)	Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua - PA	Fórum Construído	39	0,17	0,44	1.645.000,00	10.282,23	0,63	0,01
1169 (m)	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região em Belém - PA	Sede Ampliada	5	0	0,0	1.408.000,00	8.300,00	0,59	0,01
7P54 (n)	Aquisição de Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Xinguara - PA	Edifício Adquirido	1	1	100,0	100.000,00	100.000,00	100,0	0,07
TOTAIS - PROJETOS TRT 8/PA						3.153.000,00	118.582,23	3,76	0,08
11EX (o)	Construção de Fórum Trabalhista em Londrina - PR	Fórum Construído	23	0	0,0	2.650.000,00	2.650.000,00	100,0	1,84
1109 (p)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco - PR	Edifício Construído	72	0	0,0	930.400,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS - PROJETOS TRT 9/PR						3.580.400,00	2.650.000,00	74,01	0,03



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVIS-TA	REALI-ZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1M72 (q)	Construção de Edifício-Sede de Fórum Trabalhista em Araguaína - TO	Edifício Construído	49,827	6,792	13,63	2.000.000,00	2.000.000,00	100,0	1,39
1M76 (r)	Construção de Edifício-Sede de Vara do Trabalho em Dianópolis - TO	Edifício Construído	55,394	0	0,0	471.901,00	471.900,55	100,0	0,33
TOTAIS - PROJETOS TRT 10/DF/TO						2.471.901,00	2.471.900,55	100,0	0,03
127M (s)	Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região	-	0	0	0,0	5.337.181,00	4.013.698,12	75,20	2,78
10WS (t)	Construção do Edifício-Sede de Fórum Trabalhista em Manaus - AM	Edifício Ampliado	75	0	0,0	12.083.921,00	3.953.926,15	32,77	2,74
TOTAIS - PROJETOS TRT 11/AM/RR						17.401.102,00	7.967.624,27	45,79	0,10
11ET (u)	Construção de Edifício-Sede de Fórum Trabalhista de Joinville - SC	Edifício Construído	12	11,92	99,33	1.000.000,00	1.000.000,00	100,0	0,69
TOTAIS - PROJETOS TRT 12/SC						1.000.000,00	1.000.000,00	100,0	0,01
10WT (v)	Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa - PB	Fórum Construído	18	3,09	17,17	3.000.000,00	3.000.000,00	100,0	2,08
TOTAIS - PROJETOS TRT 13/PB						3.000.000,00	3.000.000,00	100,0	0,04
11BH (x)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Mogi-Guaçu - SP	Edifício Construído	40	23,6	59,0	700.000,00	700.000,00	100,0	0,48
11BO (y)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Rio Claro - SP	Edifício Construído	40	0	0,0	700.000,00	567.621,00	81,09	0,39
TOTAIS - PROJETOS TRT 15/CAMPINAS/SP						1.400.000,00	1.267.621,00	90,54	0,02
11IR (z)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Presidente Dutra - MA	Edifício Construído	63	18,71	29,52	500.000,00	500.000,00	100,0	0,35
TOTAIS - PROJETOS TRT 16/MA						500.000,00	500.000,00	100,0	0,01



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVIS-TA	REALI-ZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
1B51 (aa)	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES	Edifício Construído	2	0	0,0	1.500.000,00	1.500.000,00	100,0	1,04
TOTAIS - PROJETOS TRT 17/ES						1.500.000,00	1.500.000,00	100,0	0,02
1B39 (ab)	Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Complexo Construído	13	2.155	16,58	24.988.253,00	24.988.253,00	100,0	17,31
TOTAIS - PROJETOS TRT 18/GO						24.988.253,00	24.988.253,00	100,0	0,33
1N02 (ac)	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió-AL	Edifício Construído	3	0	0,0	1.050.000,00	0,00	0,0	0,0
TOTAIS - PROJETOS TRT 19/AL						1.050.000,00	0,00	0,0	0,0
7P55 (ad)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Marumim - SE	Edifício Construído	100	0	0,0	910.000,00	910.000,00	100,0	0,63
TOTAIS - PROJETOS TRT 20/SE						910.000,00	910.000,00	100,0	0,01
1M42 (ae)	Construção de Edifício destinado ao Depósito Judicial da cidade de Goianinha/RN	Edifício Construído	71,95	61,98	86,14	177.033,00	162.033,02	91,53	0,11
TOTAIS - PROJETOS TRT 21/RN						177.033,00	162.033,02	91,53	0,00
11BC (af)	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI	Edifício Construído	4	0	0,0	1.500.000,00	1.499.999,82	100,0	1,04
TOTAIS - PROJETOS TRT 22/PI						1.500.000,00	1.499.999,82	100,0	0,02
1C41 (ag)	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Água Boa - MT	Edifício Construído	100	50	50,0	600.000,00	600.000,00	100,0	0,42
TOTAIS - PROJETOS TRT 23/MT						600.000,00	600.000,00	100,0	0,01



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	UNIDADE DE MEDIDA	DADOS FÍSICOS/META			DADOS FINANCEIROS		(1)	(2)
			PREVIS-TA	REALI-ZADA	%	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA		
11EN (ah)	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande - MS	Edifício Construído	19	7,391	38,90	13.600.000,00	13.600.000,00	100,0	9,42
TOTAIS - PROJETOS TRT 24/MS						13.600.000,00	13.600.000,00	100,0	0,18
SUBTOTAIS 2 - PROJETOS REGIONAIS						93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO				DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA	EXECUÇÃO DA DESPESA	(1)	(2)
SUBTOTAIS 1 - PROJETOS NACIONAIS				69.413.844,00	68.201.599,81	98,25	47,24
SUBTOTAIS 1 - PROJETOS NACIONAIS				93.606.689,00	76.186.013,89	81,39	52,76
TOTAIS DOS PROJETOS				163.020.533,00	144.387.613,70	88,57	1,53

Fontes: SIAFI/SIGPLAN; ASPO-SG/CSJT

Notas:

(1) - Percentual apurado da Execução em relação à Dotação Disponível;

(2) - Percentual apurado na Ação em relação ao total da Despesa Executada.

PROJETOS SOB RESPONSABILIDADE DE ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

1 - DE ÂMBITO NACIONAL - JUSTIÇA DO TRABALHO:

A execução física e financeira do programa foi realizada dentro do previsto. A despeito dos percalços apontados nos trimestres anteriores por esta gerência e de não havermos conseguido apurar os indicadores da totalidade do exercício (os índices apurados refletem o resultado obtido até outubro), os números mostram a superação ou a indicação de superação das metas quando for compilada a totalidade dos dados.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem envidado esforços junto às Unidades Orçamentárias visando a implementar a melhoria da qualidade da informação inserida nos sistemas de suporte criados para gerenciar as ações. Nesse intuito, tem-se, inclusive, promovido encontros anuais com os Coordenadores de Ação, suas equipes e os técnicos da Gerência, visando o aprimoramento e a discussão de questões relativas à execução das metas físicas e financeiras das ações e do programa finalístico da Justiça do Trabalho, bem como a inserção de informações no sistema.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A normatização que disciplina o planejamento, a execução e o monitoramento de obras na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus - o que abrange o estabelecimento de parâmetros para contratação de serviços de reforma e construção e a fixação de referenciais de áreas para elaboração de projetos arquitetônicos (Resolução n.º 70, de 29 de setembro de 2010) - foi aprovada recentemente, publicada no DEJT de 29 de setembro (sendo considerada publicada em 30/9/2010, nos termos da Lei n.º 11.419/2006).

Esse instrumento possibilitou a padronização dos critérios e parâmetros a serem utilizados no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, atendendo, assim, a diversas situações que careciam de regulamentação.

Outro importante dispositivo regulamentador implementado pelo CSJT refere-se à aprovação da Resolução n.º 74/2010, que institui o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho até 2014. O plano representa um marco no fortalecimento da cultura do planejamento estratégico, tratado de maneira coordenada pelos órgãos da Justiça do Trabalho, e proporcionará condição favorável para tomada de decisão em atendimento aos objetivos institucionais e para o cumprimento da sua missão.

O Planejamento da Justiça do Trabalho conta com 17 objetivos estratégicos, 35 indicadores, 35 metas e 34 ações que permitirão mensurar o grau de alcance dos objetivos traçados, bem como redefinir prioridades e ajustar os rumos das iniciativas com foco em resultados.

Destaques-se, por fim, a publicação do Ato n.º 116/2010 – CSJT/SG em 15 setembro de 2010, que institui a Metodologia de Gerenciamento de Projetos Nacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus – MGP/IT.

A partir de agora, fica formalmente definido o processo de gestão de projetos nacionais de TI que visa, sobretudo, permitir uma maior organização, controle e monitoramento dos projetos em curso na Justiça do Trabalho. A referida política se coaduna com as melhores práticas de governança de TI, preconizadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Nacional de Justiça, que considera a gestão de projetos como atividade estratégica consoante o inciso II, § 2º, art. 2º da Resolução n.º 90.

Ressaltamos, entretanto, alguns descompassos na execução pontual de determinadas ações, especialmente projetos que tiveram sua execução um pouco prejudicada devido a problemas oriundos do contingenciamento ou de dificuldades na fase de licitação das obras.

Cumprir observar, ainda, que a Justiça do Trabalho sofreu prejuízos nesse exercício em função dos cortes realizados no Congresso Nacional por ocasião da aprovação da Proposta Orçamentária para 2010, especialmente no que tange às ações de Custeio dos Tribunais.

Observou-se, quanto às ações analisadas, que suas metas estão sendo alcançadas e, no caso da ação de Capacitação de Recursos Humanos, até ultrapassadas. Por outro lado, registre-se que a principal meta do programa, o julgamento de processos, foi plenamente atendida, atingindo 95,82% da demanda prevista.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

(a) 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

Projeto de caráter nacional custeado com recursos consignados na UO 15.101, que são descentralizados às demais unidades com o fito de propiciar a realização de melhorias estruturais nas instalações físicas existentes, bem como, na adequação de sua rede lógica e na aquisição de mobiliário ergonômico, em conformidade com o teor das determinações contidas nas Resoluções CSJT n.º 53 e 54/2008.

Dos recursos inicialmente alocados na LOA/2010, no valor de R\$ 20.330.000,00, importância equivalente a R\$ 5.945.552,00 foi utilizada para suprir carências orçamentárias nas ações de custeio, e assim, restou disponibilizado para o projeto, R\$ 14.384.448,00.

Para a realização de despesas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, foram repassados, por meio de descentralizações/provisões concedidas, R\$ 12.792.663,70 ou 88,93% dos recursos disponibilizados, o que possibilitou alcançar, como um todo, meta física de 24,54% e financeira de 92,27%.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à existência de recursos consignados no orçamento consignado por meio de emenda à LOA nas Unidades Orçamentárias 15.108 e 15.109, sendo que, a primeira, teve realização física de 100% e financeira de 49,74%. Os recursos foram utilizados para a modernização de gabinetes, do estúdio de TV e dos Edifícios Anexo I e D. Hélder.

Já a segunda realizou meta física de 38,6% com realização financeira de 35,59%, sendo os recursos aplicados na aquisição de impressoras multifuncionais e na instalação de sala para abrigar o site *backup* dos sistemas de informação da UO.

(b) 5093 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)

No exercício de 2010 a ação/projeto foi contemplada com recursos orçamentários envolvendo a dotação autorizada de R\$ 55.029.396,00 (cinquenta e cinco milhões, vinte e nove mil e trezentos e noventa e seis reais) e a execução de despesas apontou realização de importância equivalente a R\$ 54.928.436,42 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), o que representa 99,82% do total ou 38,04% do total da execução no Programa 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista.

A execução da Ação contou com a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho, que receberam recursos, por meio de descentralizações orçamentárias/provisões, como forma de promover a realização das ações correspondentes ao projeto no âmbito de cada Tribunal.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2 – NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO:

Observa-se que, alguns TRT's, informaram a ocorrência de execução financeira sem a respectiva contrapartida física, por se tratar de valores afetos à elaboração de projetos (arquitetônicos, hidráulicos, executivos, lógica, telefonia, etc.). Ademais, verificou-se que, em alguns projetos houve contingenciamento de recursos financeiros inicialmente previstos, o que impossibilitou o prosseguimento na execução inicialmente programada.

Cabe destacar que, dos 34 projetos existentes, 24 apresentaram execução orçamentária abaixo dos 30%, sendo que, 9 deles não demonstraram nenhuma execução em seus empreendimentos e 6 projetos tiveram execução superior a 30%, porém inferior a 80%. Por fim, apenas 4 obras tiveram execução orçamentária superior a 80%, sendo 2 integralmente executadas.

Alguns Tribunais Regionais do Trabalho relataram em seus projetos diversas situações peculiares enfrentadas ao longo do exercício, cabendo mencionar as seguintes:

2.1 - TRT DA 1ª REGIÃO – RIO DE JANEIRO/RJ (UG 080009)

O Tribunal Regional do Trabalho detinha, apenas, 1 projeto destinado à construção consignado na LOA/2010.

(c) Ação 1A55 - Construção do Fórum Trabalhista em Campos de Goytacazes/RJ

Este projeto de construção encontrava-se originalmente orçado em R\$ 9.318.193,00. O projeto executivo da obra foi contratado em dezembro de 2009 e deverá ser executado com recursos inscritos em "restos a pagar" no exercício de 2010.

A dotação disponibilizada no exercício, envolvendo o valor de R\$ 420.000,00, não pôde ser executada, como também a meta física prevista, cabendo, tão-somente, a programação de realização do orçamento de 2010 em dezembro do exercício corrente.

2.2 - TRT DA 3ª REGIÃO – BELO HORIZONTE/MG (UG 080008)

Foram 3 os projetos de construção do Regional contemplados com recursos consignados na LOA/2010, quais sejam:

(d) Ação 11MT - Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista em Coronel Fabriciano/MG

A ação teve dotação disponibilizada da ordem de R\$ 350.000,00, que foi integralmente executada no exercício. A meta física prevista para o ano era de 10% da obra e o TRT atingiu 8%, ou seja, cumprimento de 80% do prevista para o exercício.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

(e) Ação 1M91 - Construção de Edifício Sede de Fórum Trabalhista em Divinópolis/MG

A dotação disponibilizada para este projeto envolveu recursos no montante de R\$ 500.000,00, os quais foram integralmente executados no exercício.

A meta física prevista era de 20% e o Regional conseguiu cumprir, apenas, 4%, ou seja, 20% da programação original, como consequência do fato de que o procedimento licitatório (concorrência 2/2010) ter sido concluído em 14 de outubro/2010 e a contratação efetivada em 25 de outubro/2010. A projeção inicial orçava em R\$ 2.500.000,00.

(f) Ação 1M98 - Construção de Edifício Sede da Vara do Trabalho em Ribeirão das Neves/MG

A ação foi contemplada com dotação disponibilizada no valor de R\$ 120.000,00, cujo montante não chegou a ser executado, nem tão pouco em relação à meta física prevista, que era de 20%, restando assim, a expectativa de alocar novos recursos para o prosseguimento em 2011. O projeto foi originariamente orçado no valor total de R\$ 600.000,00.

2.3 – TRT DA 4ª REGIÃO - PORTO ALEGRE/RS (UG 080014)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção com recursos consignados na LOA.

(g) Ação 1B32 - Construção de Edifício de Apoio ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Porto Alegre/RS

Este projeto trata da construção de uma edificação composta de torre e auditorio, em que a torre contará com 9 pavimentos e abrigará os setores administrativos deste Tribunal, incluindo *datacenter*, agências bancárias, restaurante, e o auditorio com sala de reunião do Tribunal Pleno terá capacidade para mais de 400 pessoas e encontrava-se originalmente orçado em R\$ 26.451.670,00.

A construção contará com sistemas automatizados para controle de iluminação, climatização e elevadores, visando o uso racional de energia e redução de custos com eletricidade. O edifício está projetado de forma a permitir o acesso a pessoas portadoras de deficiência, conforme o previsto na Lei n.º 10.098/2000.

A primeira fase da obra, abrangendo fundações e supra-estrutura foi contratada através da concorrência n.º 2/2007-3 (Processo TRT 03576-2007-000-04-00-1). A segunda fase, envolvendo instalações prediais e acabamentos, foi contratada mediante a concorrência n.º 6/2009-3 (Processo TRT 03202-2009-000-04-00-8) está em fase final de execução.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A ação teve dotação disponibilizada da ordem de R\$ 4.000.000,00, que foi integralmente executada no exercício. A meta física prevista para o ano era de 15%, no entanto, só foi possível alcançar 2,63%, ou seja, 17,53% do programado.

2.4 – TRT DA 5ª REGIÃO – SALVADOR/BA (UG 080007)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção com recursos consignados na LOA.

(h) Ação 11EL – Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador/BA

Trata-se de projeto de construção do edifício da nova sede do TRT, localizada no Centro Administrativo da Bahia, orçado no valor total de R\$ 160.000.000,00.

Foram diversas as etapas vencidas ao longo do exercício no decorrer da obra, quais sejam: contrato de elaboração de projetos de arquitetura e complementares, estudo preliminar, sondagens, projeto de movimentação de terra e contenções, anteprojeto, projetos executivos, projeto legal; contratação de estudo de impacto ambiental; consultoria para elaboração de relatórios técnicos relativos aos projetos; contratação de empresa especializada para executar os serviços de terraplanagem e contenções; contratação de empresa para construção do edifício.

A ação teve dotação disponibilizada da ordem de R\$ 8.980.000,00, que foi integralmente executada no exercício. A meta física prevista para o ano era de 1% da obra e o TRT atingiu 0,361%, ou seja, cumprimento de 36,10% do prevista para o exercício.

No aludido exercício tornou-se necessário efetuar ajuste na meta física, em razão do estorno ocorrido no mês de agosto, decorrente de incorreção no pagamento. A ação foi contemplada com suplementação concedida no valor de R\$ 7.480.000,00. Com os contratos em execução, o saldo orçamentário foi inscrito em Restos a pagar, com previsão de utilização dos recursos durante o exercício de 2011.

2.5 – TRT DA 6ª REGIÃO – RECIFE/PE (UG 080006)

Foram 2 os projetos de construção do TRT contemplados com recursos consignados na LOA/2010, quais sejam:

(i) Ação 1311 - Construção de Edifício-Sede de Vara do Trabalho em Olinda/ PE

A ação foi contemplada com recursos disponibilizados no valor correspondente a R\$ 960.000,00, cujo montante não chegou a ser executado, nem tão pouco a meta física prevista, que era de 100%.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

(j) Ação 1318 - Construção de Edifício-Sede de Fórum Trabalhista de Paulista/PE

A ação teve dotação disponibilizada no valor de R\$ 1.340.000,00, cujo montante não chegou a ser executado, nem tão pouco a meta física prevista, que era de 49%.

2.6 – TRT DA 7ª REGIÃO – FORTALEZA/CE (UG 080004)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, a saber:

(k) Ação 7P64 – Aquisição de Imóvel para Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Aracati/CE

A ação foi contemplada na LOA/2010, com dotação disponibilizada da ordem de R\$ 105.000,00, cujos montantes não chegaram a ser executados, nem tão pouco em relação à meta física prevista, que era de 1%.

2.7 – TRT DA 8ª REGIÃO – BELÉM/PA e AP (UG 080003)

Foram 3 os projetos do Regional contemplados com recursos concedidos na Lei Orçamentária Anual de 2010, quais sejam:

(l) Ação 11HA - Construção de Fórum Trabalhista em Ananindeua/PA

O projeto foi inicialmente orçado no valor total de R\$ 5.997.965,00. A ação contou com recursos de importância equivalente a R\$ 1.645.000,00, sendo executados R\$ 10.282,23. A meta física prevista era de 39% e o Regional alcançou 0,17%. ou seja, realizou 0,44% do programado.

(m) Ação 1169 - Ampliação do Edifício-Sede do TRT da 8ª Região em Belém/PA

Trata-se de projeto de ampliação do edifício-sede orçado em R\$ 29.055.000,00. No exercício contou com recursos disponibilizados no valor de R\$ 1.408.000,00 e a execução financeira apontou o montante correspondente a R\$ 8.300,00, em decorrência de contingenciamento da dotação, ocasionando a não execução física neste exercício, que era de 5%.

(n) Ação 7P64 - Aquisição do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Xinguara/PA

A ação foi contemplada com dotação disponibilizada no valor de R\$ 100.000,00, cujos montantes foram integralmente realizados e desta forma a meta física prevista para o exercício, que era de 1%, foi inteiramente alcançada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2.8 - TRT DA 9ª REGIÃO – CURITIBA/PR (UG 080012)

Foram 2 os projetos de construção idealizados pelo Regional que foram contemplados com recursos concedidos na Lei Orçamentária Anual de 2010, quais sejam:

(o) Ação 11EX - Construção do Fórum Trabalhista de Londrina/PR

Trata-se de fórum com medida total de 16.159,67 m², originalmente orçado no valor total de R\$ 11.065.057,00, para abrigar a instalação de 6 Varas do Trabalho, do Serviço de Distribuição, de postos de atendimento bancário, do Arquivo Geral e da Divisão Administrativa contendo almoxarifado.

A dotação autorizada foi de R\$ 2.650.000,00 e a execução financeira foi integralmente realizada. A meta física prevista era de 23% e não há registro de informação quanto a sua execução.

Convém ressaltar que a obra encontra-se em fase de licitação, cujo atraso decorre da necessidade de promover alterações no projeto inicial.

(p) Ação 1109 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Pato Branco/PR

A projeção inicial aponta obras de construção de edifício medindo o total de 980 m², orçado no valor total de R\$ 1.274.000,00. A edificação deverá abrigar 2 Varas do Trabalho, o Serviço de Distribuição e o Arquivo.

A dotação autorizada foi de R\$ 930.400,00, cujos montantes não chegaram a ser executados, nem tão pouco em relação à meta física prevista, que era de 72%.

2.9 - TRT DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA/DF e TO (UG 080016)

Foram 2 os projetos de construção concebidos pelo Regional contemplados com recursos concedidos na Lei Orçamentária Anual de 2010, quais sejam:

(q) Ação 1M72 – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Araguaína/TO

Trata-se de projeto de construção de edifício, com orçamento global no valor de R\$ 9.000.000,00, que contou em 2010, com dotação autorizada de R\$ 2.000.000,00, que foram integralmente executados.

A meta física prevista era de 49,827% e a realizada de 6,792%, ou seja, com percentual de realização de 13,63%.

O TRT informou que a execução física relativa ao mês de dezembro, apesar de se referir a 6,792% do total do projeto em questão, corresponde a 13,6312% do crédito do exercício vigente (7ª e 8ª Medições = Serviços Preliminares, Fundações e Estruturas, Arquitetura e Elementos de Urbanismo, Serviços Complementares e Serviços Auxiliares e Administrativos).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

(r) Ação 1M76 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Dianópolis/TO

A ação prevê a construção de edifício-sede orçado no valor total de R\$ 900.000,00. Contou com dotação disponibilizada no valor de R\$ 471.901,00, sendo executados R\$ 471.900,55. A meta física prevista era de 55,394% e não há registro de informação quanto a sua execução.

O procedimento licitatório destinado a contratar a empresa para realizar a construção da obra foi concluído em dezembro de 2009, sendo o valor total homologado da ordem de R\$ 851.900,55.

A consequência foi a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 380.000,00 com a respectiva inscrição em restos a pagar com a finalidade de cobrir parte das despesas a serem realizadas em 2010 na execução física parcial da obra em questão (Processo Administrativo n.º 2180/2009 e Tomada de Preços n.º 2/2009).

A previsão da execução físico-financeira da obra dar-se-á da seguinte forma: em 2010 - 19,726% da execução física, com os recursos financeiros vinculados ao RAP/2009; em 2011 - 80,724% da execução física, com os recursos financeiros a seguir relacionados: a) R\$ 211.063,03 - recursos provenientes de 2009, inscritos em restos a pagar e b) R\$ 471.900,55 - recursos do exercício de 2010, que serão inscritos em restos a pagar.

2.10 – TRT DA 11ª REGIÃO - MANAUS/AM e RR (UG 080002)

Foram 2 os projetos de idealizados pelo TRT contemplados com recursos oriundos da LOA de 2010, quais sejam:

(s) Ação 127M – Restauração do Edifício-Sede do TRT da 11ª Região/AM

A dotação autorizada foi de R\$ 5.337.181,00 e a executada de R\$ 4.013.698,12, o que representa 75,20%, sem registro estabelecido como percentual para cumprimento de previsão para execução de metas físicas.

A ação foi implementada no intuito de propiciar a recuperação das instalações do edifício-sede da UO devido ao sinistro ocorrido (incêndio).

(t) Ação 10WS - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus – AM

Trata-se de projeto de construção de edifício-sede, com orçamento global no valor de R\$ 17.234.171,00, que contou em 2010, com dotação autorizada de R\$ 12.063.921,00, cuja execução foi de R\$ 3.953.926,15, representando 32,77%.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

A meta física prevista para o exercício era de 75% e não há registro de realização, visto que o valor liquidado refere-se à aquisição de imóveis desapropriados para a construção do edifício-sede do Fórum Trabalhista de Manaus.

A ação encontra-se na fase de abertura prazo para recursos envolvendo o procedimento licitatório alusivo à contratação de empresa de Arquitetura e Engenharia para elaboração do Projeto.

2.11 - TRT DA 12ª REGIÃO - FLORIANÓPOLIS/SC (UO 080013)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, a saber:

(u) Ação 11ET – Construção de Edifício-Sede de Fórum Trabalhista em Joinville/SC

Trata-se de projeto de construção de edifício-sede, orçado inicialmente no valor global de R\$ 5.300.000,00, que contou em 2010, com dotação autorizada de R\$ 1.000.000,00, cuja execução financeira foi integral.

A meta física prevista para o exercício era de 12% e a realizada foi de 11,92% ou seja, 99,33% do programado.

2.12 – TRT DA 13ª REGIÃO – JOÃO PESSOA/PB (UO 080005)

No ano de 2010, o Regional detinha, apenas, 1 projeto contemplado com recursos na Lei Orçamentária Anual, a saber:

(v) Ação 10WT – Construção de Fórum Trabalhista em João Pessoa/ PB

A ação prevê a construção de edifício-sede orçado no valor total de R\$ 34.992.395,00. Contou com dotação disponibilizada no valor de R\$ 3.000.000,00, integralmente executada no exercício. A meta física prevista era de 55,394% e não há registro de informação quanto a sua execução.

A meta física prevista para o exercício era de 18% e a realizada foi de 3,09% ou seja, cumpriu 17,17% do total programado.

Em dezembro/2010, houve um crédito suplementar de 100% do valor inicial dos dados financeiros, no entanto, os dados físicos não foram atualizados pelo sistema no local indicado para colocar a previsão corrigida da meta física (LOA + CRED), desta forma, a execução física fica alterada em 100%.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2.13 – TRT DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS/SP (UO 080011)

Foram 2 os projetos de idealizados pelo Regional, contemplados com recursos derivados da LOA de 2010, quais sejam:

(x) Ação 11BH – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Mogi-Guaçu/SP

O projeto de construção de edifício-sede foi inicialmente orçado no valor global de R\$ 1.750.000,00, que contou com dotação disponibilizada no valor de R\$ 700.000,00, cuja execução financeira foi integral. A meta física prevista para o exercício era de 40% e a realizada foi de 23,6%, o que corresponde a 59,0% do total previsto.

O TRT informou tratar-se de obra custeada com recursos orçamentários e extra-orçamentários. Os recursos orçamentários são oriundos das LOA's 2009 e 2010, sendo R\$ 1.050.000,00 em 2009 e R\$ 700.000,00 em 2010.

Os recursos Extra-Orçamentários são provenientes do Convênio celebrado entre o TRT da 15ª Região e a Caixa Econômica Federal - CEF, com o objetivo de buscar o aporte financeiro para o restante necessário ao término da obra, estimado no montante de R\$ 1.175.456,51, de acordo com a licitação homologada e o disposto no contrato firmado com a construtora vencedora do certame.

O contingenciamento orçamentário foi estabelecido no Ofício Interministerial n.º 127/SE/MP/MF, de 18 de março de 2010, bem como pelo Ato Conjunto TST.CSJT n.º 8/2010, em razão do disposto no artigo 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o artigo 70 da Lei n.º 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO/2010), motivou a aplicação de recursos disponibilizados pela Caixa Econômica.

Assim em setembro - parcialmente, e nos meses de outubro e novembro, as medições efetuadas e os respectivos pagamentos correram por conta daquela Instituição Financeira e, em dezembro de 2010, com o descontingenciamento de parte dos recursos anteriormente bloqueados, por meio do Ofício Interministerial n.º 638/SE/MP/MF, de 18 de novembro de 2010, foi possível honrar o pagamento com os valores do orçamento de 2010.

(y) Ação 11BO – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Rio Claro/SP

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 1.750.000,00, que contou com dotação disponibilizada no valor de R\$ 700.000,00, cuja execução financeira foi de R\$ 567.621,00, correspondente a 81,09%. A meta física prevista para o exercício era de 40% e não há registro de informação no tocante à meta física executada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O Regional informou que o total do financeiro realizado foi aplicado na execução de serviços técnicos especializados na elaboração de projeto completo para a construção do imóvel, que deverá abrigar a Vara do Trabalho localizada em Rio Claro, razão pela qual não consta na execução física decorrente da ação.

Convém destacar que a conclusão dos procedimentos licitatórios para a contratação de empresa especializada para a construção da obra foi efetivada no final de dezembro de 2010, com a emissão da correspondente nota de empenho.

Importante observar que a diferença entre o valor empenhado e a dotação consignada, no montante de R\$ 132.379,00, é decorrente da limitação de empenho imposta pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em razão de disposição contida no artigo 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o artigo 70 da Lei n.º 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO/2010).

Vale ressaltar que o projeto também será custeado com recursos extra-orçamentários provenientes de Convênio firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF.

2.15 – TRT DA 16ª REGIÃO – SÃO LUIS/MA (UO 080018)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto com recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, a saber:

(z) Ação 11IR – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Presidente Dutra/MA

A ação contou com dotação autorizada e integralmente executada no valor de R\$ 500.000,00, cujo projeto foi originalmente orçado no valor total de R\$ 800.000,00. A meta física prevista para o exercício era de 63% e a realizada de 16,71%, o equivalente a 26,52%.

2.16 – TRT DA 17ª REGIÃO - VITÓRIA/ES (UO 080019)

No ano de 2010, o Regional detinha, apenas, 1 projeto consignado na Lei Orçamentária Anual, a saber:

(aa) Ação 1B51 – Construção do Edifício-Sede do TRT da 17ª Região em Vitória/ES

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 138.055.466,00, que contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 1.500.000,00, integralmente realizados no exercício. A meta física prevista para o exercício era de 2% e não há registro de informação no tocante à meta física executada.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

O TRT informou que, em 16/12/2010, foi assinado o contrato com a empresa Paulo Octávio Investimentos para a execução da 3.ª etapa das obras de construção do ed. sede do Regional, conforme Termo de Contrato TRT 17.ª Região n.º 20/2010. Informou, ainda, que o processo de contratação sofreu auditorias pelo Tribunal de Contas da União - TCU, resultando nos Acórdãos de n.ºs 896/2010, 2.930/2009 e 1.847/2010 – Plenário, não havendo, assim, tempo hábil para a execução financeira no exercício de 2010.

Em 21/12/2010, o Regional emitiu a nota de empenho n.º 2010NE000933, em favor da empresa contratada, no valor de R\$ 1.500.000,00, ficando em Restos a Pagar.

2.17 - TRT 18ª REGIÃO – GOIÂNIA/GO (UG 080020)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto contemplado com recursos derivados da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ab) Ação 1B39 – Construção do Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região/GO:

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 95.153.479,00. Contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 24.988.253,00, integralmente realizados no exercício. A meta física prevista para a realização no exercício era de 13% e executada de 2.155%, o que corresponde a 16,58% de realização.

2.18 - TRT 19ª REGIÃO – MACEIÓ/AL (UG 080022)

No ano de 2010, o Regional detinha, apenas, 1 projeto com recursos originários da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ac) Ação 1N02 – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió/AL

O projeto de construção de edifício-sede foi inicialmente orçado no valor global de R\$ 30.000.000,00. Contou com o aporte de recursos disponibilizados da ordem de R\$ 1.050.000,00 e não houve execução físico-financeira no exercício.

O TRT informou a disponibilização, conforme inscrito na LOA, de recursos no montante de R\$ 1.500.000,00, sendo contingenciados valores equivalentes a R\$ 1.050.000,00, sendo R\$ 450.000,00 remanejados para custeio, para a cobertura de contratos que apresentavam déficit. Informou, ainda, a impossibilidade de dar início à execução da obra, em razão da ausência de conclusão dos projetos arquitetônico, elétrico e hidráulico.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2.19 - TRT 20ª REGIÃO – ARACAJU/SE (UG 080023)

No ano de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção consignado com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ad) Ação 7P55 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Marum/SE

O projeto de construção de edifício-sede foi inicialmente orçado no valor global de R\$ 700.000,00. A ação contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 910.000,00, integralmente realizados no exercício. A meta física prevista para a realização no exercício era de 100% e não registro de informação no tocante a sua realização.

2.20 - TRT 21ª REGIÃO – NATAL/RN (UG 080021)

No exercício de 2010, o Regional detinha, apenas, 1 projeto de construção contemplado com recursos originários da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ae) Ação 1M42 - Construção do Depósito Judicial Trabalhista de Goianinha/RN:

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 250.000,00. A ação contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 177.033,00 e executados R\$ 162.033,02, o correspondente a 91,53%. A meta física prevista para a realização no exercício era de 71,95% e executada de 61,98%, o que corresponde a 86,14% de realização.

2.21 – TRT DA 22ª REGIÃO - TERESINA/PI (UG 080024)

No ano de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção contemplado com recursos derivados da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(af) Ação 11BC – Construção do Edifício-Sede do TRT da 22ª Região/PI:

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 40.000.000,00. A ação contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 1.500.000,00, cuja execução foi de R\$ 1.499.999,82. A meta física prevista para a realização no exercício era de 4% e não há registro de informação pertinente a sua realização.

O TRT ressaltou que, os valores pagos referentes ao orçamento do exercício 2010, referem-se a pagamentos da contratação do projeto executivo (arquitetura).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

2.22 - TRT DA 23ª REGIÃO- CUIABÁ/MT (UG 080025)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção contemplado com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ag) 1C41 - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Água Boa – MT

O projeto de construção de edifício sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 600.000,00. O projeto contou com recursos disponibilizados no valor de R\$ 600.000,00, integralmente realizados no exercício. A meta física prevista para a realização no exercício era de 100% e executada de 50%, o que corresponde a 50% de realização.

O Regional informou que, a execução de apenas 50% no ano de 2010, ocorreu, principalmente, em função da ocorrência combinada dos fatores descritos a seguir: atraso na elaboração dos projetos executivos; a licitação da obra realizada em 9/6/2010 restou fracassada, impedindo o início da obra no mês de julho/2010; foi realizado novo certame em 15/7/2010, com início da obra em 9/8/2010 e previsão de término para 5/2/2011; obra realizada em período chuvoso; contingenciamento de recursos da obra; descontinuação de recursos e edição de seqüente termo aditivo ao contrato realizado somente em dezembro/2010.

2.23 – TRT DA 24ª REGIÃO – CAMPO GRANDE/MS (UG 080026)

No exercício de 2010, o TRT detinha, apenas, 1 projeto de construção com recursos derivados da Lei Orçamentária Anual, a saber:

(ah) 11EN – Construção do Edifício-Sede do TRT da 24ª Região em Campo Grande/ MS

O projeto de construção de edifício-sede foi originalmente orçado no valor global de R\$ 47.540.395,00. Contou com recursos disponibilizados da ordem de R\$ 13.600.000,00, integralmente realizados no exercício. A meta prevista corrigida (LOA + Créd.) de 47% apresenta-se incorreta, que após a devida correção passa a ser de 31%, ficando assim, a alcançada no ano de 23,84%, ao invés daquela inicialmente registrada.

MARCOS AUGUSTO WILLMANN BAAR DE CARVALHO
Assessor-Chefe de Planejamento, Orçamento e Finanças do CSJT

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Prestação de contas da Justiça do Trabalho

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I - as receitas nêle arrecadadas;
- II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

.....
Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
- II - a importância exata a pagar;
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

- I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;
- II - a nota de empenho;
- III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

.....
Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

.....
Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes:

I - os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;

II - os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;

III - os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

§ 1º Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2º As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

.....
Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionário junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

.....
Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992.

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 3º O auxílio-alimentação não será: (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º." (Incluído pela Lei nº 9.527, de 1997)

DECRETO Nº 977, DE 10 DE SETEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 3º A assistência pré-escolar de que trata este decreto tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, que propiciem:

I - educação anterior ao 1º grau, com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade e a sua integração ao ambiente social;

II - condições para crescerem saudáveis, mediante assistência médica, alimentação e recreação adequadas;

III - proteção à saúde, através da utilização de métodos próprios de vigilância sanitária e profilaxia;

IV - assistência afetiva, estímulos psicomotores e desenvolvimento de programas educativos específicos para cada faixa etária;

V - condições para que se desenvolvam de acordo com suas características individuais, oferecendo-lhes ambiente favorável ao desenvolvimento da liberdade de expressão e da capacidade de pensar com independência.

LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

Art. 16. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II - relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

- a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;
- d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

- a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
- b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;
- d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II- no Poder Legislativo:

- a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;
- b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;
- c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

- a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;
- b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

.....

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

.....

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

.....
Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

- a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
- b) dívidas consolidada e mobiliária;
- c) concessão de garantias;
- d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º.

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

- a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
 - 1) liquidadas;
 - 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
 - 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
 - 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

LEI Nº 10.770, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.

Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

Art. 8º A contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

Parágrafo único. A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

LEI Nº 11.416, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.778, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre a criação de Cargos de provimento efetivo e em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, sediado em Vitória, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.779, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

Cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, sediado em Vitória, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.986 DE 27 DE JULHO DE 2009.

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas; e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 29. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2010 e em créditos adicionais, deverão ser integralmente descentralizadas aos Tribunais que proferirem as decisões exequendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

§ 1º A descentralização de que trata o **caput** deste artigo deverá ser feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da Lei Orçamentária de 2010 e dos créditos adicionais.

§ 2º Caso o valor descentralizado seja insuficiente para o pagamento integral do débito, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar, junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a complementação da dotação descentralizada, do qual dará conhecimento aos órgãos ou entidades descentralizadores.

§ 3º Se as dotações descentralizadas, referentes a precatórios, forem superiores ao valor necessário para o pagamento integral dos débitos relativos a essas despesas, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar a devolução imediata do saldo da dotação apurado e, se for o caso, dos correspondentes recursos financeiros, da qual dará conhecimento aos órgãos ou entidades descentralizadores e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Fazenda, respectivamente.

§ 4º As liberações dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias descentralizadas na forma deste artigo deverão ser realizadas diretamente para o órgão setorial de programação financeira das unidades orçamentárias responsáveis pelo pagamento do débito, de acordo com as regras de liberação para os órgãos do Poder Judiciário previstas nesta Lei e a programação financeira estabelecida na forma do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

.....

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida por cada órgão referido no **caput** deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2010, excluídas as relativas às:

I – despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes da Seção I do Anexo V desta Lei;

II – demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes da Seção II do Anexo V desta Lei;

III – atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2010; e

IV – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3, no montante previsto no art. 3º desta Lei, ou à conta de recursos de doações e convênios.

§ 2º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo aplicam-se integralmente, no caso de a estimativa atualizada da receita primária, demonstrada no relatório de que trata o § 4º deste artigo, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação a que se refere o **caput** deste artigo, editarão ato, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que estabeleça os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no **caput** deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II – a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV – os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 5º Aplica-se somente ao Poder Executivo a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade seja identificada fora da avaliação bimestral, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira será efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no **caput** do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no § 5º deste artigo, conterá as informações relacionadas no art. 69, § 1º, desta Lei.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º deste artigo será elaborado e encaminhado também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 9º O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º deste artigo no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.



Edição de hoje: 212 páginas

OS: 2011/11324